



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM

PADRONIZAÇÃO DO GÊNERO REDAÇÃO DO ENEM E PRÁTICAS AVALIATIVAS
EXCLUDENTES: FOCO NAS FUNÇÕES DOS ELEMENTOS COESIVOS

GABRIELE LAGE BARBOSA

MARIANA

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM

GABRIELE LAGE BARBOSA

PADRONIZAÇÃO DO GÊNERO REDAÇÃO DO ENEM E PRÁTICAS AVALIATIVAS
EXCLUDENTES: FOCO NAS FUNÇÕES DOS ELEMENTOS COESIVOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem, do Departamento de Letras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Mestranda (UFOP): Gabriele Lage Barbosa
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ada Magaly Matias Brasileiro (UFOP)
Linha de Pesquisa: Linguística Aplicada: interfaces entre práticas e teorias.

MARIANA

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B238p Barbosa, Gabriele Lage.
Padronização do gênero redação do ENEM e práticas avaliativas
excludentes [manuscrito]: foco nas funções dos elementos coesivos. /
Gabriele Lage Barbosa. - 2023.
166 f.: il.: color.. + Quadro.

Orientadora: Profa. Dra. Ada Magaly Matias Brasileiro.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro
Preto. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras:
Estudos da Linguagem.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Escrita. 2. Exame Nacional do Ensino Médio (Brasil). 3. Coesão
(Linguística). 4. Língua portuguesa - Composição e exercícios. I.
Brasileiro, Ada Magaly Matias. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III.
Título.

CDU 808.1(043.3)

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Gabriele Lage Barbosa

“Padronização do gênero redação do Enem e práticas avaliativas excludentes: foco nas funções dos elementos coesivos”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos da Linguagem.

Aprovada em 14 de novembro de 2023

Membros da banca

Profa. Dra. Ada Magaly Matias Brasileiro - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Profa. Dra. Rita Cristina Lima Lages - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Profa. Dra. Juliana Alves Assis - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas

Profa. Dra. Ada Magaly Matias Brasileiro, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 14/11/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ada Magaly Matias Brasileiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/11/2023, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0617634** e o código CRC **BF7B4E93**.

A Luiz, Edilaine, Pedro, Maria e Ester, as luzes da minha vida.

Aos meus alunos de ontem, hoje e amanhã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Luiz e Edilaine, pelo apoio incondicional nessa e em todas outras fases de minha vida. Agradeço por vocês terem lutado para que eu chegasse até aqui em minha jornada pessoal, acadêmica e profissional. Foi pelo zelo de vocês em prepararem meu caminho, pelo exemplo em casa do valor da educação e do compartilhamento dos nossos conhecimentos, da luta pela justiça social e pelo olhar crítico para nossa sociedade, que eu adquiri meu sonho pela educação. Foi olhando para meu pai, que foi um menino sem condições e acesso a uma educação de qualidade, mas rompeu ciclos e barreiras para garantir um futuro para seus filhos, assim como lutou para que seu legado fosse nosso estudo, que me inspirei e inspiro até hoje. Obrigada por todos os valores que me ensinaram, os quais me são caros e norteiam minha existência e busca na vida.

Agradeço aos meus irmãos Pedro, Maria e Ester, por serem a luz na vida em todos os momentos. Vocês são as pessoas que me ensinam a ver o mundo com simplicidade e beleza. Ao lado de vocês, minha risada é genuína e minha vida ganha belos contornos. Obrigada por existirem e serem meus irmãos.

Agradeço às professoras Juliana Alves Assis, Rita Cristina Lima Lages e Viviane Raposo Pimenta pelas preciosas interlocuções, que me renderam aprendizados significativos. Agradeço também pela disposição e cuidado com a leitura de meu trabalho.

Agradeço ao Francis Arthuso Paiva, meu orientador de monitoria e Iniciação Científica, por me mostrar a beleza no caminho da pesquisa e me fazer acreditar que eu poderia segui-lo. Agradeço à UFOP pela oportunidade de me formar mestre em Estudos da Linguagem e às professoras Rómima Laranjeiras e Leandra Antunes pelos ensinamentos em suas disciplinas. Sou grata também aos colegas que fiz no PPG, principalmente aos amigos do Quarteto Pós-letas, formado por mim, Leaci, Lucilane e Ruan, grupo de estudos e afetos que foi um importante alicerce em minha passagem pelo Programa.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos, companheiros de caminhada, por estarem sempre ao meu lado, confiarem em meu potencial e me encorajarem a seguir meus sonhos. A vocês, que sonharam essa conquista junto comigo e estiveram ao meu lado em todos os momentos, os bons e os difíceis, meu muito obrigada! Gabrielle, Kenia, Ana Luiza, Larissa, André, Luíza, Maria, Thaís e Vanessa. Amo todos vocês!

AGRADECIMENTOS À ORIENTADORA

Minha querida e amada orientadora Ada. Lembro-me do nosso primeiro encontro, no qual você me disse para segurar em suas mãos, pois iríamos trilhar esse caminho juntas. Que alívio senti naquele momento, eu, recém-formada na graduação e desbravando um caminho no mestrado. Confesso que senti muita insegurança no começo (e ao longo do processo), mas você sempre mostrou, com palavras e ações, que estávamos mesmo em sintonia e companhia nessa jornada.

Agradeço pelo seu cuidado com a minha pesquisa, pela sua seriedade e comprometimento na orientação, que foram cruciais para que o trabalho apresentado seja um produto de um processo minucioso de investigação linguística e social ancorado em fortes teorias e alijado em uma análise cuidadosa dos dados levantados.

Agradeço, principalmente, Ada, pelo modo como você conduziu os nossos mais de dois anos de parceria. Tive uma grata satisfação ao perceber que a minha trajetória no mestrado contava com uma orientação de qualidade por uma professora extremamente dedicada ao trabalho que conduz, disposta a fazer o que estiver a seu alcance para os alunos e para o futuro docente e discente do nosso país, além de praticar uma orientação baseada no afeto, característica tão marcante de nossa relação. Obrigada por ser essa pessoa dedicada, afetuosa e comprometida, o que certamente me impactou e inspirou não só na pesquisa, mas na prática docente e em minha vida pessoal.

Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor
Flor e fruto

(Milton Nascimento)

Se as pessoas não ficam mais capazes para – falando,
lendo, escrevendo e ouvindo – atuarem socialmente
na melhoria do mundo, pela construção de um novo
discurso, de um novo sujeito, de uma nova sociedade,
para que aulas de português?

(Irandé Antunes)

Em favor *de que* estudo? Em favor *de quem*? *Contra*
que estudo? *Contra quem* estudo?

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa situa-se nos estudos da linguagem com perspectiva sociocultural (BAKHTIN, 2016), localizando-se na interface entre a Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006; MOTTA-ROTH; SELBACH; FLORENCIO, 2016), a Linguística Textual (KOCH, 2018) e a Política Educacional (ARROYO, 2019; LUCKESI, 2011) e toma a estrutura composicional, as escolhas estilísticas e o modo de apresentação do conteúdo temático do gênero do discurso Redação do Enem como objetos de estudo. O objetivo geral da pesquisa é explicitar como as funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos têm sido utilizadas em favor da padronização da Redação do ENEM e de práticas avaliativas excludentes. Para isso, além da materialidade linguístico-discursiva, cujo foco está na padronização da construção coesiva dessas produções, foi dada ênfase aos contextos políticos e educacionais brasileiros, que têm contribuído para práticas educativas excludentes. Os *corpora* da pesquisa documental constam de três conjuntos de documentos: uma coletânea de 30 redações que obtiveram nota 1000 no ENEM, de 2012 a 2021; os documentos oficiais instrucionais (manuais e cartilhas) fornecidos pelo MEC nesse período para orientar as ações de candidatos e corretores; e relatórios estatísticos dos candidatos e seus desempenhos, gerados e divulgados pelo INEP/MEC nesse período. A partir deste trabalho foi possível discutir as implicações linguístico-discursivas advindas das alterações verificadas no gênero do discurso Redação do ENEM, avaliar as consequências da padronização do gênero no desenvolvimento dos saberes de escrita nos alunos da Educação Básica e refletir sobre os impactos socioeducacionais do processo de padronização do gênero e das práticas educativas excludentes.

Palavras-chave: Recursos Coesivos. Funções Lógico-Semântico-Argumentativas. Redação do ENEM. Didática da Escrita. Prática avaliativa excludente.

ABSTRACT

This research is based on language studies within the sociocultural framework (BAKHTHIN, 2016), situated on the converge of Applied Linguistics (MOITA LOPES, 2006; MOTTA-ROTH; SELBACH; FLORENCIO, 2016), Text Linguistics (KOCH, 2018) and Educational Politics (ARROYO, 2019; LUCKESI, 2011) and takes as objects of study the compositional structure, stylistic choices, and the manner of presentation of the thematic content of the discourse genre ENEM's essay. The general aim of this paper is to explicit how the logical-semantic-argumentative functions of cohesive elements have been utilized in favor of the standardization of ENEM's essay and of excluding evaluative practices. Besides that, beyond the linguistic-discursive materiality – whose focus lies in the standardization of the cohesive construction of these productions –, the Brazilian political and educational contents, which have contributed to excluding educational practices, were highlighted. The *corpora* of the documental research consist of three sets of documents: a selection of 30 essays that scored 1000 points on ENEM exams from 2012 to 2021; official instructional documents (manuals and guidebooks) provided by MEC in that timeframe to orient the actions of candidates and correctors; and data reports from candidates and their performance, generated and published by INEP/MEC in that period of time. Based on this work, it was possible to discuss the linguistic and discursive implications arising from the changes observed in the discourse genre of the ENEM essay, evaluate the consequences of standardizing this genre on the development of writing skills in Basic Education students, and reflect on the socio-educational impacts of the standardization of the genre and exclusionary educational practices.

Keywords: Connectives. Logical-Semantical-Argumentative Functions. ENEM's essay. Writing Skills. Exclusionary Evaluation Practice.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Competências avaliadas.....	36
Quadro 2 – Matriz de Referência para a Competência I.....	37
Quadro 3 – Matriz de Referência para a Competência II.....	38
Quadro 4 – Matriz de Referência para a Competência III.....	40
Quadro 5 – Matriz de Referência para a Competência IV.....	41
Quadro 6 – Matriz específica da Competência IV.....	42
Quadro 7 – Matriz de Referência para a Competência V.....	44
Quadro 8 – Encadeadores lógico-semânticos.....	48
Quadro 9 – Encadeadores discursivos ou argumentativos.....	49
Quadro 10 – Operadores argumentativos na redação do ENEM.....	53
Quadro 11 - Quantidade de textos com apresentação de títulos nos anos analisados.....	66
Quadro 12 – Quantidade de linhas dos textos nota 1000.....	68
Quadro 13 – Texto 3.....	71
Quadro 14 – Texto 7.....	73
Quadro 15 – Texto 13.....	75
Quadro 16 – Texto 16.....	77
Quadro 17 – Texto 23.....	80
Quadro 18 – Texto 29.....	82
Quadro 19 – Tipos e recorrência das modalizações nas redações do ENEM.....	87
Quadro 20 – As modalizações em textos de 2014 e 2021.....	94
Quadro 21 – Tipos e recorrência dos elementos coesivos na Redação do ENEM.....	97
Quadro 22 – Texto 27.....	101
Quadro 23 – Utilização de repertórios socioculturais em redações do ENEM.....	105
Quadro 24 – Exemplos de propostas de intervenção construídas nas redações do ENEM...	111
Quadro 25 – Exemplos de padronização do gênero do discurso Redação do ENEM em 2021.....	113
Quadro 26 – Dados estatísticos de desempenho em redação por Região (2018-2022).....	118
Quadro 27 – Dados estatísticos de nota 1000 por Unidade Federativa.....	119
Quadro 28 – Redações nota 1000 em relação à raça em 2022.....	122

LISTA DE SIGLAS

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LA	Linguística Aplicada
LT	Linguística Textual
MEC	Ministério da Educação
SISU	Sistema de Seleção Unificada

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Exemplo de estrutura coesiva do manual de correção.....	43
Imagem 2 – Organização dos dados documentais (redações nota 1000).....	60
Imagem 3 – Exemplo de estrutura coesiva do manual de correção.....	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO AO TEMA	11
2 OS FUNDAMENTOS DA PESQUISA.....	17
2.1 O ENEM nos contextos educacionais brasileiros.....	17
2.2 O ensino e a aprendizagem da escrita nas perspectivas do treinamento e da prática social.....	20
2.3 Os recursos textuais e discursivos e a organização dos parágrafos argumentativos... 24	
2.3.1 A Redação do ENEM como gênero do discurso escolar	30
2.3.1.1 As competências avaliadas na Redação do ENEM.....	34
2.3.1.1.1 A competência I.....	37
2.3.1.1.2 A competência II.....	38
2.3.1.1.3 A competência III	39
2.3.1.1.4 A competência IV	40
2.3.1.1.5 A competência V	44
2.4 Coesão: entre princípios de textualidade e discurso.....	46
3 PRESSUPOSTOS E ESCOLHAS METODOLÓGICOS.....	56
3.1 Organização dos dados documentais	59
3.2 O movimento de análise das redações nota 1000	61
4 EM BUSCA DE COMPREENDER OS DADOS.	64
4.1 Movimentos de padronização da estrutura composicional: construção do texto dissertativo-argumentativo	64
4.1.1 Título.....	65
4.1.2 Extensão dos textos	67
4.1.3 Construção dos parágrafos	69
4.2 Movimentos de padronização do estilo: as modalizações e as suas funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos.....	86
4.2.1 As modalizações e os elementos coesivos na Redação do ENEM.....	86
4.3 Movimento de padronização do conteúdo temático: seguindo um modelo de construção argumentativa	103
4.4 Redação do ENEM como gênero do discurso padronizado: uma prática educacional frágil e excludente (e suas consequências).....	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125

1 INTRODUÇÃO AO TEMA

Enquanto política pública de avaliação escolar e principal forma de inserção ao Ensino Superior, a prova do ENEM tem sido objeto de estudo em diversas áreas, como a de Linguística Aplicada (LA), uma vez que há questões sociais e linguísticas imbricadas na avaliação. Aos candidatos que realizam a prova é solicitado que produzam um texto dissertativo-argumentativo sobre um tema de importância social, sendo essa redação um dos pilares avaliativos da prova que concede uma vaga em universidades públicas e privadas no Brasil e outros países. Visto que o ENEM seja um exame de suma importância para a entrada nos referidos cursos de Ensino Superior, há uma preocupação das instituições de ensino básico na capacitação de seus estudantes para a realização da prova, o que tem moldado as práticas de ensino, principalmente do ensino da produção textual.

Uma vez que a prova de redação do Exame é avaliada em até 1000 pontos, a nota final obtida pelo candidato é fortemente impactada pelo desempenho que ele obteve na parte dissertativa, sendo ela, então, muito valorizada nas instituições de ensino básico, principalmente nas particulares e nos cursos preparatórios, instituições estas que utilizam os altos desempenhos e aprovações de estudantes como estratégias de captação de novos alunos e manutenção dos lucros e prestígio perante a sociedade. Nesse sentido, há uma valorização da habilidade de escrita dos candidatos, mas é possível perceber esse aspecto educacional como sendo mais um que acentua a lacuna existente entre diferentes níveis de preparo e de instituições de ensino, uma vez que as condições das instituições públicas e privadas não são as mesmas para atender essa demanda.

Nesse ponto, cabe frisar que tal agravante no entrave ao acesso às universidades por pessoas de realidades sociais desprivilegiadas apresenta-se não apenas nas condições de estrutura educacional, mas em tudo o que afeta a vida dos sujeitos que acessam as instituições públicas periféricas de educação básica. A esse respeito, Arroyo (2019) denuncia os direitos negados a essas vidas ameaçadas e o dilema dos docentes que buscam mitigar essa marginalização dos alunos pelo êxito ou entrada em um ambiente que a ele é negado. Esse fator é determinante para o ingresso do aluno no Ensino Superior, visto que a ele são colocados mais obstáculos para a apropriação do gênero nos moldes como tem sido cobrado. Apesar dessas condições, apropriar-se desse gênero é um direito dos alunos e é dever das instituições de ensino básico promover um processo educativo que viabilize essa apropriação.

Com o aprimoramento da técnica de padronização, as práticas em busca de melhores notas têm levado ao aperfeiçoamento de um modo artificializado de ensinar a escrita que tem viabilizado a padronização do gênero discursivo Redação do ENEM (PRADO; MORATO, 2016). Assim, escolas mais abastadas destinam mais tempo e recursos, tais como monitorias, corretores, aulas temáticas, professores especializados para que os alunos alcancem as melhores notas e, dessa forma, ingressem nas instituições melhor colocadas no ranqueamento universitário. Paralelamente, tal esforço retorna para essas escolas e retroalimenta o prestígio e as boas colocações no *ranking*, de acordo com as notas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão do MEC responsável pela criação, aplicação e correção do ENEM. Essa padronização, construída ao longo dos anos, intensificou-se a partir de 2013, edição que marcou a adesão da maior parte das universidades públicas ao SISU.

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) reúne em um sistema eletrônico gerido pelo MEC as vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior de todo o Brasil, sendo a grande maioria delas ofertada por instituições federais (universidades e institutos). O sistema executa a seleção dos estudantes com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Até o limite da oferta das vagas, por curso e modalidade de concorrência, de acordo com as escolhas dos candidatos inscritos, eles são selecionados por ordem de maior classificação, em cada uma das duas edições anuais do SISU (INEP, [s. d.])¹.

É exatamente o peso da Redação do ENEM para o ingresso no Ensino Superior que explica o protagonismo que é dado pelas escolas a essa etapa da prova. Nesse sentido, a dedicação de todos os sujeitos e instâncias se articula em torno das cinco competências avaliadas pelos corretores. São elas:

1) demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua; 2) compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa; 3) selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; 4) demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação; 5) elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (INEP, 2022, p. 6).

A despeito de serem cinco competências avaliadas, elas são interdependentes, sendo a coesão um fator textual considerado decisivo na construção do projeto linguístico e discursivo do texto. A coesão textual, conforme aponta Antunes (2005, p. 47), é a “[...] propriedade pela qual se cria e sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou unidade temática”. Em virtude da magnitude dessa competência, identificada pelo INEP como Competência

¹ Informação constante no site <https://acessounico.mec.gov.br/sisu>.

4, e do tempo e esforço que são dedicados a ela no processo de treinamento para a prova do ENEM, neste estudo a coesão foi âncora para a análise do processo de padronização do gênero do discurso Redação do ENEM, além de também ser um dos subsídios para as problematizações sobre as implicações político-educacionais advindas desse caminho de modelização e artificialização do ensino de escrita.

Para o desenvolvimento desse projeto, nos ativemos à seguinte delimitação: Como as funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos têm sido utilizadas em favor da padronização da Redação do ENEM e de práticas avaliativas excludentes?

Ao tratarmos de práticas avaliativas excludentes nos referimos àquelas avaliações sistemáticas, como correções das redações produzidas pelos candidatos ou por estudantes em suas formações, assim como às práticas que são tomadas nos processos formativos e de treinamento relacionados a esse contexto de produção textual, além de notarmos e explorarmos a excludência a partir das análises contextuais e estatísticas levantadas na pesquisa exploratória dos relatórios estatísticos divulgadas pelo INEP.

A Linguística Aplicada (LA) está, conforme salienta Motta-Roth, Selbach e Florencio (2016, p. 20), em um contínuo movimento na dimensão de uma ação científica e política, engajada na busca por soluções para problemas sociais. Tendo em vista o caráter político e social, um dos vieses motrizes dessa área de estudo, assim como questionamentos e lutas que movem sujeitos-docentes-educadores no desempenho de suas funções, a presente pesquisa se situa no campo da LA.

A formação inicial que me construiu² como docente desde o princípio foi cercada por questionamentos acerca dos sujeitos-educandos e dos processos de ensino e de aprendizagem de modo geral. O que pode ser ofertado para tais estudantes além do conteúdo sistemático previsto pelos documentos no que se refere à língua portuguesa e à produção textual? Como alcançar tais estudantes, advindos de realidades sociais tolhedoras de direitos e oportunidades? Quais são os impactos que uma educação emancipadora, alicerçada em práticas de letramentos, pode gerar na vida desse educando? Para quem a educação brasileira tem servido? A quais interesses?

Tais questionamentos foram aprofundados, logo no início da minha carreira, quando me deparei com duas realidades educacionais distintas – ensino público e privado. Exercer a docência

² Chamo atenção do leitor para a flutuação de pessoas do discurso entre a primeira do singular e a primeira do plural, a qual ocorre ao longo do texto a depender da informação contida ou do movimento retórico.

em ambientes tão díspares tanto na estrutura quanto no perfil dos educandos, prestígio e condições externas ao aprendizado, apresenta-se como um caleidoscópio do ambiente escolar. De um lado, há escolas com megaestruturas, recursos humanos e digitais, além de sujeitos-educandos abastados; de outro, há instituições com recursos escassos, assim como sujeitos-educandos cujas existências são atravessadas por inúmeras opressões e preconceitos.

Diante desse contexto, as avaliações de larga escala no Brasil funcionam como um termômetro da educação nos seus diversos segmentos e como um pontapé para a proposição de políticas públicas. A prova do ENEM surgiu com esse intuito em 1998 e, no ano de 2009, passou por uma transformação, a partir da qual tornou-se também um método de ingresso no Ensino Superior. A partir de então e com mais intensidade a partir de 2013, quando o SISU foi adotado pela maior parte das universidades, os estudantes do Ensino Médio passam por formações voltadas quase exclusivamente ao treinamento para realização da prova do ENEM.

No que se refere ao ensino de produção textual em ambas as modalidades de ensino – público e privado – a acentuada lacuna entre elas torna-se mais evidente no espaço que é dado à produção no processo de aprendizagem dos educandos. A megaestrutura educacional em favor das classes mais favorecidas para o desenvolvimento de saberes de manutenção do *status quo* (LUCKESI, 2011) favorece a apreensão dos discentes do modelo padronizado da Redação do ENEM e, conseqüentemente, de um bom desempenho no exame e possível aprovação em uma instituição de Ensino Superior de qualidade.

Isso porque escolas da iniciativa privada dispõem de recursos os quais cooperam para o desenvolvimento da habilidade de escrita dos alunos, como professores especializados, corretores de redação – um recurso humano de forte impacto, uma vez que o corretor faz apontamentos individuais e pontuais nas produções dos educandos e aponta os caminhos a serem seguidos para o aperfeiçoamento das habilidades avaliadas no exame. Já na educação pública a produção de texto e o desenvolvimento da habilidade de escrita dos alunos é responsabilidade de um único docente que possui diversas turmas, muitas vezes superlotadas, e poucas aulas para trabalhar tal conteúdo, assim como sobrecarga, que dificulta o trabalho da correção e dos apontamentos nas produções dos educandos³.

³ A precariedade de tal situação intensificou-se com o início da implantação do novo Ensino Médio nas escolas públicas mineiras, a partir da Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, o que resultou, entre outras mazelas, na redução do número de aulas destinadas a Língua Portuguesa (Redação, Literatura e Estudo de Língua), de 5 para 3 aulas semanais.

Esses diferentes tratamentos dados para a produção de texto impactam o aprimoramento do estudante que está em formação e treinamento para realizar a prova no ENEM, a saber a principal porta de entrada no Ensino Superior brasileiro. Amostras de redações que tiraram nota 1000 no ENEM ilustram a construção da padronização do gênero ao longo dos anos de aplicação da prova, fenômeno este que interfere nas práticas pedagógicas da produção textual no Ensino Médio e em cursos preparatórios para o exame, assim como é aprimorado e solidificado com base na alta replicação de tais modelos.

As práticas do ensino de escrita, no Ensino Médio, têm sido voltadas, quase que exclusivamente, para o treinamento desse texto padronizado e artificializado, em detrimento das inúmeras outras situações discursivas e reflexivas das quais os jovens precisam se apropriar para viver em sociedade (ROJO, 2009). Juntamo-nos à Rojo e entendemos que a padronização do gênero e todo o esforço das instituições, especialmente as direcionadas às classes mais favorecidas, para que os alunos reproduzam fielmente o modelo ensinado é um desperdício de potenciais criadores, de desenvolvimento da leitura crítica da sociedade e é, sobretudo, uma negligência ao direito⁴ que todo aluno tem de formação para a vida além da escola em vários contextos sociais e não só no êxito na prova de Redação do ENEM, uma vez que a escrita perpassa diversas outras esferas da vida humana. O tempo destinado ao exaustivo treinamento da redação de um único gênero poderia também ser investido ao ensino de outras práticas sociais da linguagem, escritas, orais e multimodais, demandadas no cotidiano do sujeito.

A pesquisa que desenvolvemos é abrangente – posto que o ENEM é um exame de larga escala⁵ e os impactos advindos da formação-treinamento para tal prova também incidem sobre a sociedade de modo amplo – e engajado a causas sociais permanentes, como o direito à educação de qualidade e formação humana e social. Desse modo, a pesquisa está inscrita na Linha 3 – Linguagem, Prática Social, Processo Educativo – do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem.

Diante do exposto sobre as práticas excludentes de ensino-treinamento para a prova de Redação do ENEM e dos prejuízos que abrangem os educandos, inclusive os alunos de classes

⁴ Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2016).

⁵ Dados do INEP apontam 3.396.632 para a aplicação do exame em 2022.

altas, o trabalho justifica-se, também, pelo teor de denúncia que traz, contribuindo para uma possível transformação social do cenário que se desenha a partir da padronização do gênero Redação do ENEM e de práticas educacionais excludentes e de manutenção do *status quo*. Nessa pesquisa, portanto, buscamos alcançar o objetivo geral de explicitar como as funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos têm sido utilizadas em favor da padronização da Redação do ENEM e de práticas avaliativas excludentes. Para o alcance desse objetivo principal, elencamos os seguintes objetivos específicos: relacionar a prova do ENEM aos contextos educacionais brasileiros; avaliar as consequências de modelos de ensino de escrita baseados em treinamento e em situações de prática social da língua(gem); analisar a interdependência das competências avaliadas na Redação do ENEM; explorar as funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos na padronização da Redação do ENEM; e problematizar o treinamento padronizado para a Redação do ENEM como prática avaliativa excludente.

Para me aprofundar nas questões acima explanadas e cumprir com os objetivos buscados na pesquisa, a metodologia foi dividida em análise bibliográfica e documental, com cunho interpretativista e explicativo para os fenômenos encontrados nos documentos analisados: os textos produzidos no ENEM que alcançaram 1000 pontos nas redações, no período de 2012 a 2021, os documentos norteadores para candidatos e corretores, assim como os relatórios estatísticos do ENEM – os quais concentram informações relacionadas ao contexto e ao desempenho nas provas – gerados e divulgados pelo INEP nesse período. Outrossim, apresento, respectivamente, além desta seção, os fundamentos teóricos nos quais são baseadas as discussões, os caminhos metodológicos percorridos, os *corpora* constituídos e suas análises, assim como as considerações finais do trabalho.

2 OS FUNDAMENTOS DA PESQUISA

Discutir sobre a padronização do gênero Redação do ENEM, os caminhos percorridos para viabilizar tal fenômeno e sobre as práticas avaliativas excludentes com foco nas funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos utilizados em textos desse gênero requer uma análise histórica do ENEM, dos movimentos de padronização do gênero ao longo dos anos de aplicação do Exame e dos impactos desse fenômeno na educação. Além disso, para abranger tais discussões além da contextualização sócio-histórica, é crucial fazer vinculação teórica ao estudo do gênero e análise do gênero Redação do ENEM assim como do tratamento que é dado, nesse contexto de produção textual, à coesão e aos elementos que a constroem. Tais são as discussões que busquei desenvolver nas seguintes seções deste trabalho.

2.1 O ENEM nos contextos educacionais brasileiros

A primeira aplicação do ENEM ocorreu em 1998, a qual contou com 157.221 inscrições (INEP, 2020). A principal prerrogativa do exame em seu advento era a avaliação do desempenho de concluintes do Ensino Médio. Desse modo, o ENEM surge como um verificador do ensino brasileiro em suas diversas realidades – das mais abastadas às mais precárias. Na primeira aplicação, apenas duas universidades brasileiras utilizaram as notas do exame como método de entrada no Ensino Superior.

A partir da primeira aplicação, o exame já demonstrou credibilidade em território nacional pela abrangência e inclusão, visto que havia iniciativa de isenção da taxa para uma porcentagem dos inscritos. O sucesso do ano anterior resultou no aumento do número de instituições de Ensino Superior aderindo ao ENEM. Segundo o INEP (*ibid.*), neste ano, “o número de instituições de educação superior que utilizavam os resultados no ENEM subiu de 2 para 93”.

A aplicação de 2002 contou com um número expressivo de candidatos, 1.829.170, sendo 50% concluintes do Ensino Médio (*ibid.*). O crescimento do número de participantes acompanhou a criação de políticas públicas para entrada no Ensino Superior, como concessão de bolsas por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 2005, aponta o INEP (*ibid.*), “67% dos participantes buscavam ingressar na educação superior”.

O movimento de adoção do ENEM como meio de ingresso pelas instituições fez com que ao propósito inicial – avaliação do Ensino Médio – fosse acrescido o caráter classificatório e examinador, o qual tornou-se evidente em 2009, quando o exame passou por uma mudança no

formato após a criação do SISU. Além de poderem realizar a prova para ingressar no Ensino Superior, os candidatos também podem fazê-la a fim de concluírem o Ensino Médio a partir da aplicação de 2008 (*ibid.*). O ano de 2013 foi um momento expressivo também para a história do exame, quando a nota obtida começou a ser adotada como critério de seleção pelas instituições federais quase em sua totalidade. Além disso, 2013 foi marcado como o primeiro ano em que o INEP passou a fazer a divulgação das notas de acordo com as escolas e com estratificação nos níveis socioeconômicos (*ibid.*).

A divulgação desses dados permite analisar as notas obtidas pelos alunos das diversas instituições de ensino básico, tanto público quanto privado, além de, no que se refere às análises dos dados socioeconômicos, possibilitar um estudo do rendimento de acordo com as diversas realidades e contextos educacionais existentes no Brasil, assim como mensurar o público que mais tem acessado essa ferramenta de entrada no Ensino Superior. Discriminar as informações contextuais e compará-las com os dados relacionados ao desempenho no exame traz um diagnóstico do contexto educacional do nosso país e auxilia na proposição, aumento e manutenção das políticas públicas.

Além disso, o movimento adotado pelo ENEM ao longo dos anos de aplicação demonstra que o exame, advindo da necessidade de verificar o Ensino Médio brasileiro nos diversos contextos, tem impactos positivos no que se refere à entrada de grupos menos privilegiados, principalmente aliado às ações afirmativas criadas e outras políticas públicas, no Ensino Superior, mas que também se consolida como um mecanismo de manutenção do *status quo*.

Isso ocorre, pois a abrangência e a importância do exame em território nacional criaram um fenômeno de ensino que busca o treinamento dos educandos para a realização da prova, tendo o caráter verificador do ensino ficado em segundo plano visto que práticas educacionais do Ensino Médio, quase que em sua totalidade, buscam tratar de temas e competências que possuem mais probabilidade de serem cobradas no exame.

Em se tratando da produção textual, há duas realidades distintas com tratamentos também distintos para essa parte da prova: os vestibulares tradicionais e o ENEM. Os vestibulares tradicionais cobram anualmente gêneros diferentes na prova dissertativa, e os alunos precisam se apropriar de diversos gêneros, normalmente argumentativos, tanto para a realização do vestibular quanto para contextos de escrita fora do âmbito escolar. Esse leque de gêneros a serem cobrados, de um lado é excludente para alunos de realidades menos favorecidas social e educacionalmente,

os quais muitas vezes não têm acesso a um ensino adequado de escrita, mas de outro é favorável ao ensino da produção textual por aumentar o repertório dos estudantes no que se refere aos gêneros do discurso trabalhados, assim como favorece uma prática de produção social para além das escolas e exames. O ENEM, por outro lado, adota apenas um gênero em todas as edições da prova, o que, em se tratando do ensino da produção textual, reflete em treinamentos dos alunos, quase à exaustão nos três anos finais da educação básica, unicamente voltado à Redação do ENEM.

Tendo em vista o tratamento dado à redação pelo ENEM e pelas instituições de ensino e cursos preparatórios, ao longo dos anos notou-se uma padronização do gênero em função da nota⁶. Brasileiro (2003) discute que, apesar das avaliações cobrarem dos candidatos questões discursivas e críticas, o que se percebe ainda é que

muitas escolas de Educação Básica (da Educação Infantil ao Ensino Médio) ainda não assumiram esse novo olhar e insistem em trabalhar com a redação de maneira artificial, levando, por exemplo, os alunos a reproduzir modelos de textos escolares, de função e alcance sociais extremamente limitados. Isso sem falar nas instituições que promovem o seu treinamento e exercício praticamente no 3º ano do Ensino Médio, quando os alunos sentem, de um modo às vezes doentio, as exigências do Vestibular e, vitimados pela ansiedade que delas advêm, acabam encontrando ainda mais dificuldade na tarefa de produção textual que lhes é impingida, para vencê-lo. (BRASILEIRO, 2003, p. 16).

Ou seja, o movimento de mecanizar e artificializar a escrita, no contexto desse trabalho a produção da Redação do ENEM, ocorre em função da busca por altos desempenhos pelos candidatos e instituições de ensino – as quais buscam alcançar lugares de prestígio no *ranking* divulgado pelo INEP. Logo, esse processo, quando aliado a práticas de ensino-treinamento privilegiadas, mantém os educandos abastados em situações privilegiadas e exitosas, como maiores chances de alcançarem 1000 e serem aprovados em instituições renomadas de Ensino Superior, ao passo que os alunos de realidades desfavorecidas, aos quais essas práticas educacionais excludentes não alcançam da mesma forma, ou sequer alcançam, possuem mais dificuldades para apropriação do gênero e para adentrar nesses espaços educacionais devido às diversas lacunas socioeducacionais. Nesse aspecto, desenvolverei, a seguir, uma discussão sobre o ensino e a aprendizagem da escrita.

⁶ Esse processo de padronização é percebido e denunciado há anos em vários contextos de produção e avaliação de textos, em diversos gêneros do discurso. Entretanto, nos atemos, nesse trabalho, a discutir exclusivamente o gênero Redação do ENEM, que compõe nosso objeto de pesquisa.

2.2 O ensino e a aprendizagem da escrita nas perspectivas do treinamento e da prática social

Os estudos sobre letramento indicam que a escrita deve permear o sujeito em sua vivência nos mais diversos contextos sociais, de modo que o letramento não se dissocie do caráter ideológico, social e crítico, condições essas presentes e que devem ser latentes na vida dos sujeitos (STREET, 2014). As práticas de letramento, em contrapartida ao que se considera apenas como alfabetização, vislumbram uma formação integral dos sujeitos, dentro e fora do âmbito escolar, de modo que a leitura e a escrita façam sentido nas vivências sociais. No processo educacional, essas práticas precisam associar e centralizar fatores que incidem na vida social, política, cultural etc., formando cidadãos capazes de se posicionar e operar no mundo em busca de seus direitos e deveres (SOARES, 2009). Ou seja, os estudos de letramento indicam caminhos pedagógico-sociais de impacto na vida dos estudantes nas mais diversas esferas de vivência, em detrimento de práticas descontextualizadas, autônomas e que alcançam uma formação limitada e limítrofe no que se refere à aplicação dos conhecimentos na prática social diária.

Nesse contexto, o ensino e a aprendizagem da escrita nos diversos contextos educacionais brasileiros são alvo de discussões e estudos no que se refere ao espaço dado aos textos nas aulas de língua portuguesa e no tratamento dado a esse objeto. As indagações das pesquisas desenvolvidas sobre o texto na escola partem, principalmente, do papel que a escrita possui na vida dos sujeitos dentro e fora do ambiente escolar, pois ela é uma forma de atuação no mundo em diversos ambientes e situações (ANTUNES, 2003, 2006; ROJO, 2009; KLEIMAN, 1995).

Essas esferas de comunicação e circulação de gêneros do discurso e seus enunciados “interpenetram-se o tempo todo em nossa vida cotidiana, organizando-a e organizando nossas posições e, logo, nossos direitos, deveres e discurso em cada uma delas” (ROJO, 2009, p. 110). Nesse sentido, estando os gêneros e os discursos tão profundamente imbricados na existência humana, é dever da escola garantir o direito do educando de conseguir produzir textos nas situações que forem necessárias durante a vida, não só em determinados eventos de determinadas esferas de comunicação. Esses são tópicos que discutimos nesta seção, assim como, para fundamentá-los, elencamos dois tipos de práticas de ensino da escrita: o ensino com vistas para o treinamento e as propostas de Antunes (2003), Assis (2014) e Brasileiro (2016), as quais defendem a escrita como prática sociocultural e o ensino desta focalizado no processo e não no produto final.

Antunes (2003, p. 48) aponta que “toda escrita responde a um propósito funcional qualquer; isto é, possibilita a realização de alguma atividade sociocomunicativa entre as pessoas e está

inevitavelmente em relação com os diversos contextos sociais em que essas pessoas atuam”. Essa visão interacionista da língua e dos enunciados nos indica um plano que se desenha há muitos anos nas pesquisas educacionais, quer seja, os nossos discursos e, deste modo, nossos enunciados, são as maneiras de re(existirmos) no corpo social e termos de competências para leitura e produção destes é uma ferramenta que nos mune contra, entre outras tantas mazelas, a injustiça social, assim como nos permite, em comunhão, operar mudanças e nos libertar (FREIRE, 2013). Desse modo, o ensino da escrita deve ser um dos pilares da formação educacional dos discentes, mas sem perder o propósito desse processo, o qual busca a formação de sujeitos críticos que saibam se posicionar e comunicar no mundo.

Entretanto, apesar dos caminhos e das conquistas que já foram logrados em relação ao ensino de produção textual, esse componente do ensino da língua portuguesa ainda não alcança todos os contextos de ensino e aprendizagem, uma vez que

Apesar desse redirecionamento, muitas escolas de educação básica (da educação infantil ao ensino médio) ainda não assumiram esse novo olhar e insistem em trabalhar com a redação de maneira artificial, levando, por exemplo, os alunos a reproduzirem modelos de textos escolares, cuja função e alcance social são extremamente limitados (BRASILEIRO, 2016, p. 128).

Ainda é comum constatar práticas de ensino da escrita mecanizadas e artificializadas e/ou dissociadas dos contextos, diálogos e outros componentes preponderantes à textualidade as quais “ignoram a interferência decisiva do sujeito aprendiz”; são “centradas, inicialmente, nas habilidades motoras de produzir sinais gráficos”; são “artificiais e inexpressivas”; “sem função, destituída de qualquer valor interacional”; exercitam “aspectos não relevantes da língua”; “improvisada, sem planejamento e sem revisão” (ANTUNES, 2003, p. 25-27, *passim*).

Em consonância com a realidade denunciada por Antunes e Brasileiro, notam-se práticas de ensino da escrita que vão de encontro à função social dela, sendo uma dessas o ensino da produção textual como treinamento para realização de exames, como o ENEM. Um ensino pautado pela padronização do gênero e repetição de modelos prontos a fim de alcançar nota alta, a almejada vaga em uma instituição de Ensino Superior, assim como prestígio para a instituição que formou tal estudante, esvazia o caráter social da escrita, desestimula a criação textual, o senso crítico e vilipendia o direito do aluno de receber uma formação preparatória para o exercício da cidadania, garantido constitucionalmente. Tais práticas padronizantes, como aponta Antunes, privilegiam

uma escrita uniforme, sem variações de organização, de sequência de suas partes, corresponde a uma escrita sem função, artificial, mecânica, inexpressiva, descontextualizada, *convertida em puro treino e exercício escolar, que não estimula nem fascina ninguém, pois se esgota nos reduzidos limites das próprias paredes escolares* (2003, p. 50. Grifo nosso).

Outro fator que contribui para que o ensino da produção textual ocorra com vistas para a padronização do gênero é a “pedagogia do exame” (LUCKESI, 2011). O autor aponta que a importância dada à avaliação do ensino direcionou as práticas educativas a essa pedagogia. Como principal exemplo apontado pelo autor, o treinamento para as provas de vestibulares molda o ensino uma vez que no final do Ensino Médio a atenção é “voltada para um treinamento de ‘resolver provas’, tendo em vista a preparação para o vestibular, como porta (socialmente apertada) de entrada para a universidade” (*ibid.*, p. 35). Nesse sentido, voltar as práticas pedagógicas exclusivamente para este fim acaba por não proporcionar aos estudantes processos de aprendizagem atrelados a sua prática social de modo abrangente, e sim a apenas um contexto de suas vidas, um evento de avaliação específico, o que restringe, muito provavelmente, suas possibilidades de analisar e agir sobre o mundo em outras situações.

Embora as avaliações de aprendizagem tenham surgido com o intuito de propiciar uma aprendizagem satisfatória para os estudantes, assim como coletar dados e fornecer ferramentas de ensino para os docentes, tal prática gera consequências negativas para a educação do país. Em se tratando dos entraves pedagógicos, a pedagogia do exame não contribui para o aprendizado discente. Ao contrário, tal pedagogia, quando centralizada pelos exames, como é o caso do ENEM, para o Ensino Médio, relega o significado do ensino como prática social em detrimento dos exames e do desempenho dos educandos neles. Logo, “a avaliação da aprendizagem, na medida em que estiver polarizada pelos exames, não cumprirá a sua função de subsidiar a decisão da melhoria da aprendizagem” (*ibid.*, p. 43).

Do ponto de vista sociológico, a pedagogia do exame contribui para o processo, já mencionado, da manutenção do *status quo*, da seletividade social. Em se tratando de ensino da produção textual com foco no treinamento para o ENEM, é nítido que os alunos advindos de classes abastadas possuem privilégios socioeducacionais para aprendizado do gênero padronizado assim como para obter bons desempenhos na prova. Nesse contexto de desigualdade educacional vivenciada no Brasil, Luckesi aponta que

a avaliação da aprendizagem, então, pode ser posta, sem a menor dificuldade, a favor do processo de seletividade, desde que utilizada independentemente da construção da própria aprendizagem. No caso, a avaliação está muito mais articulada com a reprovação do que com a aprovação e daí vem a sua contribuição para a seletividade social, que já existe independente dela (*ibid.*, p. 43-44).

Entretanto, embora haja o fenômeno da padronização do ensino da escrita, principalmente engessando gêneros da esfera escolar, como a Redação do ENEM, já existem estudos e discussões que condenam tais práticas de ensino e de aprendizagem – como a que desenvolvemos nesse estudo –, alimentam as denúncias dos docentes inseridos nesses contextos e criam indagações formadoras de agentes que lutam contra essa corrente educacional. Ademais, estudos do letramento crítico (ROJO, 2009; KLEIMAN, 1995) apontam a necessidade de se buscar um ensino que seja verdadeiramente crítico e trate os textos de maneira contextualizada e não de modo instantâneo e alienado (ROJO, 2009). Nesse viés, Assis (2014) e Brasileiro (2016) relatam sobre práticas de ensino da escrita que inserem os sujeitos-educandos como centrais na prática da produção, da leitura e das modificações nos textos, tanto no ensino básico quanto no superior. Um método de ensino da escrita crítico e com vistas para o caráter social desta, como é a oficina de escrita, conforme afirma Brasileiro (2016):

(...) compromete-se com a ideia de que, quando desartificializamos a prática do método redacional escolar, dando-lhe significado, destino social, gênero, veiculação, linguagem adequada, público-alvo e um projeto de escrita do interesse individual, alcançamos um desempenho melhor do aluno, não apenas de um texto isolado (BRASILEIRO, 2016. p. 138).

A autora, ao defender a escrita como um processo que contribuirá para a formação do autor, não apenas da produção de um texto, também alude à escrita como uma prática social. Com defesa semelhante, Assis (2014), ao pensar na avaliação das produções textuais, chega à conclusão de que o uso da prática de ensino da escrita processual, a partir da revisão e da reescrita

(...) além de fornecer ao professor pistas importantes sobre as práticas de letramento em curso, faz com que os estudantes se coloquem mais implicados no processo de ensino e de aprendizagem, assumindo uma posição de protagonistas na avaliação. Nessa medida, toma-se tanto o aluno como o professor como partícipes ativos no processo de avaliação, não se colocando o aluno, portanto, como de costume, numa condição defensiva (ASSIS, 2014, p. 552).

O que vemos, então, com base nos exemplos acima, é que existem resultados claros de que uma prática de ensino crítica e que insere o estudante como sujeito ativo desse processo alinha-se aos preceitos da escrita como prática social, assim como preparar os sujeitos-educandos para desempenhar sua competência de escrita em diversos contextos da existência. O ensino para o

treinamento, embora seja largamente adotado nas salas de aula, figura como uma prática de ensino dissociada, geralmente, do discurso, e seus contextos de produção ao preparar o aluno para ser um produtor de textos artificiais, além de tornar a educação “um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2013, p. 37).

Para encerrar, por ora, tal discussão e reiterar a importância do ensino da escrita como prática social, evoco Antunes, voz que ecoa nas salas de aula de formação de professores de todo o Brasil: “Se as pessoas não ficam mais capazes para – falando, lendo, escrevendo e ouvindo – atuarem socialmente na melhoria do mundo, pela construção de um novo discurso, de um novo sujeito, de uma nova sociedade, *para que aulas de português?*” (2003, p. 176. Grifo da autora).

2.3 Os recursos textuais e discursivos e a organização dos parágrafos argumentativos

Um sujeito, seja ele qual for, ao proferir um discurso, possui uma finalidade de comunicação com seu(s) interlocutor(es), e toda interação humana realizada por meio da língua possui traços da argumentatividade (KOCH, 2011). Sejam discursos cuja finalidade consista em, por exemplo, informar alguém sobre informações básicas de um encontro, como local, data e horário, ou um discurso cujo intento seja convencer o interlocutor ou persuadi-lo a tomar certas atitudes, eles passam por modos de construção/efetivação, de modo que os enunciados que os compõem deixem evidentes tais finalidades. Nessa subseção em específico, focamos nos modos de organização de discursos argumentativos à luz dos recursos textuais e discursivos para construção de tais enunciados.

“Como ser dotado de razão e vontade, o homem constantemente avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor” (KOCH, 2011, p. 17). Os textos argumentativos possuem potencialmente diversas formas de serem produzidos em várias esferas de comunicação, dos mais informais, como a argumentação no ambiente familiar, até os mais formais, como uma argumentação para defender um trabalho acadêmico ou profissional. Do mesmo modo como esses discursos circulam em contextos diferentes, eles são produzidos de formas também distintas. Um estudante, apesar de imbuído do mesmo intuito – convencimento –, provavelmente não irá construir um argumento do mesmo modo que uma mãe, por exemplo, fará a fim de convencer os seus filhos a tomarem certas atitudes. É a partir dessa gama de situações de argumentação, de possibilidades de construção dos discursos argumentativos e dos contextos em que eles são criados na sociedade que opera – ou deveria operar – a formação de produção de textos nas escolas.

Dentro das escolas e dos processos educacionais ali presentes é fulcral ampliar as habilidades argumentativas dos estudantes, tarefa esta que pode ser executada tendo como objetos textos de diversos gêneros diferentes e em modalidades distintas. Para melhor organização do ambiente escolar, o trabalho com discursos argumentativos orais se mostra de extrema importância, como é o caso de preparar os discentes para criarem discursos para eleições escolares, formações de agremiações, assim como para desenvolverem solicitações formais e informais, entre outros.

Já no âmbito da escrita, a argumentação se faz presente em abaixo-assinados, em solicitações formais e informais, podem ser explorados também em esferas distintas, como a jornalística, a empresarial, entre outros. Ou seja, o trabalho com os gêneros argumentativos, na escola, tem um potencial imenso de explorar os gêneros que se fazem presentes naquele ambiente e também dos que se farão presentes em outros contextos de produção e recepção de textos da vida dos estudantes. Nesse sentido, é importante munir os discentes com conhecimentos para organizar e formular os textos que auxiliarão nas situações acima descritas.

Estudiosos de diversos campos da linguística, como é o caso de Koch e Costa Val para a Linguística Textual (LT), Emediato para a Análise do Discurso, entre outros, abordam a organização dos textos argumentativos, seus modos de construção e as estratégias que o sujeito pode lançar mão para orientar os discursos para a direção desejada. Cada estudioso e área de estudo abordam de forma distinta esse modo de organização e produção textual (mais ou menos focalizado). Koch (2011) aponta as marcas linguísticas da argumentação; Bronckart (1999) trata das modalizações; Costa Val (2000) aborda a textualidade e seus fatores de construção; Emediato (2008), cuja obra será um construto teórico basilar para a análise da construção do texto da Redação do ENEM neste trabalho, aborda a construção dos textos e aponta modos de construção dos parágrafos argumentativos.

Uma importante marca na construção dos argumentos é a modalização. Para Bronckart, esse recurso de posicionamento enunciativo tem objetivo de introduzir “diversos **comentários** ou **avaliações** formulados a respeito de alguns elementos do conteúdo temático” (1999, p. 330. Grifo do autor). As modalizações, recurso importante na progressão temática, são também significativos para inserir posicionamentos do autor nos enunciados que produz, recurso este estudado de acordo com as suas funções, quer seja: modalizações *lógicas*, *deônticas*, *apreciativas* e *pragmáticas*.

As *modalizações lógicas* são aquelas que consistem na avaliação do **mundo objetivo** da perspectiva de suas “condições de verdade, como fatos atestados (ou certos), possíveis, prováveis,

eventuais, necessários, etc” (*ibid*, p. 330). Já as *modalizações deônticas* avaliam aspectos do **mundo social** e apresentam questões dos domínios do “direito, da obrigação social e/ou da conformidade com as normas de uso” (*ibid*, p. 331). Às *modalizações apreciativas* cabe a função de avaliar os aspectos do **mundo subjetivo** e apresentar, desse modo, o julgamento do sujeito sobre esses aspectos os considerando como “benéficos, infelizes, estranhos, etc” (*ibid*, p. 332). Bronckart também apresenta as *modalizações pragmáticas*, as quais apresentam aspectos da **responsabilidade** de algum agente, assim como atribui a ele “intenções, razões (causas, restrições, etc.), ou ainda, capacidades de ação (1999, p. 332). Por introduzir e abordar as avaliações e comentários nos textos, esse aspecto é um forte aspecto a ser trabalhado em práticas de ensino dos discursos argumentativos, o qual, inclusive, é preponderante na formação de gêneros do discurso, como o Redação do ENEM. Desse modo, o trabalho com as modalizações deve ocorrer de modo a propiciar aos sujeitos em formação a habilidade necessária para saber empregar esses posicionamentos e avaliações em seus vários contextos de inter(ação) no mundo em diversas situações.

As contribuições de Emediato (2008) apontam a importância do planejamento e da construção dos parágrafos de um texto, assim como explora os oito principais tipos de organização dos parágrafos. Para tal estudioso,

o planejamento do parágrafo é fundamental para a construção de um texto bem organizado e complexo. Organizar bem os parágrafos em um texto pressupõe a definição prévia de objetos para cada um deles, planejando as ideias e desenvolvendo-as em momentos apropriados e predeterminados. (EMEDIATO, 2008, p. 92).

Essa etapa de planejamento, muito importante na construção dos textos, sejam eles quais forem, passam pelos objetivos do produtor do texto e das estratégias que ele pode utilizar para organizar seu discurso. As oito principais maneiras de organização dos parágrafos exploradas por Emediato são: tempo; espaço; definição; enumeração; comparação; causas/efeitos; exemplificação; conclusão/dedução (*ibid.*).

O parágrafo organizado por *tempo*, *espaço* ou *tempo e espaço* é aquele cujo cerne é situar os assuntos do tema desenvolvido em um determinado espaço de tempo ou fazer alusões históricas relacionadas a eles. Além disso, uma outra característica presente nesse tipo de parágrafo é a inscrição dos acontecimentos em determinados espaços. Muito presente em textos de diversos tipos, essa organização se faz mais utilizada em parágrafos de introdução, nos quais se privilegia “situá-lo no tempo, fazendo um breve percurso histórico sobre suas origens, seu contexto histórico,

o local privilegiado de emergência dos fatos marcantes relacionados com sua origem” (*ibid.*, p. 93). Ou seja, tal construção é mais utilizada em termos de contextualização de uma situação que será tratada nos parágrafos adiante.

Outra construção também bastante utilizada nos termos de construção textual é o parágrafo organizado por *definição*. Esse tipo de parágrafo busca definir um conceito, uma teoria, um objeto de análise e fazê-lo de modo a também explicar tais definições. Esse tipo de parágrafo, como nos aponta Emediato, passa tanto pela definição do objeto quanto pela explicitação deste, uma vez que “a compreensão do significado de um texto chave é crucial para o desenvolvimento da leitura” (*ibid.*, p. 94). A explicitação do objeto definido pode ocorrer no mesmo parágrafo, ou o locutor pode, por exemplo, se organizar de modo a defini-lo em um parágrafo e explicitar e/ou detalhá-lo no parágrafo seguinte, este sendo um parágrafo de *enumeração*.

Esse tipo de construção baseia-se em fazer uma listagem de princípios, de exemplos, de acontecimentos, entre outros. Para efeitos de organização, ele se encontra aliado, muitas vezes, aos parágrafos de definição, servindo como um complemento a esses. Apesar de ser um parágrafo com possibilidade de inserção de diversos tópicos, o produtor do texto deve se organizar de modo a, posteriormente, explanar todos os tópicos inseridos.

Já os parágrafos organizados por *comparação* são alguns dos mais privilegiados em textos argumentativos escolares. O princípio norteador dessa construção paragrafal é fazer uma comparação associando elementos ou dissociando-os. Para tal, o autor busca ideias que demonstram similaridades ou diferenças entre os objetos da comparação. Tal construção pode ser feita dentro de um mesmo parágrafo ou com a conjugação de dois parágrafos, um explorando um dos elementos comparativos e o outro explorando o outro elemento, deixando assim bem esmiuçadas as associações e/ou as dissociações entre os objetos.

Os parágrafos construídos com fito de *causa/efeito* são similares aos de comparação no que diz respeito ao privilégio que é dado a esse modo de produção assim como ao modo como ele é concretizado nos discursos. O parágrafo construído por essa organização tem como objetivo criar relações de causalidade e consequências, buscando explorar resultados, sejam eles positivos ou negativos, sobre determinados temas tratados anteriormente. Assim como no parágrafo de comparação, essas relações podem ser exploradas em um ou dois parágrafos.

Já na construção por *exemplificação* o que se busca é trazer um, ou mais, exemplos relacionados a uma afirmação do parágrafo anterior. Por exemplo, se o parágrafo anterior foi

construído com intuito de apresentar as causas e as consequências de um determinado fenômeno, o parágrafo de exemplificação trará um exemplo factual sobre a afirmação trazida anteriormente. Esse tipo busca, com os exemplos trazidos, garante maior força argumentativa para os argumentos anteriores, assim como “situa-se, assim, no contexto de uma argumentação desempenhando um papel demonstrativo de prova” (*ibid.*, p. 99).

Por último, há o parágrafo organizado por *conclusão-dedução*. Nesse tipo de parágrafo, geralmente usado para concluir um texto como o próprio nome já informa, busca-se fazer um apanhado dos assuntos e argumentos desenvolvidos ao longo do texto a fim de dar um fechamento para a discussão feita. A construção conclusiva e dedutiva é clássica nas conclusões textuais justamente pelo seu teor de apanhado das informações desenvolvidas e de conclusões lógicas e naturais sobre o assunto, ou seja, a construção do enunciado caminha para a culminância das deduções feitas na conclusão. Para que tal parágrafo cumpra o seu papel, é importante “não introduzir elementos novos, limitando-se a elaborar uma síntese global que apresente como uma dedução das informações constantes nos parágrafos anteriores” (*ibid.*, p. 99).

A partir dessa explanação sucinta dos oito principais tipos de parágrafos apontados por Emediato, podemos concluir que há uma vasta gama de possibilidades de construção argumentativa, passando por alusões históricas, definições, exemplos, relações de assimilação, contraposição, causas e consequências entre objetos e acontecimentos, assim como das possibilidades de deduções que podem ser feitas a partir do tratamento que se dá ao objeto do texto. Para além das possibilidades apresentadas por tal estudioso, existem outras diversas formas de organização de parágrafos, como o parágrafo de introdução modelo, parágrafos com raciocínio indutivo, parágrafos que mesclam mais de um tipo de construção, entre outros. Como é vasto o campo da argumentação, assim deve ser também o tratamento que se dá aos diversos modos de construção dos textos desse tipo nas formações educativas. Embora a taxionomia sobre os modos de construção paragrafal vá além do exposto acima, o que se percebe, no cotidiano do ensino da produção de textos, é que sequer esses oito tipos de parágrafo são explorados em sua totalidade e de maneira aprofundada e adequada nas práticas de ensino da produção de textos.

O que se percebe nas escolas é uma formação que privilegia certos tipos de argumentos (KOCK, 2011; EMEDIATO, 2008), quais sejam: a argumentação por *causa e consequência* e por comparação, tendo como foco a comparação por dissociação. O privilégio dado a esses tipos de argumentos será explorado de modo mais aprofundado na seção 4 deste trabalho, na qual são

apresentadas as análises dos *corpora* levantados. Os textos que alcançaram 1000 pontos na prova de Redação do ENEM refletem o privilégio dado a esses argumentos, visto que a maior parte dos textos foi organizada de modo a argumentar com base nesses princípios. A partir desse fenômeno, indagamo-nos: O que se ensina nas escolas sobre a construção dos parágrafos argumentativos? E quais são as possíveis consequências dos privilégios de certas argumentações em detrimento de outras?

Conforme já discutido, o ensino do texto argumentativo nas escolas encontra-se, principalmente no Ensino Médio, voltado quase exclusivamente ao trabalho com o texto dissertativo-argumentativo. Isso se dá pela cobrança desses tipos de texto em avaliações de vestibulares e concursos, de modo que o processo educacional se limita a um treinamento para esses eventos específicos. Nesse sentido, as práticas de ensino da produção textual visam preparar os estudantes para alcançarem bons resultados nas provas, mas, como discutido na subseção anterior, não os prepara para construir discursos em outras esferas da vida.

Além dos prejuízos que são causados na proficiência de escrita dos estudantes pelo foco nos textos dissertativo-argumentativos, o tratamento dado à construção desses textos também figura como uma prática alarmante. Muito se ensina sobre a importância de fazer parágrafos que tragam as relações de causa e consequência e da injunção com a premissa de que os outros modos de construção destes não possuem a mesma força argumentativa, deixando, na realidade, as produções com um caráter apenas dissertativo, o que não condiz com a realidade apontada pelos estudos, por exemplo, de Emediato (2006), o qual ilustra as oito organizações de parágrafo com exemplos de textos com argumentos vários e de várias configurações, não apresentando valoração distinta apenas pela forma como foram construídos.

Na realidade, o que se observa é que todas essas formas são válidas e a força de um argumento depende mais da organização e do projeto de texto do autor do que do tipo de parágrafo que ele constrói. Ademais, há casos em que utilizar um argumento, por exemplo, por alusão histórica ou enumeração é mais produtivo do que trabalhar causas e consequências, assim, o que se espera de uma prática educacional é desenvolver autonomia para que um estudante consiga distinguir, nas situações de escrita, como organizar da melhor forma o seu texto.

Desse modo, o ensino que privilegia apenas os dois tipos de argumentos acima mencionados reduz a possibilidade de trabalho com a língua por parte dos escreventes em formação. A eles não são ensinadas alternativas para construir seus posicionamentos, sendo que

são, sistematicamente, desestimulados a fazê-los de modos distintos do padrão treinado. Há diversas temáticas que poderiam ser tratadas com uma revisão histórica, com definições ancoradas em estudiosos das áreas, com enumerações e exemplificações de situações-problema, mas que não são feitas pelo receio do estudante em não conseguir alcançar uma boa pontuação – seu objetivo principal em um contexto avaliativo – e pela falta de segurança em fazê-lo já que seu preparo o desencorajou a fazer tais escolhas de organização textual.

Portanto, estudar os textos argumentativos e seus potenciais, sejam da textualidade ou do discurso, passa pela denúncia desse contexto que hoje está instaurado em boa parte das instituições de ensino básico e refletido na materialidade dos textos que alcançam nota máxima na prova do ENEM, recorte analisado nesse trabalho, o qual não forma o estudante para as diversas formas de intelectualizar, organizar e textualizar o discurso, assim como não amplia o repertório de modos de dizer de tais sujeitos. Na próxima subseção, trataremos mais especificamente do texto cobrado no ENEM como um gênero do discurso emergente de um contexto avaliativo e que não extrapola tal contexto de emergência, retroalimentando o processo acima denunciado.

2.3.1 A Redação do ENEM como gênero do discurso escolar

Os estudos dos gêneros textuais/discursivos estão situados na grande área Linguística Aplicada. Motta-Rott, Selbach e Florencio (2016, p. 34), em um levantamento de artigos desenvolvidos nessa área de estudos, encontraram 124 menções ao termo *Gênero discursivo/textual*, sendo esse o termo mais presente no *corpus* analisado, seguido de *Ensino de línguas*, *Aprendizagem de línguas* e *Formação de professores de línguas*, com, respectivamente, 108, 81 e 42 menções. Pesquisas como essa mostram o protagonismo do estudo dos gêneros textuais/discursivos nas pesquisas desenvolvidas entre 2005 e 2015 no Brasil, no campo da Linguística Aplicada.

Ainda no capítulo referenciado, fizeram um levantamento de autores que foram citados nos textos que fizeram parte do *corpus* de pesquisa. No que diz respeito aos estudos dos gêneros textuais/discursivos, Mikhail Bakhtin foi o estudioso mais citado. A presença desse pesquisador indica um fenômeno já amplamente reconhecido: os estudos de Bakhtin e do círculo trouxeram um novo rumo para os estudos do gênero, os quais, no Brasil, tiveram como grande influência para sua instauração a agenda de pesquisa de Rojo (2005).

Rojo, em 2005, trouxe um texto precursor do que se estuda atualmente no Brasil sobre os gêneros textuais/discursivos. Bezerra (2017, p. 21), ao discorrer sobre a importância deste capítulo de livro da autora, aponta que “a distinção terminológica entre gênero discursivo e textual se colocava apenas de modo incidental na literatura”, sendo que a principal discussão era sobre a distinção entre tipos e gêneros textuais. Rojo, portanto, abriu, com esse estudo, um novo caminho de discussão no Brasil, que hoje ultrapassa o que outrora era o foco de estudo da área.

Após fazer um levantamento, em 2000, de 95 trabalhos baseados em teorias do gênero, Rojo constatou que “a primeira – teoria dos gêneros do discurso – centrava-se sobretudo no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos e a segunda – teoria dos gêneros de textos –, na descrição da materialidade textual” (2005, p. 185).

A partir dessa passagem, é possível perceber que a diferença fundamental entre uma e outra teoria centra-se na distinção dos focos nos estudos dos gêneros. Não são teorias completamente diferentes, assim como não são objetos diferentes, o que se difere é a direção e o foco do olhar para um mesmo fenômeno linguístico-histórico-social. Ainda recorrendo à Rojo para explicar as diferentes teorias de gênero discursivo/textual, chamo atenção para a descrição feita pela autora das focalizações de cada uma delas.

A autora considera como sendo um trabalho da teoria textual do gênero aquele que “trabalha com noções herdadas da linguística textual” (*Ibid*, p. 186). Como pertencentes à teoria discursiva do gênero, ela leva em conta aqueles que tendem a “selecionar os aspectos da materialidade linguística determinados pela situação da enunciação” (*Ibid*), como relações hierárquicas, aspectos ideológicos, contexto histórico-social, etc. Ou seja, as diferenças entre uma e outra teoria estão nas “portas de entrada” para o estudo, sendo possível estudar o mesmo objeto a partir dos dois olhares.

Um ponto importante sobre essas diferentes abordagens do estudo dos discursos é o que se pretende descrever, a qual fenômeno a análise se volta. Na perspectiva adotada para esta pesquisa, a bakhtniana, conforme aponta a autora, as pesquisas se voltam à “busca da significação, da acentuação valorativa e do tema, *indiciados* pelas marcas linguísticas, pelo estilo, pela forma composicional do texto”. (*Ibid*, p. 189. Grifo nosso). Ou seja, uma análise voltada à teoria sociodiscursiva busca analisar os aspectos relacionados aos contextos de produção e recepção dos enunciados, os quais são evidenciados pelas marcas linguísticas.

Esta pesquisa afilia-se à abordagem discursiva do gênero – tendo como principal referência a obra de Bakhtin – considerando tanto elementos da materialidade do texto, um dos aspectos

abordados por Bakhtin em seu estudo dos gêneros do discurso, quanto do contexto de produção, sendo esse o ponto de partida, visto que analisamos o processo de padronização do gênero do discurso Redação do ENEM a partir de práticas educacionais e avaliativas, ou seja, a partir de seu contexto de produção e recepção. Contribuindo com a análise discursiva, há o estudo do uso dos elementos coesivos na Redação do ENEM como sendo um dos elementos da materialidade textual que constroem o gênero padronizado.

Ou seja, apesar da nossa análise estar centrada no caráter discursivo da prova, da padronização e das práticas de ensino, a materialidade do texto também é um aspecto importante na construção da pesquisa, uma vez que o referenciado processo de padronização do gênero é concretizado nas produções dos educandos. Assim, tendo retomado o caminho dos estudos do gênero do Brasil e inserido nossa pesquisa na abordagem discursiva, analisemos a Redação do ENEM como um gênero do discurso escolar.

Bakhtin aponta que há três componentes nos gêneros do discurso – “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (2016, p. 12. Grifo do autor) –, sendo que eles “fundem-se indissolúvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera da comunicação” (*Ibid.*). Tais componentes apontados pelo autor são o conteúdo temático, o estilo da linguagem e a construção composicional.

De modo que o ambiente escolar se configura como uma esfera da comunicação dos sujeitos ali presentes e possui suas especificidades, salientamos que esse ambiente é propício para o surgimento de gêneros do discurso à medida que surgem contextos e situações em que os sujeitos produzem enunciados para construir comunicações. A Redação do ENEM foi implantada na prova e nos ambientes escolares ao longo dos anos de aplicação do exame e hoje possui protagonismo no processo de formação de educandos em todo território nacional. Sendo essa uma prova de forte abrangência e importância para os concluintes do Ensino Médio, trabalha-se a produção de redações – parcela do exame para a qual são destinados 1000 pontos – de modo sistemático e contínuo durante, pelo menos, os três últimos anos da formação básica.

Desse modo, a Redação do ENEM ganha protagonismo no cotidiano escolar dos sujeitos participantes dessa esfera de comunicação, sendo a apreensão do gênero em sua estilística, conteúdo temático e construção composicional o alvo das práticas de ensino da produção de textos. Prado e Morato (2016) chamam atenção para o fato de que os próprios estudantes – produtores dos

textos de tal gênero – afirmam que este é de fato um gênero. No estudo desenvolvido por esses estudiosos, eles chegam à conclusão de que o que faz com que a Redação do ENEM seja um gênero

não é apenas a evidência de que estamos tratando de uma possibilidade de se considerar a língua em uso para fins que atendem a uma determinada demanda social, que, no caso do ENEM, podem ser ingresso em uma universidade ou a conclusão do ensino médio, por exemplo. **Estamos lidando com um tipo de texto que solicita ao enunciador uma apreciação crítica, uma opinião e uma proposta de solução para um problema social.** (PRADO; MORATO; 2016, p. 216. Grifo nosso).

Além desses aspectos, Prado e Morato apontam que os próprios enunciados produzidos enquadram a Redação do ENEM como um gênero pelo padrão relativamente estável que é seguido nas produções. Contudo, para além da estabilidade que todo gênero possui, o que se percebeu no estudo desenvolvido por tais linguistas foi um engessamento de certas estruturas e estratégias de construção no que se refere à materialidade dos textos, a saber: quantidade de parágrafos (maioria dos textos com 04 parágrafos); parágrafos iniciados com operadores argumentativos (96%); quantidade e disposição dos operadores discursivos ao longo da produção; construção de períodos; modalização, entre outros (*ibid.*, p. 213-217).

Tais aspectos apontados por Prado e Morato (2016) indicam muito sobre o processo de produção dos textos deste gênero do discurso, assim como de sua recepção. Visto que os candidatos que realizam a prova buscam um rendimento satisfatório que possa permitir que seus objetivos sejam alcançados, como adentrar no Ensino Superior, produzir os textos de modo que eles estejam alinhados àquilo que se espera e aos critérios que serão avaliados é um dos focos dos processos de formação e treinamento que permeiam e conduzem a produção de tais enunciados. Além disso, em relação à recepção de tais textos é fulcral pontuar que o processo de correção da prova é feito por avaliadores formados em Letras e capacitados com os documentos oficiais do INEP, quer seja os manuais do corretor ENEM. Por ser um processo avaliativo em larga escala, os documentos norteadores buscam ser claros em relação ao que será cobrado dos candidatos em seus textos em todos os aspectos que serão avaliados, sendo as condições de recepção bem delineadas e objetivas no que se refere a esse gênero do discurso em específico.

Entretanto, o que se percebe em relação ao gênero do discurso Redação do ENEM é que ele opera na vida de tais sujeitos apenas na esfera educacional de comunicação, não ultrapassando os “muros” da escola, e servem com propósito apenas avaliativo, uma vez que os discentes apreendem o gênero para realizar a prova – um evento específico em toda sua trajetória humana – e adentrar em outra esfera formativa – Ensino Superior – na qual ele não tem um papel, assim como

nas outras situações de comunicação. Contudo, o trabalho com a Redação do ENEM nas instituições de ensino ganhou tanta importância devido ao papel social da prova a ponto de outros gêneros do discurso não serem, muitas vezes, considerados ou tratados de forma abrangente, contextualizada no processo de formação dos educandos, o que prejudica a formação social desses sujeitos.

Nesse sentido, embora a formação escolar deva ser voltada para o uso da língua como prática social, o que se vivencia nas escolas atualmente, em se tratando de ensino de produção textual, é o trabalho extenuante e focalizado quase exclusivamente na Redação do ENEM, o qual ocorre de forma padronizada e pouco reflexiva acerca dos discursos, práticas essas que geram percalços futuros quando, em outras esferas de comunicação, os sujeitos precisam se posicionar e comunicar e, para tal, precisam utilizar outros gêneros. Trabalhos como o de Prado e Morato (2016) são cruciais para o estudo dos gêneros do discurso e, de modo mais abrangente, da LA, por ilustrar o fenômeno da Redação do ENEM ter, com o tempo, se tornado um gênero do discurso a partir da centralidade que ele ocupa no cotidiano escolar e da sua forma de materialização. Sobre esse aspecto e com intuito de aprofundar a discussão sobre tal gênero do discurso, apresentaremos, a seguir, uma análise das competências avaliadas na Redação do ENEM, assim como da interdependência entre elas à luz da cartilha do participante ENEM e do manual do corretor ENEM 2018, documentos oficiais divulgados pelo INEP e norteadores de modelos de ensino padronizado e mecanizado para a realização da prova.

2.3.1.1 As competências avaliadas na Redação do ENEM

A avaliação da redação produzida pelo candidato do ENEM é dividida em cinco competências, sendo considerados até 200 pontos em cada uma delas, totalizando 1000 pontos para a produção textual. O INEP, órgão que prepara e aplica o Exame, disponibiliza uma série de documentos norteadores relativos à redação tanto para candidatos quanto para avaliadores. Dentre eles está a cartilha do participante do ENEM 2022, edição mais recente do documento, a qual aponta para o candidato o que será avaliado no texto produzido. Esse documento destinado aos candidatos possui teor bastante didático sobre as competências avaliadas e sobre o que se espera de um conculinte do Ensino Médio em uma Redação do ENEM, assim como apresenta uma coletânea de textos que alcançaram nota 1000 na edição anterior com comentários acerca das

características de cada um deles no que se refere às competências avaliadas. Sendo assim, a cartilha do participante é um documento basilar na formação dos candidatos do ENEM.

Já os manuais de correção da redação apontam, para os avaliadores, o que deve ser examinado nas produções e como fazer tais correções de acordo com cada uma das cinco competências e das situações que levam um texto a receber nota 0. O documento busca ser didático e contemplar todas as minúcias do processo avaliativo para que não haja espaço para subjetividades, uma vez que a avaliação é aplicada em larga escala, precisa cumprir todos os critérios e ser coerente com os apontamentos dos documentos.

Os documentos norteadores, tanto para candidatos quanto para avaliadores da prova de redação, interferem nos processos de produção e recepção do gênero do discurso Redação do ENEM, visto que eles indicam de maneira sucinta e evidente o que se avalia dos candidatos, o que se espera deles, e, aos avaliadores, como proceder no processo avaliativo, como e o que deve ser considerado em relação a cada competência. Desse modo, junto a outros fatores, eles agem como reguladores do processo de produção e de avaliação dos textos desse gênero.

As competências avaliativas versam sobre questões as quais podem estar mais relacionadas à superfície do texto, como escolhas vocabulares, adequação à norma padrão, organização das frases e períodos, ou às questões mais discursivas, como projeto de texto, repertórios externos, estratégias argumentativas, entre outros, assim como àquelas que estão ligadas aos dois campos, como os conectivos. A fim de aprofundar a discussão, explanaremos, a seguir, cada uma das cinco competências avaliadas nas produções realizadas na prova (Quadro 1).

Quadro 1 – Competências avaliadas

Competências avaliadas na Redação do ENEM	
Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: INEP, 2022, p. 5.

Como apontado no Quadro 1, há competências mais situadas no campo de textualidade e outras mais situadas no campo do discurso. As competências I e IV possuem diretrizes alinhadas com questões da superfície textual. Na primeira competência, o candidato é avaliado de acordo com a sua habilidade para se adequar à norma padrão do português, enquanto na quarta competência são avaliados os recursos coesivos utilizados, a adequação deles nos espaços em que foram empregados e a variedade de recursos utilizados. São obrigatórios, inclusive, para que um candidato alcance a nota máxima na competência IV, o uso de articulares lógico-semântico-argumentativos em momentos específicos do texto, questão que será aprofundada mais adiante na discussão sobre essa competência.

Já as competências II e III possuem apelo mais discursivo, apesar de também avaliarem questões da materialidade do texto. Os aspectos discursivos avaliados nessas competências são, respectivamente, o entendimento e atendimento ao tema, o uso de repertórios socioculturais, o projeto de texto, a seleção, hierarquização e organização das ideias. Nesse sentido, há uma gama de conhecimentos e operações lógicas que o candidato deve lançar mão no momento da produção que serão avaliados em seus textos. Além disso, há a competência V, a qual avalia a proposição de uma medida interventiva acerca da situação-problema abordada no texto. Discutiremos a seguir cada uma das cinco competências avaliativas, assim como discutiremos sobre a interdependência existente entre elas apesar das notas serem atribuídas de forma independente em cada uma delas.

2.3.1.1.1 A competência I

A Competência I busca avaliar o uso da modalidade formal da língua portuguesa por parte dos candidatos. Os 5 níveis avaliativos de tal competência consideram as escolhas de registro, o domínio da norma-padrão e a estrutura sintática. O manual para os corretores da Redação do ENEM disponibiliza um quadro descritor com os níveis de avaliação. Cabe frisar que, para que um candidato atinja a nota máxima nessa competência, ele pode ter apenas até dois desvios gramaticais e um desvio sintático (Quadro 2).

Quadro 2 – Matriz de Referência para a Competência I

Competência I	
Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa	
0	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.
1	Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
2	Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
3	Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.
4	Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.
5	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência.

Fonte: INEP, 2019a, p. 8.

O desempenho em tal competência depende, portanto, do domínio que o candidato possui da norma padrão e dos recursos linguísticos que podem ser utilizados no texto de acordo com a formalidade exigida pelo contexto de produção. Os níveis descritores da primeira competência propõem uma avaliação de acordo com a gradação dos desvios apresentados nos textos. Uma boa escrita, nesse contexto, aquela que atingiria 200 pontos, apresenta “estrutura sintática excelente (no máximo, uma falha) e, no máximo, dois desvios” (INEP, 2019a, p. 10). Aos outros níveis

avaliativos ocorre uma mudança gradativa de acordo com a presença dos desvios e de organização da estrutura sintática. Pode-se perceber, então, que esta é uma parte da correção que está debruçada em questões relacionadas ao registro.

2.3.1.1.2 A competência II

Na segunda competência, são avaliados conhecimentos acerca da estrutura do texto, da aplicação de conceitos de outras áreas e da compreensão da proposta de redação. Ou seja, o avaliador faz uma análise que incide sobre o atendimento estrutural (presença de introdução, desenvolvimento, conclusão, tese, entre outros), dos repertórios – os quais devem ser pertinentes e relacionados ao tema – e do atendimento ao tema, que é inédito em cada aplicação do exame (Quadro 3).

Quadro 3 – Matriz de Referência para a Competência II

Competência II	
Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa	
1	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
2	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
3	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
4	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
5	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.

Fonte: INEP, 2019b, p. 6.

Essa competência tem uma ligação forte com os conhecimentos adquiridos pelos candidatos ao longo de toda sua formação escolar-pessoal, visto que se espera que eles tenham conhecimentos de diversas áreas para embasar os pontos de vista defendidos no texto produzido. Esses

conhecimentos podem ser de várias fontes, como entretenimento, estudos, noticiários, entre outros. Além disso, os conhecimentos acerca do gênero Redação do ENEM também são analisados nessa etapa da correção, assim como aqueles que concernem ao texto argumentativo de modo geral e ao tema solicitado na prova.

A consistência na argumentação, assim como a pertinência das informações inseridas é um diferencial que pode garantir alto desempenho na segunda competência. Em relação ao conhecimento do gênero Redação do ENEM, é nesse momento que uma estrutura textual específica do gênero possui protagonismo no aspecto avaliativo. Ou seja, um estudante, para alcançar alto desempenho na segunda competência avaliativa precisa demonstrar domínio do gênero do tema solicitado, assim como de informações que embasem o que será defendido na produção.

Sobre o desempenho nesta competência, o INEP afirma que

os textos avaliados nos níveis 1, 2 e 3 possuem alguma deficiência na abordagem do tema ou na tipologia textual. O atendimento pleno à abordagem completa da proposta temática e ao tipo textual serão pré-requisitos para que o participante atinja o nível 4 dessa Competência. Ademais, para diferenciarmos os textos com melhor desempenho, o uso do repertório e sua pertinência ao tema serão determinantes para distinguir os níveis 4 e 5 (INEP, 2019b, p. 8).

Por avaliar o atendimento ao tema e ao gênero do discurso, a competência II é central no processo avaliativo, sendo “a partir da abordagem do tema e da adequação à tipologia textual que as outras Competências se orientam e organizam” (INEP, 2019b, p. 5). Assim, ela é a única que, se zerada pelo candidato, automaticamente faz com que todo o texto, em suas outras quatro competências, também tenha essa nota atribuída.

2.3.1.1.3 A competência III

A terceira competência busca avaliar a seleção, a relação, a organização e a interpretação de fatos e opiniões em prol do ponto de vista adotado pelo candidato no texto. Ao se deparar com o tema da prova, o candidato precisa organizar e interpretar suas opiniões assim como os fatos que conhece sobre o assunto, ou que foram apresentados na proposta. Além disso, o candidato deve conseguir relacionar tais fatos e informações, assim como organizá-los de forma coerente, sem contradições e lacunas argumentativas. Desse modo, é cobrado que se saiba como defender um ponto de vista. Aos avaliadores da prova cabe julgar se o texto produzido pelo candidato apresenta um projeto de texto coerente, se ele consegue sustentar o ponto de vista adotado e, para fazê-lo, o manual de correção apresenta a seguinte matriz de referência (Quadro 4).

Quadro 4 – Matriz de Referência para a Competência III

Competência III	
Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista	
0	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.
1	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista
2	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.
3	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.
4	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.
5	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.

Fonte: INEP, 2019c, p. 7.

Por meio da matriz de referência para a terceira competência, a avaliação dos textos é dividida em dois pilares: abordagem parcial ou completa do tema. Os textos que atendem parcialmente o tema proposto serão avaliados nos dois primeiros níveis descritores acima. Em contrapartida, aquelas produções cujas discussões abarquem totalmente o tema solicitado podem ser avaliados normalmente nos níveis 3, 4 e 5. A partir desse ponto, o projeto de texto, quanto mais evidente, eleva a produção aos últimos níveis da terceira competência, sendo a consistência do projeto de texto e das informações inseridas os principais diferenciais em tais níveis (INEP, 2019c).

2.3.1.1.4 A competência IV

A quarta competência avaliada no ENEM afere o desempenho do candidato no que se refere ao conhecimento dos mecanismos linguísticos para construir a coesão e a coerência. Nesse caso, são avaliados os elos construídos pelo candidato para o desenvolvimento da argumentação, sobre a situação-problema apresentada no tema e do texto de modo geral. Em consonância com os

postulados sobre coesão textual, o INEP criou tabelas norteadoras para os corretores avaliarem os laços coesivos construídos pelos produtores dos textos. Desse modo, são avaliadas as articulações do texto e a presença e adequação dos elementos coesivos em diferentes partes dele (Quadro 5).

Quadro 5 – Matriz de Referência para a Competência IV

Competência IV	
Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação	
0	Não articula as informações.
1	Articula as partes do texto de forma precária.
2	Articula as partes do texto de forma insuficiente, com muitas inadequações, e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.
3	Articula as partes do texto de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.
4	Articula as partes do texto, com poucas inadequações, e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
5	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.

Fonte: INEP, 2019d, p. 15.

No que se refere à coesão que é construída pela conexão – foco de análise da pesquisa – a matriz específica, presente no manual de correção – criou níveis de avaliação de acordo com 1) construção do texto; 2) presença ou ausência de conectivos; 3) repetições de conectivos; 4) adequação dos conectivos no texto.

Visto que a avaliação desta competência passa por esses quatro níveis cumulativamente, o movimento de avaliação ocorre de modo que o examinador, ao analisar esse aspecto da materialidade do texto, verifique se: o texto constitui um monobloco; há elementos coesivos intraparágrafos e interparágrafos; se há repetições ao longo do texto em detrimento do uso lexical variado; se o uso dos elementos intraparágrafos e interparágrafos é adequado (Quadro 6).

Quadro 6 – Matriz específica da Competência IV

Competência IV		
Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação		
0	Palavras e períodos justapostos e desconexos ao longo de todo o texto, o que demonstra ausência de articulação.	
1	Presença rara de elementos coesivos inter e/ou intraparágrafos E/OU excessivas repetições E/OU excessivas inadequações.	
2	Presença pontual de elementos coesivos inter e/ ou intraparágrafos E/OU muitas repetições E/OU muitas inadequações.	Textos em forma de monobloco não devem ultrapassar este nível.
3	Presença regular de elementos coesivos inter E/OU intraparágrafos E/OU algumas repetições E/OU algumas inadequações.	
4	Presença constante de elementos coesivos inter* e intraparágrafos E/OU poucas repetições E/OU poucas inadequações.	
	*Havendo elemento coesivo de tipo “operador argumentativo” entre parágrafos em, pelo menos, 01 momento do texto.	
5	Presença expressiva de elementos coesivos inter** e intraparágrafos** E raras ou ausentes repetições E sem inadequação.	
	**Havendo elemento coesivo de tipo “operador argumentativo” entre parágrafos em, pelo menos, 02 momentos do texto e, pelo menos, 01 elemento coesivo de qualquer tipo dentro de todos os parágrafos.	

Fonte: INEP, 2019d, p. 19.

No que se refere à presença e à adequação dos elementos coesivos, a competência IV não admite inadequações de uso – como utilizar um conectivo que indica concessão, mas para indicar, na realidade, uma relação de adversidade. Além disso, o candidato deve apresentar pelo menos um elemento coesivo dentro de todos os parágrafos e pelo menos dois conectivos entre parágrafos do texto para atingir a nota máxima nesta competência.

A valoração dada a essa avaliação da competência IV é um dos contribuintes para a padronização da Redação do ENEM, visto que, em certas práticas de ensino que partem da pedagogia do treinamento vislumbrando o 1000 na redação, padroniza-se até quais são os elementos coesivos utilizados e em quais espaços do texto eles podem ser inseridos para que o

candidato atinja o valor total na competência. A título de exemplo tem-se o próprio manual de correção, que, ao discorrer sobre a coesão dentro dos parágrafos e entre eles, insere um modelo de texto cuja construção é considerada ideal coesivamente, a qual pode ser observada na imagem (Imagem 1).

Imagem 1 – Exemplo de estrutura coesiva do manual de correção.

Texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto. **Esse** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto. **Entretanto**, texto texto texto **internet** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto.

Diante desse cenário, texto. **Embora** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto, **isso** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto.

Por outro lado, texto. **Assim** texto texto texto texto texto **ela** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto. Texto texto texto texto texto **rede social** texto texto texto texto texto. **Além disso**, texto texto texto texto texto texto texto texto.

Portanto, ela texto, **tendo em vista que** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto.

Fonte: INEP, 2019d, p. 20.

O modelo de texto apresentado na imagem acima apresenta uma possibilidade de construção do texto no que se refere à coesão. Tendo em vista que o Manual de Correção é um dos únicos e principais documentos oficiais divulgados pelo órgão de aplicação do ENEM, o conteúdo desta imagem reverbera nas práticas educacionais como sendo o modo ideal de construção, uma vez que é o único apontado, mesmo meramente como exemplo, como sendo um texto com coesão exitosa.

De modo que a imagem inserida no manual de correção aponta possíveis elementos coesivos a serem utilizados em determinados espaços do textos e sabendo a importância de tal documento nas práticas docentes, um possível cenário que pode resultar dessa ilustração é um maior fechamento às variações de uso de elementos coesivos e dos locais em que são mobilizados em detrimento dos que foram indicados na imagem, ou seja, pode-se afunilar ainda mais a abertura de variação do estilo no que se refere a esse elemento textual a partir da busca pela padronização do uso de tais elementos coesivos. Nesse sentido, o próprio exemplo discutido no material de

formação de avaliadores é um forte subsídio da padronização do uso dos elementos coesivos e da construção da coesão textual, visto que professores de redação que atuam no Ensino Básico são também aqueles que se candidatam à correção da prova do ENEM e passam pelo processo de capacitação para tal, ou seja, essa coincidência de sujeitos é também um fator contribuinte para reforçar o movimento de padronização.

2.3.1.1.5 A competência V

A competência V avalia a presença de uma intervenção relacionada à situação-problema indicada na proposta de redação, que contenha os seguintes elementos interventivos: ação – o que deve ser feito para mitigar a situação-problema –, agente – aquele que é responsável por concretizar a ação –, meio – os caminhos para concretizar a ação, o que deve ser feito –, finalidade – o objetivo da intervenção – e detalhamento de algum desses elementos. Além disso, a proposta criada pelo candidato deve respeitar os direitos humanos. Caso contrário, será atribuída nota 0 à competência, mesmo que ela apresente relação com o tema e todos os elementos necessários (Quadro 7).

Quadro 7 – Matriz de Referência para a Competência V

Competência V	
Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos	
0	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.
1	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
2	Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto.
3	Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
4	Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
5	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

Fonte: INEP, 2019e, p. 5.

A avaliação de uma proposta de intervenção deve se ater à contabilização dos elementos interventivos, à relação com o tema e ao respeito aos direitos humanos. Quaisquer falhas de desenvolvimento e de projeto textual devem ser avaliadas apenas na competência III, aquela que visa, justamente, verificar o projeto textual e o desenvolvimento das ideias. Desse modo, o processo avaliativo da quinta competência é predominantemente quantitativo.

Com base na explanação feita acima sobre cada uma das competências avaliativas do ENEM, pode-se perceber que tal gênero do discurso, presente na esfera escolar, o qual possui relevância na formação discente brasileira no que se refere à produção de textos, pode ser analisado de diversos modos diferentes e com focalizações também distintas. Um ponto importante sobre as competências é a ligação que há entre elas apesar da avaliação não ocorrer de maneira cumulativa.

As competências que mais apresentam relações com as demais são as II e III. O atendimento ao tema, por exemplo, avaliado na segunda competência, é uma característica que afeta, por exemplo, as noções de desenvolvimento e projeto de texto. Uma vez que o candidato não compreendeu e atendeu completamente o tema proposto, o seu desenvolvimento na terceira competência não será satisfatório, visto que seu projeto textual provavelmente apresentará sérias falhas e desvios. Como mencionado na seção 2.3.1.1.3, uma produção com fuga ou tangenciamento ao tema, terá sua nota na competência III restrita apenas ao primeiro nível. Outra competência que possui relação com a III é a competência IV. Entretanto, apesar de ambas estarem ligadas ao desenvolvimento do projeto textual, uma delas avalia a seleção, hierarquização e organização de informações (competência III), enquanto a outra se ocupa da superfície do texto, ou seja, dos elos e progressões construídas por meios dos diversos recursos coesivos possíveis (competência IV) (INEP, 2019d).

A terceira competência, ainda, possui relações claras com a quinta. Um dos critérios da competência V é a avaliação da relação da proposta interventiva com o tema proposto e a discussão desenvolvida ao longo do texto. Caso a proposta não esteja alinhada ao que já se discutiu em outros espaços do texto, haverá uma falha de projeto textual. Ou seja, essa minúcia da última competência está inteiramente ligada à Competência III.

Logo, pode-se concluir, com base na discussão acerca das competências avaliadas em uma Redação do ENEM, que, apesar de serem cinco parâmetros distintos sobre a produção, há elos e interdependência entre elas, visto que o texto é algo complexo e composto por elementos tanto textuais quanto discursivos, hierarquizados de maneiras distintas. O que não se pode, entretanto,

por parte dos corretores, é confundir as semelhanças e correlações e avaliá-las mais de uma vez (INEP, 2019a; INEP, 2019b; INEP, 2019c; INEP, 2019d), sendo, então, um dos recursos didáticos dos manuais do corretor, a exploração de tais semelhanças e as avaliações que podem ser adotadas com base nelas, evitando, assim, uma dupla ou tripla penalização do candidato e priorizando coerência na correção dos textos.

De modo que o intuito desse trabalho é analisar como as funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos têm sido utilizadas em favor da padronização da Redação do ENEM e de práticas avaliativas excludentes, daremos foco à competência 4 em nossa análise. Assim, dedicamo-nos, a seguir, a uma discussão sobre a coesão textual nos âmbitos da textualidade e do discurso.

2.4 Coesão: entre princípios de textualidade e discurso

A coesão do texto é estudada tanto pela óptica da textualidade quanto pela discursiva, sendo esses dois enfoques indissociáveis, uma vez que os enunciados são a materialização dos discursos, “porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos de determinados falantes, sujeitos do discurso” (BAKHTIN, 2016, p. 28). Para nortear a discussão sobre esse componente textual, dialogamos com Antunes (2005) e Koch (2018). Além disso, traçamos um breve panorama histórico dos percursos percorridos pela Linguística Textual e discutimos como a coesão pela conexão funciona como um dos mecanismos que viabilizaram e viabilizam a padronização da Redação do ENEM.

Segundo Antunes,

[...] nas gramáticas, em geral, a função atribuída aos conectores se resume àquela de unir termos de uma oração ou orações. Pouco ou nenhum destaque é dado à ligação entre períodos, entre parágrafos ou até mesmo entre blocos maiores dos textos. (2005, p. 141).

O cenário denunciado por Antunes já é muito discutido em cursos de Letras, mas ainda é algo cotidianamente implementado nas salas de aula, uma vez que ainda hoje, em alguns contextos, o ensino é pautado pela gramática e pela explicação com foco nas nomenclaturas da norma padrão. Os estudos da coesão pautados pela textualidade e pelo discurso, em contrapartida com o que se estudam as gramáticas normativas da língua, buscam analisar justamente as ligações que são construídas entre as partes dos textos e as ideias nelas contidas. Esses laços criados nos enunciados

para manutenção do sentido podem ser constituídos de diversas formas, seja pela reiteração de termos, uso de sinonímia, conectivos, entre outros.

No estudo que desenvolvemos, focamos na coesão sequencial construída pela conexão, com análise específica para as relações lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos. A coesão pela conexão é aquela que, conforme indica Koch,

[...] diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, parte de enunciados, parágrafos e sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir. (2018, p. 53).

Essa categoria é dividida entre sequenciação frástica e parafrástica de acordo com a ausência e presença de procedimentos de recorrência. Um tipo de articulação frástica presente em textos é a conexão, possibilitada por elementos, como a conjunção, que desencadeiam diversos tipos de relações. As relações lógico-semânticas, aponta Koch (2018), são geradas pelos conectores lógicos. Nesta categoria, há uma relação construída entre duas orações, modalidade mais abordada nos processos de ensino, mas há um outro tipo de articulação frástica que diz respeito aos encadeadores que podem ser usados entre orações, períodos e parágrafos, os operadores de discurso ou argumentativos.

As relações lógico-semânticas são efetuadas entre orações pelo uso de conectivos do tipo lógico, estabelecendo as seguintes relações: condicionalidade, causalidade, mediação, disjunção, temporalidade, conformidade e modo. Abaixo, explicaremos cada uma dessas relações construídas no âmbito das orações à luz de Koch (2018) (Quadro 8).

Quadro 8 – Encadeadores lógico-semânticos

Relações de sentido construídas	Explicação
Condicionalidade	Conexão entre duas orações, sendo a primeira introduzida pelo conector <i>se</i> (ou similar) e a outra pelo <i>então</i> , geralmente implícito. Sendo o antecedente verdadeiro, assim também será o conseqüente.
Causalidade	Conexão entre duas orações, uma das quais encerra a causa que acarreta a consequência contida na outra.
Mediação	Conexão entre duas orações, sendo que numa delas se explicitam os meios para atingir um fim expresso na outra.
Disjunção* *Pode ser do tipo lógico ou do tipo discursivo.	Conexão entre duas orações, sendo que serão apresentadas alternativas de valor exclusivo (um <i>ou</i> outro) ou inclusivo (um <i>ou/e</i> outro).
Temporalidade	Conexão entre duas orações, a qual ações, eventos, estados de coisas são situadas no tempo ou são ordenadas de acordo com o momento em que aconteceram.
Conformidade	Conexão entre duas orações em que se mostra a conformidade do conteúdo de uma com algo asseverado na outra.
Modo	Conexão entre duas orações por meio da qual se expressa, em uma delas, o modo como se realizou a ação contida na outra.

Fonte: KOCH, 2018, p. 68-71.

Já os encadeadores de tipo discursivo são responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos sucessivos (KOCH, 2018, p. 71). Ao introduzirem um enunciado, os conectores discursivos determinam-lhe a orientação argumentativa (*ibid.*, p. 72). Exploramos, abaixo, as principais relações argumentativas que podem ser construídas por meio de tais conectores, as quais são sustentadas por Koch (2018) (Quadro 9).

Quadro 9 – Encadeadores discursivos ou argumentativos

Relações de sentido construídas	Explicação
Conjunção	Quando são ligados enunciados que constituem argumentos para uma mesma conclusão.
Disjunção argumentativa	Enunciados que possuem orientações discursivas diferentes e resultam de dois atos de fala distintos.
Contração	Contração de enunciados de orientações argumentativas diferentes, devendo prevalecer a do enunciado introduzido pelo articulador, salvo quando se utiliza operadores concessivos, como o <i>embora</i> .
Explicação ou justificativa	Quando se encadeia, sobre um primeiro ato de fala, outro ato que justifica ou explica o anterior.
Comprovação	Através de um novo ato de fala, acrescenta-se uma possível comprovação da asserção apresentada no primeiro.
Conclusão	Introduz-se um enunciado de valor conclusivo em relação a dois (ou mais) atos de fala anteriores que contêm as premissas.
Comparação	Estabelece entre um termo comparante e um termo comparado uma relação de inferioridade, superioridade ou igualdade.
Generalização/extensão	O segundo enunciado exprime uma generalização do fato contido no primeiro, ou uma ampliação da ideia nele expressa.
Especificação/exemplificação	O segundo enunciado particulariza e/ou exemplifica uma declaração de ordem mais geral apresentada no primeiro.
Contraste	O segundo enunciado apresenta uma declaração que contrasta com a do primeiro, produzindo um efeito retórico.
Correção/redefinição	Um segundo enunciado se corrige, suspende ou redefine o conteúdo do primeiro, se atenua ou reforça o comprometimento com a verdade do que nele foi veiculado ou, ainda, se questiona a própria legitimidade de sua enunciação.

Fonte: KOCH, 2018, p. 72-77.

A relação propiciada pelos operadores de discurso – os principais são as conjunções – revela a orientação argumentativa que será desenvolvida a partir deles, conforme demonstrado no Quadro 9. A partir da variedade de relações que podem ser construídas nos textos com base no uso dos conectores, a conexão entre as ideias e a sequenciação delas, ou seja, a progressão temática, se faz efetiva nos enunciados.

Ainda sobre a coesão textual, nos é precioso traçar um panorama histórico do percurso da Linguística Textual (LT), área esta que, ao longo dos anos, teve seus olhares sobre esse aspecto da textualidade modificados à medida em que outros elementos também foram ganhando espaço no estudo dos textos. Antes de partir para tal análise, evocamos Marcuschi (1983), a fim de explicitar o cerne de tal área de estudo

Proponho que se veja a linguística do texto, mesmo que provisória e genericamente, como o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos e orais (MARCUSCHI, 1983, p. 12).

Esta área de estudo surgiu a partir da necessidade que se percebeu, na década de 1960, de se estudar a língua além das frases. Sendo ela uma área recente e em formação, passou, nos seus primórdios e ainda hoje, por mudanças e reorganizações de agendas de pesquisas e perspectivas sobre seu objeto de estudo. Os estudos da LT são divididos em três grandes momentos, quais sejam: análise transfrástica, gramáticas textuais, teorias/linguística do texto.

Na fase transfrástica, o que era homogêneo, como aponta Silva (2011), era a ideia de que a análise da frase era limitante para um estudo da língua. A parte disso, havia muitas teorias distintas sobre os objetos de estudo. A partir da ruptura com o estudo das frases e da busca por uma análise que abrangesse de forma mais contextualizada os usos da língua, nessa fase é vislumbrada a relação criada entre as frases do texto por meio dos conectivos, sendo que “o centro dos estudos era a coesão textual, que, segundo os pesquisadores da época, envolvia também a coerência” (SILVA, 2011, p. 15). Entretanto, os próprios estudiosos perceberam que essa abordagem de estudo era limitante e vislumbraram a necessidade do desenvolvimento de uma gramática dos textos, o que iniciou a segunda fase da LT.

Na segunda fase da Linguística Textual, o foco é o sujeito que produz os textos, fase essa muito alinhada com as teorias chomskyanas que ganharam espaço na época. As gramáticas desenvolvidas pelos estudiosos dessa época já alcançaram uma ampliação significativa em relação à fase transfrástica, entretanto ainda possuíam grandes limitações, como considerar os textos como

enunciados acabados, uniformes e abstratos (SILVA, 2011), em contrapartida com as noções de discurso, considerado como uma enunciação sociocomunicativa e não acabada pela finalização do dizer do locutor, visto que é dialógico.

Um ponto crucial desta fase é que os estudiosos consideravam que o falante traz certas capacidades textuais: a capacidade formativa, a transformativa e a qualitativa (CHAROLLES, 1978, p. 43 *apud*⁷ SILVA, 2011, p. 17). Nesse momento, o texto era considerado superior em relação às frases e considerava-se, também, que todo falante possuía um conhecimento do que é um texto, assim como é capaz de conseguir resumir, parafrasear e criar novos textos tendo um como base (SILVA, 2011). Essa fase, entretanto, não conseguia responder diversos questionamentos fundamentais sobre o que era um texto, um não texto, entre outros. Desse modo e a partir também de os estudiosos terem percebido que as gramáticas do texto não eram muito superiores às da frase, houve, novamente, a necessidade de abrangência e reestruturação do campo de estudo, o que deu espaço para o advento da terceira fase da LT – teorias do texto.

As lacunas deixadas pelas teorias do texto fizeram com que os estudiosos mudassem os seus objetivos e construíssem não gramáticas da frase ou do texto, mas teorias sobre esse objeto de estudo. Silva contextualiza tal fase apontando que ela “não se preocupa em descrever a competência textual do falante, e sim investigar as formas dos textos, como funcionam, como são produzidos e as possibilidades de interpretação (2008, p. 18). Nessa fase, foi introduzida a noção de contexto de produção dos textos e os olhares sobre esse objeto foram modificados de modo que, nesse momento, o texto já não mais era visto como um produto fechado e encerrado, mas como um processo que era um resultado dependente do sujeito e, sobretudo, dos contextos de produção desses eventos comunicativos.

Resumidamente, o percurso da LT se descortina de modo que a construção de tal área passou por grandes progressos e diferentes perspectivas sobre o objeto de estudo até chegar ao que hoje se considera texto e suas múltiplas formas de construção, assim como dos seus elementos e dos critérios de textualização: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade, informatividade (COSTA VAL, 2000). A linguista aponta tais elementos como sendo as características que em conjunto “fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases” (COSTA VAL, 2000, p. 34). Assim, podemos concluir que os progressos

⁷ CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos (Abordagem teórica e estudo das práticas pedagógicas) 1978. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Org.). O texto: leitura & escrita. Tradução Charlotte Galves, Eni Puccinelli Orlandi e Paulo Otoni. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997. p. 39-90.

que foram construídos por esta área de estudo do texto, ao longo do tempo de sua instauração e desenvolvimento, foram significativos para o que hoje se entende como texto e como seus modos de efetivação e organização, assim como para o ensino deste objeto.

Traçamos esse panorama histórico da Linguística Textual a fim de ilustrar como, desde sua gênese, tal área de estudo teve, a partir das concepções sobre o texto, seus olhares modificados à medida que se aprofundavam nas questões relacionadas a ele. Para nossa pesquisa, esse panorama serve como um subsídio que nos permite inscrever o ensino mecanizado da Redação do ENEM, no que se refere à coesão textual, como uma prática voltada predominantemente à fase transfrástica da LT, o que figura como um retrocesso em tudo o que hoje já se estuda nessa e noutras áreas de estudo linguístico sobre esse objeto e sobre seus critérios de construção.

A coesão textual, claro, é um componente crucial nos textos justamente pelos elos construídos entre as ideias e pela progressão temática e textual que possibilita. Entretanto, a supervalorização desse elemento pela grade de correção do ENEM, principalmente no que se refere à coesão pela conexão, coloca-a como um elemento central, sendo cobrado, como apontam os níveis descritores IV e V da competência IV⁸, o uso de elementos coesivos do tipo lógico-semântico-argumentativos dentro dos parágrafos e entre eles (INEP, 2019d, p. 19).

Ou seja, o próprio tratamento que se dá a esse tipo de coesão induz o candidato a configurar o seu texto de modo padronizado, como a obrigatoriedade do uso de operadores argumentativos em pelo menos 2 passagens do texto e outros 4 elementos coesivos de qualquer tipo (*ibid.*), além de valorizar, assim como na fase transfrástica da LT, os elos construídos por meio dos conectivos, sendo que há outras diversas possibilidades de criar o encadeamento de ideias em uma produção, seja ela argumentativa ou não. Sigamos, pois, para uma discussão mais aprofundada acerca da padronização do gênero Redação do ENEM às vistas desse elemento da textualidade/discurso.

2.4.1 Coesão na Redação do ENEM: entre textualidade, discurso e padronização do gênero

A coesão, conforme apontado no item 2.3.1.4, é considerada no ENEM na competência IV, a qual avalia se o candidato demonstra “conhecimentos dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação” (INEP, 2022, p. 5). Tal componente do texto é considerado crucial na construção, atuando “na superfície textual, isto é, ela se manifesta por meio de marcas

⁸ Discussão aprofundada em 2.4.1

linguísticas que ajudam a chegar à compreensão profunda do texto” (INEP, 2019d, p. 5). Dentre os tipos de coesão apontados no manual de correção, focamos na coesão frástica.

A forte importância dos operadores argumentativos, aqueles que “orientam os enunciados em que figuram para determinadas conclusões” (KOCH, 2018, p. 61), é justificada pelas relações que devem ser construídas pelos candidatos em prol do ponto de vista acerca da situação-problema apontada no tema. Esse modo de construção da coesão textual, ou seja, as marcas linguísticas utilizadas pelos produtores das redações, faz parte do caminho argumentativo a ser construído pelo candidato. No Quadro 10, vemos uma lista de operadores argumentativos considerados pelo manual de correção do ENEM como sendo os ideais para se efetivar o projeto de texto (Quadro 10).

Quadro 10 – Operadores argumentativos na Redação do ENEM

OPERADORES ARGUMENTATIVOS	
I	Operadores que somam argumentos a favor da mesma conclusão
	também, ainda, nem, não só... mas também, tanto... como, além de, além disso (...)
II	Operadores que indicam o argumento mais forte em uma escala a favor da mesma conclusão
	inclusive, até mesmo, nem, nem mesmo (...)
III	Operadores que deixam subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes
	ao menos, pelo menos, no mínimo (...)
IV	Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias
	mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, embora, ainda que, posto que, apesar de (...)
V	Operadores que introduzem uma conclusão com relação a argumentos apresentados em enunciados anteriores
	logo, portanto, pois, por isso, por conseguinte, em decorrência, resumindo, concluindo (...)
VI	Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior
	porque, porquanto, pois, visto que, já que, para que, para, a fim de (...)

VII	Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, visando a uma determinada conclusão
	mais... (do) que, menos... (do) que, tão... quanto (...)
VIII	Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas
	ou... ou, quer... quer, seja... seja, (...)
IX	Operadores que introduzem no enunciado conteúdos pressupostos
	já, ainda, agora (...)
X	Operadores que funcionam numa escala orientada para a afirmação da totalidade ou para a negação da totalidade
	Afirmação: um pouco, quase (...) Negação: pouco, apenas (...)

Fonte: INEP, 2019d, p. 14.

O INEP, portanto, sistematiza para o avaliador no manual de correção os dez tipos de operadores argumentativos que compõem as possíveis construções discursivas que podem ser efetuadas pelos candidatos, como elencado no Quadro 10. Do ponto de vista discursivo, tais elementos coesivos “se constituem em fatores de coesão textual na medida em que garantem a manutenção do tema, o estabelecimento de relações semânticas e/ou pragmáticas entre segmentos maiores ou menores do texto, a ordenação e articulação de sequências textuais” (KOCH, 2018, p. 62). Tais elementos, então, fazem o elo das ideias discutidas nos enunciados subsequentemente, ou seja, eles operam de modo que a manutenção temática e a efetivação da progressão das opiniões defendidas pelo produtor do texto sejam efetivadas e materializadas no corpo do texto. Entretanto, o que se vê é uma padronização no uso de tais elementos em prol de atingir excelência na avaliação da competência IV.

Dentre as marcas da padronização do gênero discursivo Redação do ENEM, é esse tipo de coesão – sequencial – que ganha notoriedade nesta pesquisa. Considerando que a avaliação da competência IV versa sobre a presença e a adequação dos elementos coesivos, práticas de treinamento não sistematizam o ensino de tais componentes para que os educandos consigam efetivamente criar elos frásticos em diversos contextos e esferas de comunicação, mas que saibam, para esse determinado evento, utilizá-los, a fim de garantir a nota máxima.

Desse modo, os candidatos, ao serem treinados para escrever uma redação padronizada para o ENEM, aprendem, também de forma padronizada e não reflexiva, o uso dos elementos coesivos,

que aparecem, recorrentemente, nos mesmos espaços das produções, as quais são construídas com base em modelos prontos sem que haja de fato formação para a prática social do uso da língua, assim como da manutenção de comunicações e das habilidades discursiva e argumentativa que são propiciadas pelos usos reflexivos dos conectivos nas diversas esferas da atividade humana – das mais formais para as menos.

3 PRESSUPOSTOS E ESCOLHAS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, vinculada ao campo dos Estudos da Linguística Aplicada, traz à tona a prova Redação do ENEM situada em um contexto sociocultural, político e histórico (MOITA LOPES, 2006) controverso e busca esclarecer um fenômeno relevante para a sociedade brasileira. Assim, no intuito de explicitar como as funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos têm sido utilizadas em favor da padronização da Redação do ENEM e de práticas avaliativas excludentes, comprometemo-nos com escolhas e procedimentos metodológicos condizentes com caminhos da Linguística Aplicada.

Esse objetivo geral é coerente com a finalidade explicativa da pesquisa científica, esta que, segundo Brasileiro (2021, p. 77), “objetiva identificar os fatores que incidem na ocorrência de determinados fenômenos, buscando esclarecê-los, explicá-los e justificar as ocorrências que neles interferem”. Assim, buscamos explicitar como a padronização da Redação do ENEM é viabilizada pelas funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos, verificando como essa prática contribui para a realidade educacional brasileira excludente.

Para tanto, utilizamos dos meios bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica teve como função subsidiar as discussões teórico-conceituais e contextuais do objeto de estudo e suas relações com a realidade. As discussões que envolvem políticas educacionais e avaliação da aprendizagem são sustentadas por Luckesi (2011) e Arroyo (2019). Aquelas vinculadas ao gênero do discurso numa perspectiva sociocultural e interativa de língua(gem) foram ancoradas pelos estudos de Bakhtin (2016) e Rojo (2005). O tema ensino e aprendizagem de escrita teve como aportes as pesquisas de Antunes (2003, 2005), Kleiman (1995), Brasileiro (2017), Rojo (2009) e, para a análise dos elementos coesivos e suas funções, apoiamo-nos nos estudos de Emediato (2004), Koch (2018) e Costa Val (2000). Além disso, para analisar as modalizações, utilizamos os estudos de Bronckart (1999).

A pesquisa documental que desenvolvemos ocorreu por meio de uma amostra de redações nota 1000 do ENEM, da cartilha do participante, do manual do corretor de Redação do ENEM, bem como de relatórios estatísticos divulgados pelo INEP, órgão do MEC responsável pela criação, aplicação e correção do ENEM. O percurso construído demandou um olhar interpretativista condizente com a abordagem qualitativa da pesquisa que, como explica Minayo (2010, p. 21) “trabalha com o universo dos significados”. Cabe realçar que, embora tenhamos utilizado alguns

dados quantitativos advindos dos relatórios do INEP e resultantes da análise dos textos, eles foram considerados em função da análise qualitativa desta pesquisa.

Os dados documentais foram organizados em três grupos:

- I. 30 redações do ENEM que alcançaram nota 1000, de 2012 até 2021, disponibilizadas na internet pelos próprios candidatos ou pela cartilha do participante ENEM. Foram considerados 5 exemplares do certame de 2012, quando o ENEM passou por uma reconfiguração para ampliação e adoção da nota como critério de ingresso no Ensino Superior; 5 exemplares de 2014, ano com maior número de participantes e quando a maior parte das universidades brasileiras adotou o SISU como método de ingresso; 5 exemplares da prova de 2018, quando o manual do corretor foi divulgado, trazendo uma imagem marcada do que se espera do uso dos elementos coesivos; e mais 5 exemplares dos anos de 2019, 2020 e 2021, para acompanhar os movimentos de padronização do gênero nas últimas aplicações;
- II. documentos instrucionais do INEP – a cartilha do participante, para orientar o candidato no preparo para a produção de texto e realização da prova; e o manual do corretor de Redação do ENEM, para capacitar o corretor quanto aos critérios e pontuações da prova;
- III. relatórios estatísticos do ENEM – trata-se de documentos disponíveis no *site* do INEP com dados socioeconômicos levantados de 2012 a 2021 sobre os candidatos inscritos e informações de aproveitamento dos candidatos nas provas. Esses relatórios possibilitaram a identificação de dados dos sujeitos relativamente às suas condições sociais e seus respectivos desempenhos na prova de Redação do ENEM.

Para a análise das redações, foram consideradas como orientações os elementos constitutivos do gênero do discurso (BAKHTIN, 2016), quais sejam a estrutura composicional, estilo e conteúdo temático, assim como a análise crítica das condições de produção e de recepção desse texto feito com finalidade avaliativa. Especificamente, no campo do estilo, dedicamos maior ênfase aos elementos coesivos do texto.

Assim, na análise da estrutura composicional, buscamos observar sistematicamente a presença de títulos, a extensão dos textos, assim como a construção e estruturação dos parágrafos (EMEDIATO, 2008). Na análise dos aspectos estilísticos, foram considerados a modalização e os elementos coesivos (KOCH, 2018; BRONCKART, 1999), com foco para as suas funções lógico-semântico-argumentativas. Já no que se refere ao conteúdo temático, abordamos a construção do

projeto de texto, a mobilização dos repertórios socioculturais e a construção da proposta interventiva.

Além disso, a pesquisa documental também se valeu da utilização dos dados estatísticos disponibilizados pelo INEP, os quais subsidiaram a discussão acerca das práticas de ensino/treinamento e avaliação excludentes. De início, encontramos dificuldade para o tratamento dessas informações, visto que selecionamos os microdados e, com base no pouco conhecimento para tratar de tal aspecto, houve a busca por aprimorar esse conhecimento por meio de uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a qual versava sobre a análise de microdados e como utilizá-los em pesquisas educacionais baseada em nível socioeconômico e pôde iluminar o caminho da compreensão dessas informações. Ainda, modificamos o banco de dados selecionados, passando a trabalhar com as sinopses estatísticas do INEP, as quais já apresentavam os microdados tratados e relacionados tanto às questões contextuais quanto ao desempenho na prova, de modo que nos permitiram compreender os contextos dos candidatos e os seus desempenhos, seja com uma média geral por Regiões e estados, seja pelo perfil traçado dos candidatos a alcançarem 1000 pontos da redação.

Entretanto, julgamos que a ausência de dados que consideramos importantes para traçar os perfis de candidatos relacionados aos seus desempenhos foi um fator prejudicial na análise que buscamos desempenhar. Embora estes dados sejam contemplados no questionário de avaliação socioeconômica, muitas vezes eles são negligenciados pelos candidatos, como a ausência de informação da dependência administrativa das instituições nas quais os candidatos se formaram (se eram públicas federais, estaduais ou municipais, ou particulares). Essa falta de informação afetou a pesquisa no que se refere à contabilização dos estudantes que alcançaram 1000 nesses diferentes contextos educacionais, o que seria um bom termômetro para medir o processo de padronização e compreender em quais contextos o êxito na nota são mais verificados. Entretanto, as outras nuances encontradas também nos permitiram traçar um perfil de tais candidatos, quer seja as informações geográficas, raciais, etárias, etc.

Todo esse caminho que percorremos, comprometido com o estudo das particularidades do processo, no que se refere a análises individuais de documentos até chegar a respostas que puderam ser generalizadas perante a amostra trabalhada, caracterizaram um raciocínio indutivo construído no decorrer desta pesquisa.

3.1 Organização dos dados documentais

De modo a cumprir com os percursos metodológicos acima mencionados, selecionamos os dados documentais e os organizamos de acordo com os três aspectos do gênero do discurso apontados por Bakhtin (2016), quais sejam: estrutura composicional, estilo e conteúdo temático. No campo da estrutura composicional, consideramos: i) presença de título; ii) extensão dos textos; iii) construção dos parágrafos. Já no que se refere ao estilo, consideramos os seguintes aspectos da amostra coletada: i) modalização; ii) elementos coesivos e suas funções lógico-semântico-argumentativas. Ao componente conteúdo temático, demos foco aos critérios a seguir: i) projeto de texto; ii) repertório sociocultural; iii) construção da proposta de intervenção (Imagem 2). Além disso, as questões ligadas aos contextos de produção e recepção dos textos permeiam as discussões acerca dessas categorias e dos desempenhos alcançados, assim como das situações socioeconômicas.

Imagem 2 – organização dos dados documentais (redações nota 1000)

Pesquisar os menus (Alt+)												
A1:C1 Identificação do corpus												
Identificação do corpus			Estrutura composicional (macro)									
Texto	Ano de produção	Fonte de informação	Título	Número de parágrafos	Número de linhas*	Números de linhas nos parágrafos*	Quantidade de períodos e frases	Construção dos parágrafos.	Termos mobilizados para problematizações.	Escolha vocabular e sintática.	Esc	rep
1	2012	Jornal "O globo"	Não há título.	5	31	1º parágrafo: 4 linhas; 2º parágrafo: 7 linhas; 3º parágrafo: 8 linhas; 4º parágrafo: 6 linhas; 5º parágrafo: 6 linhas.	Quantidade total: 19; 1º parágrafo: 2; 2º parágrafo: 4; 3º parágrafo: 5; 4º parágrafo: 6; 5º parágrafo: 3.	1º parágrafo: tempo e espaço, causa e efeito; 2º parágrafo: causa e efeito, comparação; 3º parágrafo: causa e efeito, exemplificação; 4º parágrafo: comparação, exemplificação, causa e efeito; 5º parágrafo: conclusão/dedução, exemplificação.	Modalização: "como se não bastasse" (15ª linha; "percebe-se que" (26ª linha).	Utilização de verbos no gerúndio como recurso de coesão (conclusão de ideias). Verbo em terceira pessoa + se.	Rep	exe situ apo da
2	2012	Jornal "O globo"	Olhares que buscam o Brasil	4	27	Título: 1 linha; 1º parágrafo: 7 linhas; 2º parágrafo: 6 linhas; 3º parágrafo: 7 linhas; 4º parágrafo: 7 linhas.	Quantidade total: 10; 1º parágrafo: 3; 2º parágrafo: 2; 3º parágrafo: 3; 4º parágrafo: 3.	1º parágrafo: tempo e espaço, enumeração, causa e efeito; 3º parágrafo: exemplificação, causa e efeito; 4º parágrafo: conclusão/dedução.	Modalização: "não menos importante" (3ª linha); "simplesmente" (8ª linha); visando (14ª linha); "pois não deve ser a toa" (23ª linha); "Prestemos mais atenção aos olhares que nos cercam" (25ª linha).	Utilização de verbos no gerúndio como recurso de coesão (conclusão de ideias).	Con	
3	2012	Jornal "O globo"	Imigração no século XXI: sinônimo de desenvolvimento.	4	23	Título: 1 linha; 1º parágrafo: 6 linhas; 2º parágrafo: 5 linhas; 3º parágrafo: 6 linhas; 4º parágrafo: 5 linhas.	Quantidade total: 13; 1º parágrafo: 3; 2º parágrafo: 3; 3º parágrafo: 4; 4º parágrafo: 3.	1º parágrafo: tempo e espaço, comparação, efeito; 2º parágrafo: causa e efeito, exemplificação, comparação; 3º parágrafo: causa e efeito; 4º parágrafo: conclusão/dedução, exemplificação.	Modalização: "devem ser prosseguidas" (5ª linha); "cenário benéfico e atrativo" (18ª linha).		Par	con exe situ apr terr
4	2012	Jornal "O globo"	A imigração no Brasil	4	21	Título: 1 linha; 1º parágrafo: 6 linhas; 2º parágrafo: 5 linhas; 3º parágrafo: 3 linhas; 4º parágrafo: 6 linhas.	Quantidade total: 10; 1º parágrafo: 4; 2º parágrafo: 2; 3º parágrafo: 2; 4º parágrafo: 2.	1º parágrafo: Tempo e espaço, comparação; 2º parágrafo: comparação, causa; 3º parágrafo: efeito; 4º parágrafo: conclusão/dedução, exemplificação.	Modalização: "é evidente" (3ª linha); "é um importante fator atrativo" (7ª e 8ª linhas); "imagem positiva e promissora" (12ª linha); "é imprescindível" (15ª linha).		Par	con dad
5	2012	Jornal "O globo"	Imigração no Brasil: Resolver para poder crescer	4	28	Título: 1 linha; 1º parágrafo: 4 linhas; 2º parágrafo: 10 linhas; 3º parágrafo: 6 linhas; 4º parágrafo: 7 linhas.	Quantidade total: 16; 1º parágrafo: 3; 2º parágrafo: 5; 3º parágrafo: 5; 4º parágrafo: 3.	1º parágrafo: tempo e espaço, comparação; 2º parágrafo: causa e efeito; exemplificação; 3º parágrafo: causa e efeito; 4º parágrafo: conclusão/dedução, exemplificação.	Modalização: "quem dirá" (12ª linha); "Como se não bastasse" (17ª linha); "também tem sofrido" (17ª linha); "o problema reside" (19ª linha); "respeitemos" (28ª linha).	Utilização de verbos no gerúndio como recurso de coesão (conclusão e detalhamento de ideias).	Par	con exe situ apr terr
6	2012	Portal de				1º parágrafo: 6 linhas; 2º	Quantidade total: 14; 1º	1º parágrafo: tempo, enumeração; 2º parágrafo: causa e efeito,	Modalização: "deve regulamentar" (4ª linha); "nota-se" (7ª linha); "o que			

Fonte: Elaboração própria – Acesso à planilha completa em:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1rSesjpn16nkkfabTQDri5ZRIFe2g6Uy/edit?usp=sharing&oid=115635336053136867287&rtpof=true&sd=true>

A Imagem 2 faz parte do quadro que foi elaborado com as informações das 30 redações nota 1000 selecionadas de 2012, 2014, 2018, 2019, 2020, 2021. Produzir esse quadro demandou dedicação e tempo consideráveis no processo de tratamento dos dados, entretanto ele foi decisivo para a visualização não só dos aspectos buscados nos textos, mas também de outras questões que surgiram ao longo da construção e de ressignificação do processo de análise, uma vez que o contato com essas produções ampliaram o olhar que direcionei a vários aspectos dos textos, de modo a gerar questionamentos motrizes nas modificações adotadas nas categorias, as quais adiante serão abordadas e explicadas.

A cartilha do participante ENEM e os manuais de correção foram utilizados de modo a reforçar o referencial teórico no que se refere às práticas avaliativas e ao trabalho desenvolvido no âmbito da coesão textual nesse contexto de produção de textos. Outrossim, esses documentos subsidiaram as categorias estudadas e reforçaram, na análise dos *corpora* levantados, o caminho que se traçou/traça para a padronização do gênero e das práticas avaliativas excludentes, com foco no atendimento a orientações oficiais. Além disso, esses documentos, assim como os relatórios estatísticos gerados pelo INEP, os quais contribuíram fundamentalmente para a análise dos contextos e perfil dos candidatos, foram primordiais para a dissertação da subseção 4.4., a qual versa sobre a prática educacional frágil acerca do gênero do discurso Redação do ENEM padronizado e as consequência desse fenômeno.

3.2 O movimento de análise das redações nota 1000

Após organização dos dados acima mencionados, partimos para a análise. As redações foram divididas, inicialmente, em grupos por ano de aplicação, sendo que em cada um destes anos foram selecionados 6 textos. A divisão dos *corpora* em questão se deu por edição da prova, visto que o intento da pesquisa era estudar os movimentos da padronização do gênero do discurso, e o recorte de tempo era uma forte hipótese, visto que os textos eram substancialmente diferentes em certos anos de aplicação se comparados com as edições subsequentes ou antecedentes. Desse modo, dividimos o certame de acordo com o ano em que as redações foram produzidas e partimos para a análise das categorias selecionadas previamente e durante o processo.

De início, buscamos verificar as categorias relacionadas à **estrutura composicional**, por meio das quais separamos os textos entre aqueles que apresentavam e os que não apresentavam títulos. A partir disso, encontramos um dado importante sobre esse aspecto, que indicava pouca

presença de títulos, sendo que os exemplares os quais mobilizaram essa característica estavam restritos apenas aos dois primeiros anos de aplicação – 2012 e 2014 – nos quais, respectivamente, obtivemos um total de 4 e 2 textos com título. Seguimos a análise nos atentando à extensão dos textos, que inicialmente buscava contabilizar a quantidade de linhas de cada produção, as linhas de cada parágrafo, assim como a quantidade de frases e períodos. Contudo, diante dos dados organizados, percebemos que não eram todas as categorias que demonstravam assertivamente os movimentos de padronização, de modo que não eram indícios do fenômeno que buscamos discutir sobre. Desse modo, decidimos recuar nesse aspecto e voltar às produções, com intuito de refinar as categorias que foram delimitadas em relação a esse aspecto do texto, ao seguinte conjunto: i) título; ii) extensão dos textos; iii) construção dos parágrafos.

Em relação ao **estilo** também operamos modificações nas categorias analisadas, sendo esse componente o mais modificado durante o processo de tratamento dos dados e análise. As alterações, substancialmente, se deram de modo a englobar e centralizar os elementos coesivos e suas funções lógico-semântico-argumentativas. Não desconsideramos que há importância em desempenhar uma análise acerca das escolhas vocabulares, característica importante do estilo, entretanto, para dar conta do objetivo traçado para a pesquisa sem nos perdermos, restringimos a análise aos elementos coesivos empregados nos textos, assim como às modalizações. Durante o processo de análise dos articuladores, verificamos que o uso das modalizações ocorria, no geral, em concomitância com o emprego dos conectivos, sendo essa característica notada de forma mais sistemática nos últimos anos de aplicação analisados. Salientamos, também, que não deixamos de apontar o impacto dos elementos coesivos na inserção dos repertórios socioculturais, por exemplo, mas esse trabalho ocorreu de forma mais sistemática em conformidade com as funções lógico-semântico-argumentativas sinalizadas, assim como foram mais elaborados na análise do conteúdo temático, na qual dedicamos maior espaço aos repertórios. Logo, as mudanças operadas nas categorias do estilo buscaram centralizar o papel dos elementos coesivos, sem deixar de mencionar a importância de outros aspectos relacionados a esse componente do gênero.

Por fim, a análise do **conteúdo temático** buscou compreender e mensurar como as questões contextuais contribuem para o movimento da padronização do gênero do discurso Redação do ENEM. Em relação a isso, elencamos, de início, as seguintes categorias: i) as relações de sentido criadas pelos articuladores lógico-semântico-argumentativos utilizados ao longo dos textos; ii) tese defendida x plano textual; iii) parágrafo conclusivo. Durante o processo de verificação e em frente

aos dados levantados e organizados, realizamos uma mudança nas categorias, de modo que o estudo desse componente do gênero de se concretizou voltado a: i) projeto de texto; ii) repertório sociocultural; iii) proposta interventiva. Como explanado ao discutir a questão do **estilo**, concentramos a discussão acerca dos elementos coesivos empregados nos textos nesta seção, entretanto eles não deixam de ser presentes na discussão do conteúdo temático, visto que operam também junto aos aspectos que analisamos nessas categorias definidas. Em relação aos três aspectos, demonstramos como, junto a eles, o emprego dos elementos coesivos contribui para o processo de padronização do gênero e de práticas educacionais e avaliativas ligadas a ele.

A análise das redações ainda contou com discussões acerca dos contextos de produção e recepção do texto, essas embasadas pelas próprias produções e pelos documentos oficiais divulgados pelo INEP, a saber: cartilha do participante ENEM 2022 e manual do corretor ENEM. Consideramos que o percurso metodológico adotado na pesquisa, o qual passou por modificações e constantes análises, contribuiu para o alcance dos objetivos elencados para o trabalho. No capítulo 4 apresentaremos uma tentativa de análise dos dados documentais, decorrente do processo explanado nesta seção.

4 EM BUSCA DE COMPREENDER OS DADOS

De modo a aprofundar as discussões levantadas sobre a padronização do gênero do discurso Redação do ENEM e de demonstrar como as funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos têm sido utilizadas em favor desta padronização e de práticas avaliativas excludentes, foram levantados os seguintes *corpora*: 30 redações que alcançaram nota 1000 no ENEM nos anos 2012, 2014, 2018, 2019, 2020, 2021, respectivamente; 01 cartilha do participante ENEM 2022; 5 manuais de correção dos anos de 2018; dados estatísticos dos candidatos inscritos, seus desempenhos e características nos anos 2018, 2019, 2020, 2021, 2022.

O exercício de análise dos *corpora* foi dividido em três seções nas quais são discutidos os movimentos de padronização da Redação do ENEM com base nos elementos bakhtinianos dos gêneros do discurso – estrutura composicional, aspectos estilísticos, conteúdo temático –, assim como na análise contextual de produção discursiva do gênero em estudo, e será concluída com uma seção a discutir sobre a fragilidade das práticas educacionais que se valem deste gênero padronizado e sobre suas consequências.

4.1 Movimentos de padronização da estrutura composicional: construção do texto dissertativo-argumentativo

Com o intuito de estudar os movimentos de padronização da estrutura composicional encontramos sustentação na teoria bakhtiniana. Para esse componente do gênero do discurso, consideramos as “formas relativamente estáveis e típicas de *construção do conjunto* (BAKHTIN, 2016, p 38. Grifo do autor). Ou seja, todo e qualquer gênero do discurso, até aqueles mais livres, como bilhetes e conversas de salão, por exemplo, possuem formas dadas de serem construídas. Ao passo que há gêneros com formas mais livres que outros, como é o caso dos gêneros primários, há também aqueles cuja construção possui formas mais padronizadas e dadas pelo contexto, pela formalidade da esfera de comunicação, entre outros fatores. Esses gêneros mais elevados “apresentam um alto grau de estabilidade e coação” (BAKHTIN, 2016, p. 40), como é o caso do gênero do discurso que ora analisamos.

Com base nos construtos bakhtinianos, construímos uma categoria de análise da *estrutura composicional* do gênero Redação do ENEM a qual leva em consideração três características levantadas sobre a forma de construção deste, quais sejam: i) presença de título; ii) extensão dos textos; iii) construção dos parágrafos. Tais categorias serão explanadas abaixo, demonstrando

como os movimentos de padronização do gênero foram se desenvolvendo e resultando em um texto altamente padronizado e quase sem aberturas para a inserção da individualidade do autor e de marcas de autoria.

4.1.1 Título

Os títulos são amostras sucintas dos assuntos tratados nos enunciados. No caso dos textos argumentativos, o título indica desde o princípio as orientações argumentativas e os posicionamentos adotados nos enunciados produzidos, sendo um elemento textual importante e cobrado como obrigatório em diversos gêneros da esfera escolar, como artigo de opinião, e em provas, como concursos. Entretanto, no que se refere ao ENEM, não há uma cobrança da apresentação de título nas redações, assim como a nota não será prejudicada caso ele seja utilizado nas produções.

O que se delineia, diante dessa abertura para apresentação ou não de títulos, é um processo que foi percebido empiricamente em vários contextos educacionais nos quais estive inserida como estudante e educadora – discursos nas práticas de treinamento alinhados a dois principais argumentos por parte dos docentes: i) criar um título condiz com a perda de uma linha para desenvolvimento do texto; ii) caso o título não seja adequado, perdem-se pontos por causa de um elemento não obrigatório. Nesse sentido, o desencorajamento dos discentes por parte de seus formadores, ainda que seja embasado em falácias, uma vez que não há qualquer penalização acerca da inserção de um título na produção textual, a não ser que possua desenhos, impropérios, etc. (INEP, 2022), é um fator preponderante para o resultado encontrado na análise dos *corpora*.

Os textos analisados, os quais alcançaram nota 1000, em sua maioria, apresentavam títulos em 2012, mas, em 2014, o quantitativo de exemplares com essa marca linguística decresceu pela metade, sendo encontrados 4 e 2 recorrências respectivamente. Já a partir de 2018, não foram encontrados nos *corpora* textos com apresentação de títulos (Quadro 11).

Quadro 11 - Quantidade de textos com apresentação de títulos nos anos analisados

Ano de aplicação	Quantidade de textos analisados	Quantidade de textos que apresentaram títulos
2012	5	4
2014	5	2
2018	5	0
2019	5	0
2020	5	0
2021	5	0

Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados No Quadro 11 demonstram o caminho que a estruturação do gênero do discurso Redação do ENEM percorreu no que diz respeito à recorrência do título. Além de percebermos a baixa porcentagem da presença deste elemento nos textos – apenas 20% do certame apresentam título – o que mais chama a atenção é a concentração de tal característica apenas nos dois primeiros anos analisados, ou seja, a marca apresentou um decréscimo vertiginoso de modo a estar quase em desuso em 2012 e não ser mais verificada em 2014. Desse modo, é possível chegar à conclusão que o título não é uma forte característica da estrutura composicional deste gênero em questão, pelo menos não nos textos que cumprem, com êxito, o que se espera nas competências avaliadas.

Uma outra hipótese sobre o apagamento do título é o fato de que muitos estudantes, em suas formações, e professores, em suas práticas docentes, se espelham em redações nota 1000 para a produção de seus próprios textos e ensino deles, respectivamente. Ao observar, principalmente nos documentos oficiais, como as cartilhas do participante, as quais apresentam exemplos de redações exitosas, que essa tendência apresentou queda em anos anteriores, os estudantes também passam a adotar um modo de escrita com ausência dos títulos.

Sendo assim, a falta de obrigatoriedade e os esforços dispendidos em certas práticas de ensino e de aprendizagem – aquelas voltadas para o treinamento – no que se refere ao desencorajamento dos alunos para utilizarem esse recurso, foram fatores preponderantes para a perda dessa característica, tornando evidente que o caráter prescritivo – obrigar ou não a presença do elemento textual – ganha grande notoriedade no que se refere à estruturação composicional da Redação do ENEM. Seguimos, pois, para a discussão acerca da extensão dos textos.

4.1.2 Extensão dos textos

A Redação do ENEM, no que se refere à quantidade de linhas e parágrafos, possui características bem marcadas e padronizadas. O próprio INEP, em seus manuais de correção, indica a quantidade mínima de linhas exigida para que um texto seja avaliado. Uma redação tem a nota zero atribuída, no que diz respeito a esse aspecto, caso tenha “extensão de até 7 (sete) linhas manuscritas, qualquer que seja o conteúdo” (INEP, 2022, p. 6). Ainda, a quantidade máxima de linhas permitidas é 30, sendo esse o espaço máximo ofertado na folha de redação.

Uma característica importante é que os estudantes que alcançam notas altas ou máximas buscam preencher o maior número de linhas, a fim de que o desenvolvimento das ideias seja profícuo dentro do limite ofertado. Como a Redação do ENEM é um gênero dissertativo-argumentativo, desenvolver as ideias de forma lógica, organizada e progressiva se faz necessário. Assim, dispender de mais informações e detalhamento para a construção do texto requer que o candidato preencha um número de linhas consideravelmente acima do mínimo (Quadro 12).

Quadro 12 – Quantidade de linhas⁹ dos textos nota 1000

Texto analisado	Ano da prova	Quantidade de linhas
Texto 1	2012	30
Texto 2	2012	23
Texto 3	2012	21
Texto 4	2012	20
Texto 5	2012	26
Texto 6	2014	25
Texto 7	2014	27
Texto 8	2014	24
Texto 9	2014	23
Texto 10	2014	23
Texto 11	2018	32
Texto 12	2018	30
Texto 13	2018	35
Texto 14	2018	31
Texto 15	2018	32
Texto 16	2019	32
Texto 17	2019	36
Texto 18	2019	26
Texto 19	2019	29
Texto 20	2019	37
Texto 21	2020	32
Texto 22	2020	30
Texto 23	2020	28
Texto 24	2020	37
Texto 25	2020	26
Texto 26	2021	31
Texto 27	2021	31
Texto 28	2021	32
Texto 29	2021	31
Texto 30	2021	43

Fonte: Elaboração própria.

Um dado importante demonstrado no Quadro 12 é a quantidade de linhas dos textos de 2012 e 2014, respectivamente os textos 1-10. Com exceção do Texto 1, o qual possui 30 linhas, todos os textos destes dois anos de aplicação têm uma característica em comum, a construção da

⁹ Os textos analisados apresentam extensão superior a 30 linhas por estarem digitados e não manuscritos dentro do espaço da Folha de Redação Oficial utilizadas pelos candidatos. Todos as redações do certame analisado estão digitadas em Times New Roman, tamanho 11.

redação em menos de 30 linhas. É possível perceber também que, a partir de 2018, a maior parte das produções dos *corpora* analisados tem essa característica, ou seja, apresentam mais de 30 linhas, corroborando com a hipótese de que esse é outro elemento textual que apresenta uma recorrência padronizada e que o movimento de padronização, no que se refere a esse aspecto, encontra-se consolidado com o padrão verificado a partir de 2018.

A oscilação na quantidade de linhas decorre da tendência de aprofundamento das questões discutidas nos textos, assim como de uma maior preocupação com a inserção dos conhecimentos externos nas produções, a qual percebemos que ocorreu com focos e importâncias diferentes nos anos acima mencionados. Além disso, quanto mais específico ficou o comando para a construção da proposta interventiva, mais espaço os estudantes passaram a utilizar nos parágrafos de conclusão, os quais passam a finalizar a discussão e apresentar uma intervenção para a situação-problema.

Os parágrafos de conclusão possuem uma quantidade de linhas que por vezes ultrapassa até os de desenvolvimento, por sua forma de construção e pelos elementos comumente inseridos neste espaço do texto. O aumento deste parágrafo se deve ao aumento de questões a serem englobadas por ele. Ao longo dos anos, a diretriz avaliativa, que apenas solicitava uma proposta de intervenção que não ferisse os direitos humanos, foi ganhando nova forma e obrigatoriedade de novos elementos, a qual hoje é semelhante a um gabarito a ser preenchido (proposta relacionada ao tema, sem ferir os direitos humanos, com ação, agente, meio, finalidade e detalhamento).

Dessa forma, uma conclusão modelo ENEM geralmente é construída com a seguinte estrutura: conclusão das ideias abordadas no texto + proposta de intervenção para a situação-problema. Nesse contexto, a conclusão das ideias ocupa, geralmente, um período, aquele que introduz o parágrafo e a ele se segue a intervenção. Esta proposta precisa conter agente interventivo, ação, meio, conclusão e detalhamento de algum desses elementos (INEP, 2019e). Justamente pela quantidade de informações trazidas nesse espaço do texto, a conclusão acaba sendo um parágrafo com um número expressivo de linhas. Abaixo, seguimos a discussão com enfoque na construção dos parágrafos, na qual retomaremos a conclusão do texto ENEM.

4.1.3 Construção dos parágrafos

Conforme elencado e discutido na seção 2.3.1, a análise da construção dos parágrafos foi realizada de acordo com os oito tipos de parágrafos descritos por Emediato (2018): tempo, espaço,

definição, enumeração, comparação, causas e efeitos, exemplificação, conclusão/dedução. No que diz respeito a essas formas de criar parágrafos, a análise dos *corpora* indicou uma predominância de parágrafos com estratégias de **causa e efeito, exemplificação e definição**. Além disso, as estratégias foram mescladas em boa parte dos parágrafos analisados nos textos. Outro ponto a ser abordado em nossa análise é a ligação entre tais modos de construção com as funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos. A seguir, apresentamos uma análise comparativa da construção dos parágrafos em seis textos do certame, uma redação de cada ano analisado, as quais são, respectivamente, os textos 3, 7, 13, 16, 23, 29 (Quadro 13). Conforme apontamos na seção 2.3, Emediato (2008) subsidia a análise que construímos em relação à construção dos parágrafos, de modo que as análises subsequentes serão desenvolvidas em diálogo com tal autor.

Quadro 13 – Texto 3

	Parágrafo	Modo de construção
1º	Diferentemente do que ocorreu em séculos passados durante o processo de colonização, o Brasil, no século XXI, destaca-se no cenário mundial por atuar como área de atração populacional. Tal interesse pela residência no país é resultado de sucessivas conquistas, as quais foram benéficas para o reconhecimento da nação pelo mundo. Nesse cenário, as políticas relacionadas ao desenvolvimento expressivo devem ser prosseguidas, na tentativa de tornar a migração um fator positivo e proporcionar a diversidade.	Tempo e espaço, comparação, causa e efeito.
2º	O movimento migratório para o Brasil apresenta como um dos fatores motivadores a maior estabilidade política alcançada. Diante de um cenário mundial de crises, conflitos e desequilíbrios, vários indivíduos de diversas partes do mundo buscam se instalar no país a fim de ter acesso a condições mais dignificáveis de vida. Um dos grandes responsáveis por esse cenário é o papel de liderança e representatividade que o Brasil assume em órgãos como o Mercosul, o FMI e a ONU.	Causa e efeito, comparação.
3º	Outro fator relacionado à imigração para o país envolve aspectos sociais. A educação e a saúde são elementos fundamentais nesse processo. Por meio delas, os índices de pobreza e analfabetismo reduzem, e grande parte da população tem acesso à estabilidade financeira e qualidade de vida. A partir disso, o Brasil adquire estabilidade social e inverte o papel de fornecedor de profissionais qualificados, os quais procuravam os centros de poder como a Europa e os Estados Unidos.	Causa e efeito.
4º	Diante do cenário benéfico e atrativo no qual o Brasil se encontra, é necessário que a continuidade e a qualidade das políticas que promovem a imigração positiva sejam prosseguidas. Isso pode ser feito por meio de investimentos em setores como a educação e a saúde, assim como a criação de órgãos que proporcionem o controle da entrada de migrantes e que deem assistência a esses. Feito isso, a diversidade populacional e o desenvolvimento serão promovidos.	Conclusão, exemplificação.

Fonte: Elaboração própria.

O Texto 3 é iniciado com uma alusão histórica, ou seja, com a ideia de **tempo e espaço**. Além disso, há uma **comparação** entre o momento aludido e a situação atual vivenciada no mesmo espaço, paralelo este que inicia a problematização do tema. Ainda, a construção do primeiro parágrafo apresenta a tese a ser defendida, a qual indica que o texto terá como foco discutir as **causas e o efeito** da imigração em direção ao Brasil: “Tal interesse pela residência no país é resultado de sucessivas conquistas, as quais foram benéficas para o reconhecimento da nação pelo mundo”. Desse modo, a construção do parágrafo introdutório apresenta uma contextualização, discussão acerca do tema e apresentação da tese, estrutura muito comum em textos argumentativos.

O desenvolvimento do texto segue o caminho argumentativo previsto na tese, ou seja, discutem-se as causas para o movimento migratório para o Brasil. Para construir a argumentação, o candidato organizou dois parágrafos com estratégia de **causa e efeito**, e no primeiro argumento também lançou mão de uma **comparação** para embasar o ponto de vista em relação ao tema. Entre os dois parágrafos de desenvolvimento há uma **enumeração**, ou seja, o candidato elencou causas para o efeito discutido.

O quarto e último parágrafo é organizado com base na **conclusão** das ideias desenvolvidas no texto e na **exemplificação** do que pode ser feito para manter com qualidade o cenário de imigração para o Brasil. Desse modo, o Texto 3 apresenta predominância de parágrafos com estratégias de construção mescladas, sendo a de **causa e a consequência** a mais utilizada para iniciar e desenvolver as problematizações, e a **comparação** um elemento a embasar tal discussão. Além disso, uma forte marca de construção dos parágrafos é a **exemplificação** no último parágrafo, a qual indica um caminho a ser seguido em relação ao assunto tratado no texto. Em comparação com os outros textos deste ano de aplicação do ENEM, percebemos um movimento de padronização de construção dos parágrafos, mas com abertura para variações, como é o caso do Texto 2, que apresenta a proposta interventiva no terceiro parágrafo e não no de conclusão. Abaixo, apresentamos a análise do Texto 7, produzido na aplicação de 2014 (Quadro 14).

Quadro 14 – Texto 7

	Parágrafo	Modo de construção
1º	O ornamento da vida está na forma como um país trata suas crianças'. A frase do sociólogo Gilberto Freyre deixa nítida a relação de cuidado que uma nação deve ter com as questões referentes à infância. Dessa forma, é válido analisar a maneira como o excesso de publicidade infantil pode contribuir negativamente para o desenvolvimento dos pequenos e do Brasil.	Definição, causa e efeito.
2º	É importante pontuar, de início, que a abusiva publicidade na infância muda o foco das crianças do que realmente é necessário para sua faixa etária. Tal situação torna essas crianças pequenos consumidores compulsivos de bens materiais, muitas vezes desapropriados para determinada idade, e acabam por desvalorizar a cultura imaterial, passada através das gerações, como as brincadeiras de rua e as cantigas. Prova disso são os dados da UNESCO afirmarem que cerca de 85% das crianças preferirem se divertir com os objetos divulgados nas propagandas, tornando notório que a relação entre ser humano e consumo está “nascendo” desde a infância.	Causa e efeito, exemplificação.
3º	É fundamental pontuar, ainda, que o crescimento do Brasil está atrelado ao tipo que infância que está sendo construída na atualidade. Essa relação existe porque um país precisa de futuros adultos conscientes, tanto no que se refere ao consumo, como às questões políticas e sociais, pois a atenção excessiva dada à publicidade infantil vai gerar adultos alienados e somente preocupados em comprar. Assim, a ideia do líder Gandhi de que o futuro dependerá daquilo que fazemos no presente parece fazer alusão ao fato de que não é prudente deixar que a publicidade infantil se torne abusiva, pois as crianças devem lidar da melhor forma com o consumismo.	Causa e efeito, definição, comparação.
4º	Dessa forma, é possível perceber que a publicidade infantil excessiva influencia de maneira negativa tanto a infância em si como também o Brasil. É preciso que o governo atue iminentemente nesse problema através da aplicação de multas nas empresas de publicidade que ultrapassarem os limites das faixas etárias estabelecidos anteriormente pelo Ministério da Infância e da Juventude. Além disso, é preciso que	Conclusão, exemplificação, definição.

essas crianças sejam estimuladas pelos pais e pelas escolas a terem um maior hábito de ler, através de concessões fiscais às famílias mais carentes, em livrarias e papelarias, distando um pouco do padrão consumista atual, a fim de que o Brasil garanta um futuro com adultos mais conscientes. Afinal, como afirmou Platão: “o importante não é viver, mas viver bem”.

Fonte: Elaboração própria.

Assim como o Texto 3, o sétimo texto do certame analisado apresenta uma introdução estruturada com base em repertório sociocultural, problematização e apresentação da tese. O que difere nos dois textos é o conhecimento aludido e a forma como ele foi apresentado no texto. Ao passo que no Texto 3 o repertório foi introduzido por meio de uma alusão histórica, o candidato que produziu o texto 7, em 2014, utilizou a **definição** para inserir o repertório e iniciar a discussão. Após a citação do sociólogo Gilberto Freyre, seguiu-se a problematização e apresentação de uma tese também formada por **causa e efeito**.

O desenvolvimento da argumentação neste texto também teve como estratégia predominante a **causa e efeito**, sendo essa estratégia responsável por indicar nos dois argumentos os efeitos da publicidade infantil e de como a infância é construída no país, respectivamente. Em ambos os argumentos, há a mobilização de conhecimentos socioculturais a fim de fundamentar o ponto de vista defendido nos tópicos frasais. A fundamentação do primeiro argumento deu-se por meio de uma **exemplificação**, enquanto a do segundo sustentou-se em **definição** e **comparação** – alusão a Gandhi e comparação de realidades. Além disso, assim como no Texto 3, o Texto 7 apresentou uma conclusão construída por meio de **conclusão** e **exemplificação**, seguindo a mesma estrutura de concluir as ideias desenvolvidas ao longo da produção e apresentar a proposta interventiva, contudo há uma **definição** em um período de fechamento do texto, estrutura pouco encontrada no certame. Há, também, entre os parágrafos a estratégia de **enumeração**, de modo que ambos os argumentos se somam a favor de fundamentar a tese.

Concluimos, então, que tal texto apresenta semelhanças com o da aplicação de 2012 no que se refere ao protagonismo das relações de **causa e efeito**, assim como da apresentação de proposta interventiva e da **enumeração** entre os parágrafos do desenvolvimento. Entretanto, notamos que na aplicação de 2014 há maior mescla de tipos de construção de parágrafo, fenômeno que se deu pela maior mobilização de repertórios socioculturais de diversos campos de conhecimento. Abaixo,

seguimos a análise do movimento de padronização da construção dos parágrafos com o Texto 13 (Quadro 15).

Quadro 15 – Texto 13

	Parágrafo	Modo de construção
1º	<p>Sob a perspectiva de uma revolução Tecno-Científico-Informacional, vive-se o auge da evolução humana em sua relação com a tecnologia, em que se destaca a ascensão do papel da internet no cotidiano social. Entretanto, tal avanço não é apenas benéfico, de modo que a popularidade existente no uso das redes virtuais possibilitou seu aproveitamento malicioso para que ela atue como um meio influenciador de comportamentos. Nesse contexto, configura-se um quadro alarmante correlacionado ao potencial de manipulação do usuário por meio do controle dos dados expostos a ele, o que decorre de interesses organizacionais e gera um processo de alienação social.</p>	<p>Definição, causa e efeito.</p>
2º	<p>Em um primeiro plano, é imperioso ressaltar que a busca por adesão a um interesse financeiro ou ideológico intensifica o controle da internet como um formador comportamental. De acordo com as pesquisas dos sociólogos Adorno e Horkheimer sobre Indústria Cultural, as mídias digitais possuem uma grande capacidade de atuar como formadoras e moldadoras de opinião. Assim, com o aumento abrupto do uso das redes virtuais, diversas organizações usufruem desse poder em prol de atingir sua causa com a imposição de informações selecionadas as quais limitam a escolha do usuário. Essa seleção permite que empresas comerciais, por exemplo, atraiam um mercado consumidor maior e ampliem suas vendas ao restringir as opções de compra ao perfil do indivíduo, que, em vez de escolher, apenas obedece ao sistema. Ademais, governos autoritários também se aproveitam do potencial manipulador para permitir que somente notícias favoráveis a sua ideologia possam ser acessadas pelos seus cidadãos, o que evita rebeliões. Depreende-se, pois, a privação da liberdade pessoal pelo direcionamento de comportamentos no meio digital.</p>	<p>Causa e efeito, definição, enumeração.</p>

3º	Sob outro prisma, é válido analisar que o controle de dados na internet fomenta a alienação da sociedade. Essa problemática ocorre porque, quando conteúdos previamente selecionados, descontextualizados ou alterados são a maior parte das informações acessíveis ao público, este passa a reproduzir os comportamentos esperados pelos órgãos manipuladores e influencia as pessoas ao seu redor por apresentar tais fatos como verdades, o que gera um estado de desinformação. Nesse viés, percebe-se que a seleção informacional como um meio alienante antecede a internet, de modo a ser visto, por exemplo, no período ditatorial do Brasil, que, ao censurar notícias negativas sobre o panorama do país, criou a ideia de uma nação livre de problemas sociais, econômicos e de segurança. Infere-se, então, que o uso maléfico da internet na moldagem de opiniões por meio de ações controladoras propicia uma redução na capacidade de senso crítico da comunidade.	Causa e efeito, comparação, tempo e espaço.
4º	Torna-se evidente, portanto, a complexa situação que envolve a manipulação do indivíduo com a seleção de dados na rede virtual. Para amenizar o quadro, cabe ao Poder Legislativo reformular o Marco Civil, que é responsável por regularizar o uso do meio digital. Essa medida deverá ocorrer por intermédio da inclusão de uma cláusula a qual irá reforçar os limites no controle dos conteúdos expostos, de forma a ampliar o espectro de escolhas do usuário. Tal ação objetiva impedir que a internet seja utilizada para a moldagem de comportamentos.	Conclusão, exemplificação.

Fonte: Elaboração própria.

O Texto 13, exemplar da aplicação de 2018, apresenta uma estrutura de construção dos parágrafos semelhante aos demais, sendo idêntica ao do ano anterior por apresentar uma **definição** para introduzir o assunto geral do texto. Após tal contextualização, o candidato problematizou o tema e apresentou uma tese construída por meio de **causa e efeito**, assim como as teses verificadas anteriormente.

Já em relação ao desenvolvimento desse texto, há também uma estratégia de **enumeração** entre os dois parágrafos, indicando que ambos tratam de mais de um aspecto ligado à tese para dar força ao posicionamento defendido nela. A construção dos tópicos frasais deu-se, novamente, por meio da estratégia de **causa e efeito**. Uma diferença tanto entre este texto com os demais quanto entre os parágrafos de argumentação deste texto é a quantidade de tópicos desenvolvidos. Nesse

caso, há dois tópicos sendo defendidos, em contrapartida com os outros textos que desenvolvem apenas um tópico por parágrafo. Entretanto, ainda que haja maior ocupação de linhas e duas linhas de raciocínio nesse espaço do texto, ele ainda segue uma construção semelhante aos outros, visto que os tópicos frasais são construídos da mesma forma, assim como foram utilizados repertórios socioculturais para fundamentação das ideias defendidas. No primeiro parágrafo de desenvolvimento, o repertório foi uma **definição** – sociólogos Adorno e Horkheimer – e no segundo foi **comparação e tempo e espaço** – Período Ditatorial do Brasil e situação atual.

O parágrafo conclusivo do texto foi construído de maneira já bastante padronizada, assim como a introdução, sendo presentes as estratégias **conclusão** e **exemplificação**. Ou seja, o candidato apresentou uma conclusão acerca da temática abordada e da discussão feita no texto e uma proposta interventiva para amenizar a situação denunciada. Logo, pudemos concluir que os parágrafos de introdução e de conclusão já se encontram em um estágio padronizado, e as construções dos parágrafos privilegiam a estratégia de **causa e efeito**, assim como a **enumeração** é uma estratégia bastante difundida para progredir os argumentos. Seguimos, pois, para a análise de um texto de 2019 (Quadro 16).

Quadro 16 – Texto 16

	Parágrafo	Modo de construção
1º	Aristóteles, grande pensador da Antiguidade, defendia a importância do conhecimento para a obtenção da plenitude da essência humana. Para o filósofo, sem a cultura e a sabedoria, nada separa a espécie humana do restante dos animais. Nesse contexto, destaca-se a importância do cinema, desde a sua criação, no século XIX, até a atualidade, para a construção de uma sociedade mais culta. No entanto, há ainda diversos obstáculos que impedem a democratização do acesso a esse recurso no Brasil, centrados na elitização do espaço público e causadores da insuficiência intelectual presente na sociedade. Com isso, faz-se necessária uma intervenção que busque garantir o acesso pleno ao cinema para todos os cidadãos brasileiros.	Definição, comparação.
2º	De início, tem-se a noção de que a Constituição Federal assegura a todos os cidadãos o acesso igualitário aos meios de propagação do conhecimento, da cultura e do lazer. Porém, visto que os cinemas, materialização pública desses conceitos, concentram-se	Causa e efeito, definição, comparação.

	<p>predominantemente nos espaços reservados à elite socioeconômica, como os “shopping centers”, é inquestionável a existência de uma segregação das camadas mais pobres em relação ao acesso a esse recurso. Essa segregação é identificada na elaboração da tese da “subcidadania”, escrita pelo sociólogo Jessé Souza, que denuncia a situação de vulnerabilidade social vivida pelos mais pobres, cujos direitos são negligenciados tanto pela falta de ação do Estado quanto pela indiferença da sociedade em geral. Fica claro, então, que o acesso ao cinema não é um recurso democraticamente pleno no Brasil.</p>	
3º	<p>Como consequência dessa elitização dos espaços públicos, que promove a exclusão das camadas mais periféricas, é observado um bloqueio intelectual imposto a essa parte da população. Nesse sentido, assuntos pertinentes ao saber coletivo, que, por vezes, não são ensinados nas instituições formais de ensino, mas são destacados pelos filmes exibidos nos cinemas, não alcançam as mentes das minorias sociais, fato que impede a obtenção de conhecimento e, por conseguinte, a plenitude da essência aristotélica. Essa situação relaciona-se com o conceito de “alienação”, descrito pelo filósofo alemão Karl Marx, que caracteriza o estado de insuficiência intelectual vivido pelos trabalhadores da classe operária no contexto da Revolução Industrial, refletido na camada pobre brasileira atual.</p>	Causa e efeito, definição.
4º	<p>Portanto, fica evidente a importância do cinema para a construção de uma sociedade mais culta e a necessidade da democratização desse recurso. Nesse âmbito, cabe ao Ministério da Educação e da Cultura promover um maior acesso ao conhecimento e ao lazer, por meio da instalação de cinemas públicos nas áreas urbanas mais periféricas – que deverão possuir preços acessíveis à população local –, a fim de evitar a situação de alienação e insuficiência intelectual presente nos membros das classes mais baixas. Desse modo, o cidadão brasileiro poderá atingir a condição de plenitude da essência, prevista por Aristóteles, destacando-se, logo, das outras espécies animais, através do conhecimento e da cultura.</p>	Conclusão, exemplificação.

Fonte: Elaboração própria.

Diferentemente das outras redações analisadas, o Texto 16 apresenta outra forma de construção da tese, ainda que a estrutura de construção do parágrafo seja a mesma. Ou seja, a introdução apresenta uma contextualização do assunto a ser tratado – citação do Aristóteles –, uma problematização acerca da situação-problema e a tese, construída por meio de uma explanação e detalhamento ligado ao tema. Um diferencial em relação à introdução dos outros textos analisados é a frase de fechamento do parágrafo. Nos exemplos anteriores, o parágrafo introdutório foi concluído com a apresentação da tese, ao passo que no Texto 16 a conclusão de tal parágrafo foi construída com uma frase a qual indica que medidas devem ser tomadas para garantir o acesso ao cinema, ou seja, houve, desde a introdução, a evidência de que a produção textual culminará em uma intervenção para a situação discutida.

Outro ponto que demonstra diferença na forma de construir o parágrafo neste texto foi a apresentação dos elementos no segundo parágrafo. Neste espaço do texto, a discussão foi principiada por meio da alusão a um conhecimento sociocultural – Constituição Federal – e, apenas depois de tal contextualização o tópico frasal, construído por uma relação de **causa e efeito**, foi apresentado, o qual foi fundamentado com base em **definição** e **comparação** entre o cenário ideal e aquele vivenciado por parcela da população. Já o segundo argumento apresenta a mesma estrutura verificada nos outros exemplares, ou seja, tópico frasal, aprofundamento das ideias, conclusão da discussão. Nesse caso, o tópico frasal foi apresentado por meio de **causa e efeito**, foi aprofundado com uma discussão da situação denunciada e concluída com uma **definição**. O parágrafo conclusivo do Texto 16, assim como dos demais analisados, conclui as discussões feitas ao longo da produção e indica uma proposta interventiva.

O texto, então, possui similaridade com os outrora analisados no que diz respeito à mescla das estratégias de construção de parágrafo, assim como apresenta **causas e efeitos**, como nos demais, ainda que esta não seja a estratégia predominante na produção. Além disso, concluímos que uma variação nos modos de apresentação dos parágrafos, como é o caso do segundo parágrafo, por mais que não tenha sido amplamente verificada, é possível em textos nota 1000 do gênero do discurso analisado. Adiante, seguimos com a análise de outro exemplar do certame (Quadro 17).

Quadro 17 – Texto 23

	Parágrafo	Modo de construção
1º	<p>Nise da Silveira foi uma renomada psiquiatra brasileira que, indo contra a comunidade médica tradicional da sua época, lutou a favor de um tratamento humanizado para pessoas com transtornos psicológicos. No contexto nacional atual, indivíduos com patologias mentais ainda sofrem com diversos estigmas criados. Isso ocorre, pois faltam informações corretas sobre o assunto e, também, existe uma carência de representatividade desse grupo nas mídias.</p>	<p>Exemplificação, tempo e espaço, causa e efeito.</p>
2º	<p>Primariamente, vale ressaltar que a ignorância é uma das principais causas da criação de preconceitos contra portadores de doenças psiquiátricas. Sob essa ótica, o pintor holandês Vincent Van Gogh foi alvo de agressões físicas e psicológicas por sofrer de transtornos neurológicos e não possuir o tratamento adequado. O ocorrido com o artista pode ser presenciado no corpo social brasileiro, visto que, apesar de uma parcela significativa da população lidar com alguma patologia mental, ainda são propagadas informações incorretas sobre o tema. Esse processo fortalece a ideia de que integrantes não são capazes de conviver em sociedade, reforçando estigmas antigos e criando novos. Dessa forma, a ignorância contribui para a estigmatização desses indivíduos e prejudica o coletivo.</p>	<p>Causa e efeito, exemplificação, comparação.</p>
3º	<p>Ademais, a carência de representatividade nos veículos midiáticos fomenta o preconceito contra pessoas com distúrbios psicológicos. Nesse sentido, a série de televisão da emissora HBO, “Euphoria”, mostra as dificuldades de conviver com Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), ilustrado pela protagonista Rue, que possui a doença. A série é um exemplo de representação desse grupo, nas artes, falando sobre a doença de maneira responsável. Contudo, ainda é pouca a representatividade desses indivíduos em livros, filmes e séries, que quando possuem um papel, muitas vezes, são personagens secundários e não há um aprofundamento de sua história. Desse modo, esse processo agrava os estereótipos contra essas pessoas e afeta sua autoestima, pois eles não se sentem representados.</p>	<p>Causa e efeito, exemplificação, definição.</p>

4º	Portanto, faz-se imprescindível que a mídia – instrumento de ampla abrangência – informe a sociedade a respeito dessas doenças e sobre como conviver com pessoas portadoras, por meio de comerciais periódicos nas redes sociais e debates televisivos, a fim de formar cidadãos informados. Paralelamente, o Estado – principal promotor da harmonia social – deve promover a representatividade de pessoas com transtornos mentais nas artes, por intermédio de incentivos monetários para produzir obras sobre o tema, com o fato de amenizar o problema. Assim, o corpo civil será mais educado e os estigmas contra indivíduos com patologias mentais não serão uma realidade do Brasil.	Conclusão, exemplificação.
----	---	----------------------------

Fonte: Elaboração própria.

A função do primeiro parágrafo e a organização dele no texto 23 segue a mesma lógica dos outros analisados, qual seja: contextualização, nesse caso construída por meio de **exemplificação** – explicação de quem Nise da Silveira e de sua importância – à qual segue a problematização e apresentação da situação-problema por **tempo e espaço**. Após a contextualização e a problematização, explanou-se a tese, novamente construída por **causa e efeito**, como na maior parte dos textos do certame analisado.

O desenvolvimento deste texto também apresenta estratégias de construção do parágrafo padronizada, com a presença das características verificadas nos excertos acima. Ou seja, apresentação dos tópicos frasais no início dos parágrafos, os quais foram construídos pela relação de **causa e efeito; enumeração** entre os parágrafos, visto que ambos tratam de diferentes causas da situação-problema discutida; uso de repertório para fundamentação do tópico frasal, os quais são **exemplificações** do assunto abordado no parágrafo; comparações do repertório com a situação analisadas; e conclusão da discussão sobre o fenômeno abordado.

No que diz respeito à construção do parágrafo conclusivo, verificamos também a mesma estrutura padronizada sendo seguida, qual seja: **conclusão** das ideias discutidas no texto e **exemplificação** do que pode ser feito para amenizar o problema sobre o qual a discussão se construiu. Percebemos, então, uma alta padronização no que se refere à construção dos parágrafos, principalmente no que se refere à ordem de apresentação das informações e problematizações, assim como do privilégio a certos tipos de construção, **causa e efeito** e **exemplificação**. Abaixo, seguimos a análise com o Texto 29 (Quadro 18), produzido na aplicação de 2021, último ano analisado nesta pesquisa.

Quadro 18 – Texto 29

	Parágrafo	Modo de construção
1º	<p>Norberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantir a representatividade política de todas as pessoas. Para que o mecanismo democrático funcione, então, é fundamental apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral. Contudo, muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses direitos básicos e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados. Logo, deve-se discutir as raízes históricas desse problema e as suas consequências nocivas.</p>	Definição, causa e efeito.
2º	<p>Primeiramente, vê-se que o apagamento social gerado pela falta de registro civil apresenta suas origens no passado. Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida. Sob esse viés, o materialismo histórico de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, pois é provável que eles pertençam a linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro. Assim, a desigualdade social continua sendo perpetuada, afetando grupos que já foram profundamente atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais da nação. Dessa forma, é essencial que o governo quebre esse ciclo que exclui, sobretudo, pobres, mulheres, indígenas e pretos.</p>	Causa e efeito, exemplificação, comparação, definição.
3º	<p>Além disso, nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes, o que é impensável na sociedade contemporânea, uma vez que o nome de um indivíduo faz parte da construção integral da sua identidade. Ademais, as crianças retratadas na obra são semelhantes</p>	Causa e efeito, exemplificação, comparação.

	a muitas outras do Brasil que não usufruem de políticas públicas da infância e da adolescência devido à falta de documentos, o que precisa ser modificado urgentemente para que se estabeleça uma democracia realmente participativa tal qual aquela prevista por Bobbio.	
4º	Portanto, o registro civil deve ser incentivado de maneira mais efetiva no país. O Estado criará um mutirão nacional intitulado “Meu Registro, Minha Identidade”. Esse projeto funcionará por meio da união entre movimentos sociais, comunidades locais e órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, visto que é necessária uma ação coletiva visando a consolidação da cidadania brasileira. Com o trabalho desses agentes, serão enviados profissionais a todas as cidades em busca de pessoas que, finalmente, terão suas certidões de nascimento confeccionadas, além de receberem acompanhamento e incentivo para a realização de cadastro em outros serviços importantes do sistema nacional. Por conseguinte, o Brasil estará agindo ativamente para reparar suas injustiças históricas e para solidificar sua democracia, de maneira que os seus cidadãos sejam vistos igualmente.	Conclusão, exemplificação.

Fonte: Elaboração própria.

Verificamos que a construção dos parágrafos do Texto 29 apresenta uma alta padronização, como os demais, e as estratégias utilizadas para iniciar, desenvolver e concluir as ideias foram aquelas mais recorrentes também nas produções do ano anterior. No que se refere à introdução, encontramos uma similaridade com o Texto 16, visto que ambos apresentam no último período de tal parágrafo a previsão de que haverá uma proposta interventiva, anunciando, então, desde o início, a culminância da discussão a ser desenvolvida. Ainda sobre a introdução, o candidato principia com uma **definição** – conceito de democracia para Norberto Bobbio –, apresenta uma problematização acerca da situação-problema e a tese, construída por **causa e efeito**.

O desenvolvimento do texto foi construído também de forma padronizada, com dois parágrafos os quais apresentaram tópico frasal produzido por meio de **causa e efeito**, discussões aprofundadas por meio de **definições** e **exemplificações**. Após tais discussões, ambos apresentaram um fechamento, sendo que no terceiro a necessidade de uma intervenção foi reiterada. Além disso, os parágrafos de desenvolvimento foram interligados por uma estratégia de **enumeração** já que ambos apontavam **causas e efeitos**.

A conclusão do Texto 29 foi construída do mesmo modo que as demais conclusões analisadas – apresentou-se uma conclusão das ideias que foram discutidas e uma proposta interventiva para solucionar a problemática abordada. Notamos, então, que, em 2021, a construção dos parágrafos encontra-se bastante padronizada no gênero do discurso Redação do ENEM, principalmente no que diz respeito às estratégias utilizadas para criá-las, visto a centralidade das relações de **causa e efeito**, das **exemplificações** e **definições** para fundamentar os pontos de vista dos autores dos textos e da **exemplificação** para inserir e desenvolver uma intervenção para o problema abordado.

Analisar as redações no que se refere à construção dos parágrafos, permitiu traçar um perfil que se fez presente em todo o certame: i) há uma mescla de tipos de construção dos parágrafos, sendo que as estratégias **causa e efeito**, **definição** e **exemplificação** foram as mais recorrentes. Uma hipótese para tal fenômeno é a quantidade limitada de linhas que o candidato possui para discorrer sobre o tema. Por ser um espaço curto, utilizar mais de uma estratégia por parágrafo auxilia na síntese das ideias e na possibilidade de desenvolver a análise em mais de uma perspectiva, o que, se feito de maneira adequada, resulta em argumentações consistentes. ii) Há uma valorização das operações que indicam os efeitos das problemáticas sociais abordadas nas discussões, assim como os exemplos que embasam e expandem, geralmente pela **comparação**, **exemplificação** e **definição**, as situações vividas nas realidades analisadas. Além disso, percebemos que tal construção se fazia padronizada em 2012, primeiro ano de nossa análise, e foi aprimorada ao longo dos anos, sendo que em 2021 já se encontra consolidada e amplamente difundida entre os candidatos que alcançam excelência na avaliação do desempenho na redação.

Ademais, a conclusão da Redação do ENEM, parágrafo característico deste gênero, foi construída com as mesmas estratégias em todos os textos do conjunto levantado, **conclusão/dedução e exemplificação**. A conclusão, cuja função é fazer um levantamento e fechamento das ideias discutidas em um texto, possui no gênero do discurso em análise também a função de introduzir uma intervenção para a situação apresentada no tema. Uma vez, então, que não é cobrada somente uma conclusão das ideias, mas também a proposição de uma proposta interventiva, os candidatos exemplificam o que pode ser realizado para modificar as situações sobre as quais discorreram caso elas sejam problemáticas (Textos 7, 13, 16, 23, 29), ou até mesmo para manter um cenário que se mostre positivo e benéfico, como é o caso do Texto 3.

Outro ponto que se faz importante no que se refere a esse ponto de análise da estrutura composicional do gênero do discurso Redação do ENEM é a interseção entre as estratégias de construção dos parágrafos e a funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos, visto que os conectivos são mobilizados justamente para viabilizar e construir tais estratégias nos parágrafos e entre eles, como nos trechos abaixo.

- i) **De acordo com** as pesquisas dos sociólogos Adorno e Horkheimer sobre Indústria Cultural, as mídias digitais possuem uma grande capacidade de atuar como formadoras e moldadoras de opinião. (Texto 13).
- ii) **Contudo**, muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses direitos básicos e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados. (Texto 29).

No primeiro trecho, a expressão “de acordo com”, elemento coesivo cuja função lógico-semântico-argumentativa é de **conformidade**, foi mobilizado para construir a estratégia de **definição** no segundo parágrafo do Texto 13 e fundamentar a ideia do tópico frasal. Já no segundo exemplo, o elemento coesivo “contudo”, o qual é **contrajuntivo**, foi utilizado no primeiro parágrafo do Texto 29 a fim de problematizar uma situação-problema e inserir a tese pela estratégia **causa e efeito**. Desse modo, analisar tais construções nos dá subsídios para perceber os papéis dos elementos coesivos na padronização do gênero do discurso Redação do ENEM e como suas funções lógico-semântico-argumentativas são utilizadas em favor desse fenômeno. Desenvolvemos, pois, na próxima seção, a análise dos movimentos de padronização do estilo, na qual discutiremos as modalizações e os elementos coesivos de modo mais aprofundado.

4.2 Movimentos de padronização do estilo: as modalizações e as suas funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos

A fim de analisarmos os movimentos de padronização do estilo no gênero do discurso Redação do ENEM, também nos ancoramos na teoria bakhtiniana. O autor salienta que esse componente do gênero, ou seja, o estilo, condiz com a “seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” (BAKHTIN, 2016, p. 12). A esse respeito, salientamos que o gênero do discurso em análise não é amplamente propício ao aparecimento da individualidade dos sujeitos produtores dos enunciados, sendo o estilo mais padronizado nesse aspecto, assim como demonstramos na análise da estrutura composicional.

Visto que o objetivo da pesquisa é focar nos aspectos coesivos, nesta seção não trataremos de escolhas vocabulares. Apesar disso, é perceptível que embora o documento norteador dos candidatos – a Cartilha do participante ENEM – não cobre uma linguagem sofisticada, isso está se fortalecendo nos textos. Trataremos, nessa análise, dos movimentos de padronização do estilo no que se refere às modalizações e às funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos, os quais, como mostramos a seguir, são empregados em conjunto nos textos do certame analisado.

Os articuladores e suas funções lógico-semântico-argumentativas são os recursos que buscamos analisar a fim de demonstrar como eles são utilizados a favor da padronização do gênero Redação do ENEM e de práticas educacionais excludentes. Tal análise se deu com base nas categorias abordadas por Koch (2018), as quais foram elencadas nos pressupostos teóricos desta pesquisa, e por outras que se fizeram necessárias durante o percurso de análise, *alternância* e *finalidade*. Além disso, também desempenhamos um exercício de análise das modalizações construídas nos textos do certame, a qual está subsidiada pelos pressupostos de Bronckart (1999). O estudo se faz ampliado a este componente do estilo por percebermos que os modalizadores são mobilizados nas produções do certame acompanhados – e geralmente precedidos – dos elementos coesivos, cujas funções são o foco de nossa pesquisa. Passemos, pois, para um exercício de análise dos movimentos de padronização do estilo no gênero do discurso Redação do ENEM.

4.2.1 As modalizações e os elementos coesivos na Redação do ENEM

As modalizações, conforme elencamos na seção 4.2, foram divididas por Bronckart (1999) em quatro tipos distintos, quais sejam: modalização lógica, deôntica, pragmática e apreciativa. A

partir de tal subsídio teórico, encontramos, no certame analisado, predominância dos modalizadores lógicos, seguidos pelos deônticos, pragmáticos e apreciativos, sendo o último pouco verificado nos *corpora* em questão. No exercício de análise, ainda encontramos recorrência do uso de elementos coesivos para introduzir as modalizações, as quais, em sua maioria, foram precedidas por tal aspecto linguístico. Abaixo, demonstramos os resultados encontrados na análise, como os tipos de modalizações encontradas e a recorrência em cada ano de aplicação (Quadro 19).

Quadro 19 – Tipos e recorrência das modalizações nas redações do ENEM

Ano de aplicação da prova	Modalizações encontradas	Quantidade de modalizações utilizadas
2012	Modalizações lógicas, deônticas.	16
2014	Modalizações lógicas, deônticas, pragmáticas, apreciativas.	36
2018	Modalizações lógicas, deônticas, pragmáticas, apreciativas.	43
2019	Modalizações lógicas, deônticas, pragmáticas, apreciativas.	49
2020	Modalizações lógicas, deônticas, pragmáticas, apreciativas.	48
2021	Modalizações lógicas, deônticas e pragmáticas.	46

Fonte: Elaboração própria.

Nos textos do certame analisado, percebemos uma tendência de aumento da ocorrência de modalização de maneira acentuada, excetuando o decréscimo ocorrido em 2021. Ao passo que houve dezesseis casos de modalização em 2012, em 2019 essa marca linguística foi verificada em 49 trechos dos textos em análise. O aumento da recorrência de uso das modalizações está correlacionado ao maior uso também de elementos coesivos, como veremos adiante. Além disso, houve uma maior variação de tipos de modalização, visto que no primeiro ano analisado elas eram de apenas dois tipos, a saber a modalização lógica e a deôntica, mas no último verificamos também as pragmáticas, assim como as apreciativas foram verificadas em exemplares de 2014, 2018, 2019 e 2020.

As **modalizações lógicas**, aquelas mais encontradas nos textos que analisamos, se fizeram presentes desde o primeiro ano considerado nos *corpora*. Essas são modalizações que figuram no campo do mundo objetivo indicam os valores de verdade, certeza, possibilidade, probabilidade, etc. (BRONCKART, 1999). Abaixo, analisamos o uso de tais modalizadores, assim como os espaço dos textos em que são frequentemente empregados.

- 1) No século XXI, um fenômeno inverso **é evidente**: a chegada ao Brasil de grandes contingentes imigratórios, com indivíduos de países subdesenvolvidos latinoamericanos_(Texto 04).
- 2) Dessa forma, **é válido analisar** a maneira como o excesso de publicidade infantil pode contribuir negativamente para o desenvolvimento dos pequenos e do Brasil. (Texto 07).
- 3) A princípio, **é necessário** avaliar como o uso de dados pessoais por servidores de tecnologia contribui para fomentar condutas intolerantes nas redes sociais. (Texto 14).
- 4) **É perceptível**, portanto, o louvável elemento benfeitor dessa criação artística, capaz de garantir a coesão da comunidade. (Texto 17)

No Trecho 1, o candidato apresenta, na introdução, a problematização do tema em questão. A fim de criar um elo entre o conhecimento sociocultural mobilizado antes e a problematização, assim como para inseri-la no texto, lançou-se mão da expressão “é evidente”, modalizador lógico que indica um posicionamento do autor do texto em relação à problemática, o qual considera que tal fenômeno é evidente na sociedade atual. Percebemos, tanto neste quanto em outros trechos, um uso da modalização lógica para iniciar problematizações na introdução do texto.

Já o Trecho 2 apresenta uma modalização lógica “é válido” no início da tese a ser defendida ao longo do texto. O posicionamento do autor está no campo da pertinência, ou seja, a crença de que é pertinente, ou válido, discutir os modos como a publicidade infantil impacta negativamente. A mobilização das modalizações lógicas para inserir a tese também foi amplamente encontrada no certame analisado.

O Trecho 3 apresenta outro uso comum de tal tipo de modalização, a qual foi mobilizada a fim de introduzir o tópico frasal dos parágrafos de desenvolvimento. Nesse trecho, o autor também se posiciona em relação ao assunto que vai defender ao indicar que tal aspecto ligado ao tema “é necessário” ser discutido. Ligado a esse mesmo uso, tem-se o Trecho 4, o qual faz parte da conclusão de um parágrafo de desenvolvimento. O candidato, após criar uma discussão acerca do tópico frasal, conclui o que foi explanado com a ideia de clareza, ou seja, de que “é perceptível” o valor benfazejo da arte cinematográfica.

Sobre tal tipo de modalização, concluímos que ela foi utilizada nos textos em espaços em que o foco estivesse voltado para a problematização ou argumentação de modo mais ampliado, ou seja, foi mais mobilizada nos parágrafos de introdução, principalmente para introduzir a tese, e nos de desenvolvimento, seja para indicar o tópico frasal ou concluir os argumentos.

A **modalização deôntica** também foi outra amplamente utilizada nos textos analisados, em especial nos últimos anos de aplicação do ENEM, nos quais se faz mais presente, fator que se deu pela maior exigência em relação à proposta interventiva. Visto que tal tipo de modalização indica as avaliações do autor relacionadas ao valor da obrigação social, do que é permitido, proibido, desejado, etc. (BRONCKART, 1999), elas são mobilizadas, em geral, nos momentos em que é indicada a necessidade de uma intervenção ou quando ela é destrinchada no texto, como nos exemplos 5 e 6.

5) (...) *O Estado* **deve oferecer** incentivos às empresas que empregarem os recém-chegados (Texto 5).

6) (...) faz-se necessário que *o Estado*, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, **democratize** a retirada de documentos cidadãos (...) (Texto 30).

Em ambos os exemplos, seja no texto 5, produzido na edição de 2012, ou no 30, produzido em 2021, as modalizações deônticas foram mobilizadas de modo a indicar que uma ação, por meio do governo, é necessária para preparar a sociedade e a economia brasileiras para a chegada de novos imigrantes (Exemplo 5) e ampliar e garantir o acesso à cidadania plena no país (Exemplo 6). Esses trechos compõem as propostas interventivas exigidas pelo comando da prova, indicando quais são as medidas que devem ser adotadas pelo agente interventivo. Desse modo, concluímos que a ampla mobilização dos modalizadores deônticos, a qual teve um aumento ao longo dos anos de aplicação do ENEM, se dá de modo que tal escolha linguística reflète e contribui para o processo de padronização do gênero.

O mesmo processo foi percebido também no que diz respeito à **modalização pragmática**. A esse tipo de modalização cabe a responsabilização das falas de outrem que são inseridas nos textos (BRONCKART, 1999). Ao passo que as alusões a conhecimentos socioculturais ficaram mais sofisticadas nas redações, esse tipo de modalização passou a ser verificado. Nos primeiros anos de aplicação, os conhecimentos externos inseridos eram mais exemplos ou simples alusões a conhecimentos amplos, mas, à medida que os movimentos de padronização foram se desenvolvendo, os repertórios inseridos foram modificados, assim como os modos de mobilização deles no texto passaram a ser feitos com auxílio da modalização pragmática (exemplos 7 e 8).

7) Sérgio Buarque de Hollanda **constatou** que o brasileiro é suscetível a influências estrangeiras (...) (Texto 8).

8) Em consonância com tal tese, é possível citar a obra “Casa-grande e Senzala”, do autor Gilberto Freyre, na qual ele **realiza** uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia (...) (Texto 26).

Os trechos 7 e 8 indicam vozes de outros autores que não aqueles que produziram a redação para o ENEM, os autores Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre, respectivamente. Ao mobilizar o construto de tais estudiosos em seus textos, os candidatos lançaram mão da modalização pragmática. Tal tipo de modalização foi verificada de modo mais recorrente e sofisticada, como mencionamos, nos últimos anos considerados na análise, isto é, o processo da padronização dos conhecimentos aludidos, à medida que se aprofundou, também resultou em maior uso desses modalizadores.

Já as **modalizações apreciativas** foram as menos encontradas no conjunto de textos analisados. Essas modalizações advêm do mundo subjetivo do sujeito que produz os enunciados e consistem em seus julgamentos (BRONCKART, 1999). Visto que a impessoalidade é uma marca buscada pelos candidatos que produzem texto do ENEM, tais modalizações não são recorrentes justamente por apresentarem, de modo nítido, os juízos de valor acerca dos autores dos textos. Então, ao passo que as modalizações lógicas, aquelas provenientes do mundo objetivo, são as mais mobilizadas nas redações do ENEM que atingiram nota 1000, as apreciativas, advindas do mundo subjetivo, são menos registradas, as quais encontramos apenas em produções de 2014, 2019 e 2020.

9) É perceptível, portanto, o **louvável** elemento benfeitor dessa criação artística, capaz de garantir a coesão da comunidade. (Texto 17).

10) (...) é **desanimador** notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução (...) demonstram a **lamentável** distribuição irregular das práticas artísticas. (Texto 25).

11) (...) promove, **lamentavelmente**, a disseminação de tabus falaciosos e a redução da busca por tratamento adequado (...) (Texto 25).

Ambos os textos (17 e 25) apresentaram juízos de valor, sendo que no exemplo 9 há uma visão positiva acerca da arte cinematográfica e nos trechos 10 e 11 a visão do autor é negativa em relação ao estigma associado às doenças mentais no Brasil. Apesar de essa não ser uma marca de padronização, visto que a utilização de tais recursos não apresenta constância ou recorrência em determinado ano/anos analisados, é um dado importante de se deparar, pois vai de encontro à ideia erroneamente consolidada de que se há utilização de verbos na primeira pessoa do plural ou de expressões valorativas, o texto automaticamente perde nota. Ou seja, a busca pelo afastamento do

autor na produção do texto pode ser um dos caminhos para a escrita da Redação do ENEM, mas não precisa de ser o único, como os próprios textos 17 e 25 demonstram a partir da nota que receberam, mesmo deixando claros os seus posicionamentos e opiniões em certos momentos do texto.

Entretanto, um aspecto ligado ao movimento de padronização do estilo no gênero do discurso analisado é que antes havia escolha estilística pelos modalizadores e articuladores lógico-semântico-argumentativos de forma mais livre. Tanto os termos utilizados para inserir as avaliações dos autores dos textos quanto os elementos coesivos mobilizados apresentaram maior variação nos primeiros anos de aplicação, enquanto nos anos mais recentes foi percebida recorrência de uso de certos termos, como “é evidente”, “é válido”, “nesse contexto”, “desse modo”.

A conclusão a que chegamos, diante da análise de ambos os aspectos do estilo foi que, após os aprimoramentos das orientações coesivas e de construção do texto, essas escolhas foram direcionadas, contribuindo para a padronização do gênero. Abaixo, discorreremos sobre tais orientações coesivas e explanaremos como os usos de tais elementos assim como suas funções lógico-semântico-argumentativas, em conjunto com as modalizações, contribuem para tal padronização.

Na Seção 2.3.1.1.4, ao discutirmos sobre a competência IV, aquela cuja função é avaliar a construção da coesão nos textos, inserimos uma imagem proveniente do manual de corretor do ENEM, material de formação para os corretores oficiais que fazem parte da banca avaliadora do INEP. Esta imagem, conforme discutimos, indica um caminho visto como ideal pelo INEP para se construir a coesão pela conexão em textos do gênero do discurso em questão (Imagem 3).

Imagem 3 – Exemplo de estrutura coesiva do manual de correção

Texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto. **Esse** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto. **Entretanto**, texto texto texto **internet** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto.

Diante desse cenário, texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto o texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto. **Embora** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto, **isso** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto.

Por outro lado, texto. **Assim** texto texto texto texto texto **ela** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto. Texto texto texto texto texto texto **rede social** texto texto texto texto texto. **Além disso**, texto texto texto texto texto texto texto texto.

Portanto, ela texto, **tendo em vista que** texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto texto.

Fonte: INEP, 2019d, p. 20.

Na Imagem 3, há indicações de uso de conectivos entre os parágrafos e dentro deles. Os elementos “diante desse cenário”, o qual indica uma continuidade da discussão iniciada no parágrafo anterior, e “por outro lado”, são indicações de conectivos a serem utilizados para introduzir os parágrafos de desenvolvimento. No caso do “por outro lado”, a argumentação indicada seria por contraste. Após tais parágrafos, há o exemplo do “portanto”, cuja função lógico-semântico-argumentativa é a conclusão, o qual seria utilizado para iniciar o parágrafo conclusivo.

Além destes, de azul há também as sugestões de conectivos dentro dos parágrafos. O termo “entretanto”, localizado no último período do parágrafo introdutório, conectivo contrajuntivo, seria utilizado para inserir a tese do texto. Já os marcadores “embora”, “assim”, “além disso” e “tendo em vista que” seriam utilizados para progredir as ideias dos parágrafos e concluí-las. Conforme salientado acima, a ocorrência dos elementos coesivos está relacionada também ao emprego de expressões modalizadoras, as quais são mobilizadas em espaços dos textos também condizentes com a sugestão da imagem acima, ou seja, na tese, nos tópicos frasais e conclusões dos parágrafos.

O que percebemos, tendo acesso à imagem e comparando-a com os textos do certame, é que a indicação de certos tipos de operações lógico-semântico-argumentativas pelo documento oficial do INEP surtiu efeitos decisivos na padronização do gênero do discurso analisado e de práticas excludentes ligadas a ela. Essa padronização, embora tenha sido construída em outros anos também, ganhou maior consolidação após a aplicação de 2018. A hipótese para que tal

padronização tenha se consolidado após este ano é o fato de que a imagem está presente no manual do corretor de 2018, o qual é publicamente divulgado na internet e foi material de estudo dos docentes em formação para corrigir as provas. Abaixo, segue um exercício de análise comparativa entre dois textos do certame, um produzido em 2014 e outro em 2021, no que se refere ao emprego de modalizações e conectivos (Quadro 20).

Quadro 20 – As modalizações e os elementos coesivos em textos de 2014 e 2021

Texto 8 – 2014	Texto 27 – 2021
<p>Criança: futuro consumidor</p> <p>A propaganda é a principal arma das grandes empresas. Disseminada em todos os meios de comunicação, a ampla visibilidade publicitária atinge seu principal objetivo: expor um produto e explicar sua respectiva função. No entanto, essa mesma função é distorcida por anúncios apelativos, que transformam em sinônimos o prazer e a compra, atingindo principalmente as crianças.</p> <p>As habilidades publicitárias são poderosas. O uso de ídolos infantis, desenhos animados e trilhas sonoras induzem a criança a relacionar seus gostos a vários produtos. Dessa maneira, as indústrias acabam compartilhando seus espaços; como exemplo as bonecas Monster High fazendo propaganda para o fast food Mc Donalds. A falta de discussão sobre o assunto <u>é evidenciada</u> pelas opiniões distintas dos países. Conforme a OMS, no Reino Unido <u>há leis</u> que limitam a publicidade para crianças como a que proíbe parcialmente – em que comerciais são proibidos em certos horários -, e a que personagens famosos não podem aparecer em propagandas de alimentos infantis. Já no Brasil há a autorregulamentação, na qual o setor publicitário cria normas e as acorda com o governo, sem legislação específica.</p> <p>A relação entre pais, filhos e seu consumo se torna conflituosa. As crianças perdem a noção do limite, que lhes é tirada pela mídia quando a mesma reproduz que tudo é possível. Como forma de solucionar esse conflito, o governo federal <u>pode criar</u> leis rígidas que restrinjam a publicidade de</p>	<p>A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos. Entretanto, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que ainda há a falta do registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática.</p> <p>Diante desse cenário, <u>é válido retomar</u> o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho laboral. Nesse contexto, <u>é indiscutível</u> que a ausência do registro civil primordial – a certidão de nascimento – impossibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, como, por exemplo, a carteira de trabalho. Dessa forma, <u>é afirmativo</u> que tal lacuna incorre na precarização do trabalho, uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. Em consonância com tal tese, <u>é possível</u> citar a obra “Casa-grande e Senzala”, do autor Gilberto Freyre, na qual ele <u>realiza</u> uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo – ou seja, o ato laboral precarizado – é um instrumento de invisibilidade social. Sendo assim, <u>torna-se evidente</u> a essencialidade dos registros civis na garantia dos direitos trabalhistas para todos os</p>

bens não duráveis para crianças. **Além disso**, as escolas poderiam proporcionar oficinas chamadas de “Consumidor Consciente” em que diferenciam consumo e consumismo, ressaltando a real utilidade e a durabilidade dos produtos, com a distribuição de cartilhas didáticas introduzindo os direitos do consumidor. Esse trabalho seria efetivo aliado ao diálogo com os pais.

Sérgio Buarque de Hollanda constatou que o brasileiro é suscetível a influências estrangeiras, e a publicidade atual é a consequência direta da globalização. **Por conseguinte** é preciso que as crianças, desde pequenas, saibam diferenciar o útil do fútil, sendo preparados para analisar informações advindas do exterior no momento em que observarem as propagandas."

brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã.

Ademais, é essencial citar a exclusão democrática como uma das principais consequências da falta de registros civis. **Nessa perspectiva**, é notável que a já citada ausência da certidão de nascimento impede, **também**, a realização do título de eleitor, documento necessário para o pleno exercício da democracia brasileira. **Sob esse viés**, é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico Nick Couldry, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, **por isso**, onde não há a voz de alguém, não há democracia. **Desse modo**, fica evidente que a ausência do registro civil impossibilita a participação política, o que causa o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro.

Nota-se, **portanto**, a necessidade de reverter esse cenário de invisibilidade social causado pela ausência do registro civil. Para tal é intrínseco que o Governo Federal, órgão de maior importância no âmbito nacional, implemente mais Varas da Infância e da Juventude em locais de alta procura por esses serviços. Tal ação deve ser realizada **por meio da** criação de secretarias e/ou departamentos responsáveis por pesquisa e controle, **a fim de** haver um mapeamento de cidades e regiões metropolitanas onde há maiores índices de invisibilidade social, **para, assim**, suprir a demanda requerida para o registro civil dos futuros cidadãos. **Dessa forma, progressivamente** haverá a garantia da cidadania para todos os brasileiros.

Fonte: Elaboração própria.

O Texto 8, produzido em 2014, apresenta 6 ocorrências de conectivos lógico-semântico-argumentativos e 6 modalizações. O que verificamos em tal texto é a exclusividade do uso de conectores dentro dos parágrafos, assim como modalizações, no geral, dissociadas de tais elementos. Já o Texto 27 apresenta 22 conectivos lógico-semântico-argumentativos, os quais estão, em sua maioria, empregados junto aos modalizadores.

Em uma comparação entre os textos, é possível perceber que a construção do estilo no gênero do discurso em questão, no que se refere aos elementos analisados, possui diferenças significativas tanto no que se refere à quantidade de termos utilizados para construir a coesão e as avaliações do autor dos textos, aos termos mobilizados, assim como aos espaços do texto em que foram inseridos. Ao passo que em 2014 a coesão e a modalização ocorreu de forma mais livre e com menos padronização no texto, em 2021 os termos foram inseridos de forma bastante semelhante ao da imagem veiculada no manual, de modo que até os conectivos utilizados são os mesmos nos espaços-chave ou de mesma função lógico-semântico-argumentativo. Ou seja, percebemos, pelos dois textos, que havia, no texto de 2014, maior abertura para variações da estilística em relação ao produzido em 2021. Abaixo, discutiremos mais especificamente a construção da coesão pela conexão no texto, com foco nas funções lógico-semântico-argumentativas, a partir do Quadro 21, com vistas a verificar como esse fenômeno ocorre nos demais textos que compõem o *corpus*.

Quadro 21 – Tipos e recorrência dos elementos coesivos na Redação do ENEM

Ano de aplicação da prova	Funções lógico-semântico-argumentativas encontradas	Quantidade de elementos coesivos utilizados
2012	Comparação, conclusão, conjunção, contrajunção, exemplificação, extensão, explicação, finalidade.	17
	Conclusão, conjunção, disjunção argumentativa, especificação, exemplificação, explicação, finalidade.	16
	Causalidade, comparação, conclusão, conjunção, finalidade, modo.	11
	Conclusão, conformidade, conjunção, contrajunção, exemplificação, expansão, finalidade, modo.	12
	Causalidade, comparação, conclusão, conformidade, conjunção, exemplificação, modo.	10
2014	Causalidade, conclusão, conjunção, exemplificação, finalidade, modo, temporalidade.	11
	Conclusão, conformidade, conjunção, explicação, finalidade.	07
	Conformidade, conjunção, contrajunção, exemplificação, extensão, finalidade.	07
	Conclusão, conformidade, conjunção, contrajunção, especificação, explicação, finalidade, modo.	11
	Conclusão, conjunção, contrajunção, disjunção argumentativa, extensão, finalidade, modo, temporalidade.	11
2018	Causalidade, conclusão, conformidade, conjunção, contrajunção, explicação, finalidade, modo, temporalidade.	18
	Conclusão, conformidade, conjunção, contrajunção, explicação, finalidade, temporalidade.	13
	Conclusão, conformidade, conjunção, contrajunção, especificação, exemplificação, explicação, finalidade, modo, modo, temporalidade.	21

	Causalidade, conclusão, condicionalidade, conformidade, conjunção, contrajunção, explicação, finalidade, modo, temporalidade.	14
	Conclusão, conjunção, contrajunção, explicação, extensão, finalidade, modo.	18
2019	Causalidade, conclusão, conjunção, contrajunção, exemplificação, explicação, extensão, finalidade, modo, temporalidade.	19
	Causalidade, conclusão, conjunção, contrajunção, extensão, finalidade, modo, temporalidade.	21
	Causalidade, comparação, conclusão, conformidade, conjunção, contrajunção, exemplificação, finalidade, temporalidade.	15
	Causalidade, conclusão, conformidade, conjunção, contrajunção, explicação, extensão, finalidade, modo, redefinição.	23
	Causalidade, conclusão, conjunção, contrajunção, explicação, extensão, finalidade, modo, reiteração, temporalidade.	23
2020	Causalidade, conclusão, conjunção, contrajunção, exemplificação, explicação, extensão, modo, redefinição, temporalidade.	21
	Causalidade, conclusão, conjunção, contrajunção, exemplificação, extensão, explicação, finalidade, modo, temporalidade.	23
	Causalidade, conclusão, conjunção, contrajunção, extensão, explicação, finalidade, modo, temporalidade.	19
	Causalidade, conclusão, conformidade, conjunção, contrajunção, especificação, exemplificação, extensão, explicação, finalidade, modo.	23
	Causalidade, comparação, conclusão, conformidade, conjunção, contrajunção, extensão, explicação, finalidade, modo, temporalidade.	22

2021	Causalidade, conclusão, conformidade, conjunção, contrajunção, explicação, extensão, finalidade, temporalidade.	22
	Causalidade, conclusão, conjunção, contrajunção, exemplificação, explicação, extensão, finalidade, modo, redefinição.	22
	Comparação, conclusão, conjunção, contrajunção, explicação, extensão, finalidade, modo, modo.	22
	Causalidade, conclusão, conjunção, contrajunção, explicação, extensão, finalidade, modo.	23
	Causalidade, conclusão, conformidade, conjunção, contrajunção, especificação, exemplificação, extensão, finalidade, modo, temporalidade.	21

Fonte: Elaboração própria.

Um dado importante sobre o uso dos elementos coesivos nos textos do ENEM é o protagonismo dos conectivos cujas funções sejam de causalidade, informação esta que corrobora com a padronização percebida em relação à construção das teses e argumentos baseados na construção de causas e efeitos. A viabilização de tais ideias, como percebemos, dá-se, fortemente, por meio dos conectivos lógico-semântico-argumentativos.

12) Tal cenário também é observado fora da ficção, **visto que**, *por causa dos poucos investimentos, indivíduos das regiões pobres do país possuem mínima ou nenhuma interação com essa forma de lazer.* (Texto 19).

No Trecho 12, retirado do Texto 19, encontramos uma discussão feita a partir de causa e efeito, a qual foi iniciada pelo conector **visto que**, cuja função lógico-semântico-argumentativa é a **causalidade**. Nesse caso, o efeito “indivíduos das regiões pobres do país possuem mínima ou nenhuma interação com essa forma de lazer” foi causado, assim como no cenário denunciado pelo filme aludido no parágrafo, por poucos investimentos em cinemas locais. Conforme discutimos na seção 4.1.3., a estrutura mais utilizada para construção dos parágrafos foi a de **causa e efeito**, a qual, por ser, no geral, introduzida por um conectivo lógico-semântico-argumentativo de **causalidade**, também condiz com o alto uso de tal tipo de elemento coesivo, que, a partir de 2019, não foi mobilizado em apenas um texto do certame.

A enumeração, a conclusão e a contrajunção também foram amplamente identificadas nos textos analisados, informação que também está relacionada aos modos de construção dos parágrafos, visto que a enumeração foi a relação mais construída entre os parágrafos de desenvolvimento, assim como também houve usos dessa relação dentro deles. A conclusão foi verificada no último parágrafo e nos períodos finais dos parágrafos também. Já a contrajunção foi principalmente mobilizada em momentos de problematização, como apresentação das teses. Em todos esses casos, percebemos usos padronizados dos elementos coesivos, visto que não só as funções lógico-semântico-argumentativas se repetiram nos mesmos espaços dos textos, mas também os conectivos, demonstrando pouca variação entre os textos do certame, principalmente nos últimos anos analisados.

Voltando à imagem divulgada no manual do corretor, encontramos um forte subsídio da padronização do uso dos elementos coesivos na Redação do ENEM. No Texto 27, encontramos uma estrutura de utilização da coesão pela conexão bastante similar àquela indicada na imagem referida, principalmente no que se refere aos conectivos entre os parágrafos (Quadro 22).

Quadro 22 – Texto 27

Texto 27 – 2021

A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos. **Entretanto**, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que ainda há a falta do registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática.

Diante desse cenário, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho laboral. **Nesse contexto**, é indiscutível que a ausência do registro civil primordial – a certidão de nascimento – impossibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, **como, por exemplo**, a carteira de trabalho. **Dessa forma**, é afirmativo que tal lacuna incorre na precarização do trabalho, uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. **Em consonância** com tal tese, é possível citar a obra “Casa-grande e Senzala”, do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo – **ou seja**, o ato laboral precarizado – é um instrumento de invisibilidade social. **Sendo assim**, torna-se evidente a essencialidade dos registros civis na garantia dos direitos trabalhistas para todos os brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã.

Ademais, é essencial citar a exclusão democrática como uma das principais consequências da falta de registros civis. **Nessa perspectiva**, é notável que a já citada ausência da certidão de nascimento impede, **também**, a realização do título de eleitor, documento necessário para o pleno exercício da democracia brasileira. **Sob esse viés**, é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico Nick Couldry, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, **por isso**, onde não há a voz de alguém, não há democracia. **Desse modo**, fica evidente que a ausência do registro civil impossibilita a participação política, o que causa o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro.

Nota-se, **portanto**, a necessidade de reverter esse cenário de invisibilidade social causado pela ausência do registro civil. Para tal é intrínseco que o Governo Federal, órgão de maior importância no âmbito nacional, implemente mais Varas da Infância e da Juventude em locais de alta procura por esses serviços. Tal ação deve ser realizada **por meio** da criação de secretarias e/ou departamentos responsáveis por pesquisa e controle, **a fim de** haver um mapeamento de cidades e regiões metropolitanas onde há maiores índices de invisibilidade social, **para, assim**, suprir a demanda requerida para o registro civil dos futuros cidadãos. **Dessa forma, progressivamente** haverá a garantia da cidadania para todos os brasileiros.

As marcações sublinhadas no texto indicam os elementos coesivos que foram inseridos no texto e condizem com os da imagem do manual do corretor. Percebemos que em tal exemplar a estrutura da coesão pela conexão possui grande similaridade com aquela indicada no documento, visto que alguns dos conectivos que foram mobilizados não só são os mesmos, como também foram empregados nos mesmos espaços do texto. Desse modo, vemos que as operações lógico-semântico-argumentativas apresentaram um movimento de padronização, alcançando, em alguns textos, como o 27, um patamar de similaridade com o indicado como ideal o qual demonstra que tal padronização tem sido seguida em favor do alcance da nota máxima e com base no documento oficial do INEP.

Outro ponto a ser mencionado em relação à coesão pela conexão é o uso de elementos coesivos de **expansão** (KOCH, 2018). Tal operação lógico-semântico-argumentativa foi verificada em poucos exemplares até a aplicação do ENEM de 2019, sendo uma das menos utilizadas até então. Entretanto, após este ano, os conectivos deste tipo foram inseridos em todos os textos, exceto o 18. Desse modo, percebemos que ele foi um dos que não só passaram a ser empregado com mais frequência, mas também de forma muito padronizada, visto que os conectivos utilizados não apresentaram muita variação de um texto para outro.

13) **Nesse contexto**, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. (Texto 29).

14) **Nesse contexto**, pessoas em uma posição inferior de pirâmide social têm seus direitos renegados (...) (Texto 30).

Nos exemplos acima, dos textos 29 e 30, encontramos o conectivo “nesse contexto” com a função de expansão do assunto discutido no período anterior. Em ambos casos, o conectivo foi inserido para iniciar o terceiro período do segundo parágrafo, de modo que nesses espaços havia o aprofundamento da questão posta nos tópicos frasais. Ainda que tenhamos percebido uma variação entre os outros textos em relação ao momento em que tais tipos de conectores eram mobilizados e também ao vocábulo escolhido, percebemos que o uso desta operação lógico-semântico-argumentativa obteve maior utilização em parágrafos de desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à discussão advinda do tópico frasal ou dos conhecimentos socioculturais inseridos.

Desse modo, pudemos concluir que o uso da modalização e dos elementos coesivos no gênero do discurso Redação do ENEM apresentou significativas modificações ao longo dos anos de aplicação da prova, construindo o movimento de padronização tanto do gênero quanto das

práticas educacionais e avaliativas relacionadas a ele. Ainda, consideramos que o manual de correção da Redação do ENEM 2018 é um dos elementos que viabilizaram o fenômeno em questão, uma vez que a maior padronização verificada ocorreu após tal edição do documento, sendo que a estrutura da coesão pela conexão converge com a presente no material, sendo essa uma das características da padronização do uso dos elementos coesivos. Na próxima seção, discutiremos sobre o movimento de padronização do conteúdo temático, na qual apontaremos um modelo de construção argumentativa em que coesão possui também certa influência. Além disso, retomaremos brevemente a discussão acerca das modalizações.

4.3 Movimento de padronização do conteúdo temático: seguindo um modelo de construção argumentativa

Nesta seção, discutiremos sobre o movimento de padronização do conteúdo temático, o qual verificamos que ocorre por meio de um modelo de construção argumentativa a ser seguido. O conteúdo temático do gênero do discurso em questão está em processo de padronização, encontrando-se, na última amostra analisada, textos de 2021 do ENEM, de forma bastante consolidada. Em uma análise comparativa entre os anos de aplicação da prova, principalmente entre os dois primeiros e os dois últimos, encontramos diferenças significativas no conteúdo temático, sendo que tal processo de padronização tem ocorrido por meio de um projeto de texto apresentado na introdução, pela mobilização de um repertório que recorra a argumentos de autoridade e a “reconhecidos” conhecimentos culturais, assim como por uma proposta de intervenção bastante marcada pelos elementos exigidos – agente, ação, meio, finalidade e detalhamento. Nesta seção, abordaremos esses aspectos do conteúdo temático no gênero do discurso Redação do ENEM.

Um dos modos de padronização do conteúdo temático no gênero do discurso Redação do ENEM é o projeto de texto. Por meio da introdução, os produtores das redações evidenciam, desde o início, o caminho a ser seguido. Entretanto, o projeto de texto, como percebemos nos exemplares analisados, foi se fechando cada vez mais em um processo que não deixa muitas aberturas para a individualidade do produtor do texto, o que significa uma grande perda de capacidade criativa e apresentação da voz dos autores. A partir dos dados coletados, detectamos projetos de texto com bastante similaridade, quer seja das ideias defendidas ou das estratégias de construção no plano textual. Tomaremos trechos das introduções dos textos abaixo como um elemento textual

evidenciador do projeto de texto para aprofundarmos a análise sobre esse fenômeno nos exemplares em questão.

- 1) **Nesse contexto, o governo deve regulamentar a veiculação e o conteúdo de campanhas publicitárias voltadas às crianças, pois, do contrário, elas podem ser prejudicadas em sua formação, com prejuízos físicos, psicológicos e emocionais.** (Texto 06).
- 2) **Tal contexto excludente é motivado, sobretudo, pelo desconhecimento acerca das formas de obtenção do registro civil, resultando na restrição de um conjunto de garantias constitucionais. Assim, é fundamental a atuação governamental para o combate a esse atentado à cidadania.** (Texto 26).

O texto 06, produzido em 2014, alicerçou-se na ideia de que é necessária uma ação governamental (ponto em que o texto culminará), sem a qual as crianças podem ser prejudicadas por causa da publicidade infantil. O projeto de texto dessa redação torna-se bastante evidente no trecho destacado, sendo que ganham notoriedade a ideia a ser defendida no texto, ou seja, as crianças tendem a ser “prejudicadas em sua formação, com prejuízos físicos, psicológicos e emocionais”, e o ponto de culminância dele “o governo deve regulamentar a veiculação e o conteúdo de campanhas publicitárias voltadas às crianças”.

Do mesmo modo, o texto 26, produzido em 2021, possui como traço forte a amostra dos argumentos e o seu ponto de chegada. Ao passo que a redação acima discute possíveis efeitos da situação-problema, o exemplo 2 condiz com um projeto de texto voltado para as causas e os efeitos da problemática em discussão “desconhecimento acerca das formas de obtenção do registro civil, resultando na restrição de um conjunto de garantias constitucionais”. Após discutir tal situação, buscar-se-á uma mudança do cenário “a atuação governamental para o combate a esse atentado à cidadania”.

O que percebemos, então, em relação ao projeto de texto das redações que alcançaram 1000 no ENEM, nos diversos anos de aplicação analisados, foi a predominância de um tipo de projeto padronizado que pouco deixa transparecer individualidades e subjetividades dos autores do texto. Isso se dá tanto pelo processo de padronização do gênero do discurso quanto das práticas de ensino e aprendizagem da argumentação, que se consolidaram de modo a atingir um patamar alto na avaliação dos textos, mas que não inclui as subjetividades e sujeitos que os produz.

Outro ponto preponderante em relação ao movimento de padronização desse componente do gênero é a mobilização de repertórios socioculturais nas redações. Com base nos dados

levantados, percebemos que a inserção de tais conhecimentos sofreu modificações no que diz respeito às informações mobilizadas e ao modo de inserção delas no texto, o que ocorre, de certo modo, ao papel de tal elemento na grade avaliativa da competência II. Como discutido na seção 2.3.1.1.2, essa competência avalia se o candidato consegue “compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (INEP, 2019b, p. 6).

Levando em consideração que a mobilização de tais informações é um dos elementos avaliativos da competência, dispender de recursos e tempo para que o candidato consiga empregá-los de forma eficaz tem um papel nas práticas de ensino e de treinamento para a prova do ENEM. Em uma análise comparativa dos primeiros e dos últimos anos de aplicação analisados, encontramos diferenças significativas da utilização dos repertórios, sendo que nos anos mais recentes este uso se deu de forma mais padronizada e sofisticada (Quadro 23).

Quadro 23 – Utilização de repertórios socioculturais em redações do ENEM

Ano de aplicação da prova	Identificação do texto	Repertórios socioculturais mobilizados
2012	Texto 01	a) (...) são resultado das políticas assistenciais do governo, como o Bolsa-família. b) Paralelamente, as dificuldades econômico-sociais de outros países, como o Haiti, abalado pelo terremoto ocorrido em 2010, estimulam a entrada de estrangeiros no Brasil. c) Um exemplo é a migração de cientistas e engenheiros estrangeiros para os pólos tecnológicos paulistas. d) Um exemplo, verificado principalmente na fronteira com a Bolívia, é o tráfico de drogas, o qual é facilitado.
2014	Texto 08	a) (...) como exemplo as bonecas Monster High fazendo propaganda para o fast food Mc Donalds. b) Conforme a OMS, no Reino Unido há leis que limitam a publicidade para crianças como a que proíbe parcialmente – em que comerciais são proibidos em certos horários -, e a

		<p>que personagens famosos não podem aparecer em propagandas de alimentos infantis.</p> <p>c) Sérgio Buarque de Hollanda constatou que o brasileiro é suscetível a influências estrangeiras, e a publicidade atual é a consequência direta da globalização.</p>
2018	Texto 13	<p>a) Sob a perspectiva de uma revolução Tecno-Científico-Informacional, vive-se o auge da evolução humana em sua relação com a tecnologia, em que se destaca a ascensão do papel da internet no cotidiano social.</p> <p>b) De acordo com as pesquisas dos sociólogos Adorno e Horkheimer sobre Indústria Cultural, as mídias digitais possuem uma grande capacidade de atuar como formadoras e moldadoras de opinião.</p> <p>c) (...) por exemplo, no período ditatorial do Brasil, que, ao censurar notícias negativas sobre o panorama do país, criou a ideia de uma nação livre de problemas sociais, econômicos e de segurança.</p>
2018	Texto 14	<p>a) A Revolução Técnico-científico-informacional, iniciada na segunda metade do século XX, inaugurou inúmeros avanços no setor de informática e telecomunicações.</p> <p>b) Em consonância com a filósofa Hannah Arendt, pode-se considerar a diversidade como inerente à condição humana, de modo que os indivíduos deveriam estar habituados à convivência com o diferente.</p>
2020	Texto 21	<p>a) No filme estadunidense "Joker", estrelado por Joaquin Phoenix, é retratado a vida de Arthur Fleck, um homem que, em virtude de sua doença mental, é esquecido e discriminado pela sociedade, acarretando, inclusive, piora no seu quadro clínico.</p> <p>b) (...) período da Idade Média, na Europa, em que os doentes mentais eram vistos como seres demoníacos, já que,</p>

		<p>naquela época, não havia estudos acerca dessa temática e, conseqüentemente, ideias absurdas eram disseminadas como verdades.</p> <p>c) (...) é lícito referenciar o filósofo grego Platão, que em sua obra "A República", narrou o intitulado "Mito da Caverna", no qual homens, acorrentados em uma caverna, viam somente sombras na parede, acreditando, portanto, que aquilo era a realidade das coisas.</p>
2020	Texto 22	<p>a) O filme O Coringa retrata a história de um homem que possui uma doença mental e, por não possuir atendimento psiquiátrico adequado, ocorre o agravamento do seu quadro clínico.</p> <p>b) (...) apesar da Constituição Federal de 1988 determinar como direito fundamental do cidadão brasileiro e acesso à saúde de qualidade (...)</p> <p>c) (...) como é retratado no filme "O Lado Bom da Vida", o qual mostra a dificuldade de inclusão de pessoas com doenças mentais na sociedade (...)</p>
2020	Texto 23	<p>a) Nise da Silveira foi uma renomada psiquiatra brasileira que, indo contra a comunidade médica tradicional da sua época, lutou a favor de um tratamento humanizado para pessoas com transtornos psicológicos.</p> <p>b) (...) o pintor holandês Vincent Van Gogh foi alvo de agressões físicas e psicológicas por sofrer de transtornos neurológicos e não possuir o tratamento adequado.</p> <p>c) (...) a série de televisão da emissora HBO, "Euphoria", mostra as dificuldades de conviver com Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), ilustrado pela protagonista Rue, que possui a doença.</p>
2020	Texto 24	<p>a) No filme estadunidense "Coringa", o personagem principal, Arthur Fleck, sofre de um transtorno mental que</p>

		<p>o faz ter episódios de riso exagerado e descontrolado em público, motivo pelo qual é frequentemente atacado nas ruas.</p> <p>b) Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil é o país que apresenta o maior número de casos de depressão da América Latina (...)</p> <p>c) (...) teoria das Instituições Zumbis, do sociólogo Zygmunt Bauman, que as descreve como presentes na sociedade, mas que não cumprem seu papel com eficácia.</p>
2020	Texto 25	<p>a) A obra cinematográfica brasileira “Nise: O Coração da Loucura” retrata a luta de Nise da Silveira pela redução dos estigmas nas alas psiquiátricas e nas formas de tratamento enfrentadas por pacientes com enfermidades mentais, na medida em que desumanizavam estes.</p> <p>b) (...) sob a óptica do filósofo grego Aristóteles, a educação é um caminho fundamental para a formação da vida pública, à proporção que coopera para o bem-estar da cidade.</p> <p>c) De maneira análoga, de acordo com Byung-Chul Han, filósofo sul-coreano, em seu ensaio “Sociedade do cansaço”, vive-se a insana procura do ser humano pela alta produtividade em quaisquer meios, mesmo que retire dele os prazeres e a sanidade física e mental.</p>

Fonte: Elaboração própria.

A primeira redação do certame analisado, produzido em 2012, apresenta como conhecimentos socioculturais exemplos reconhecidos na sociedade relacionados ao tema exigido, que era sobre imigração em direção ao Brasil. Pela seleção das informações, como o exemplo do programa bolsa-família e da referência ao Haiti, país que passou por uma tragédia poucos anos antes do ano em que o texto foi produzido, percebemos que o candidato (e os demais, pois esse tipo de repertório também foi empregado nos outros exemplares do ano em questão) mobilizou informações tidas no imaginário coletivo sobre o assunto em questão. Em 2014, a configuração do repertório sofreu um início de mudança, visto que a exemplificação de conhecimento amplamente

conhecido foi utilizada, mas que houve, também, uma alusão a um conhecimento mais sofisticado, ainda que esteja limitado ao que foi veiculado no texto motivador da prova.

A partir de 2018, no entanto, apresentou-se uma mudança significativa do emprego dessas informações nas produções textuais. Neste ano, além da sofisticação em relação aos repertórios dos anos anteriores, verificamos que houve uma alusão comum a dois textos, ambas destacadas no Quadro 23 em cor roxa, a qual fez referência à revolução Tecno-científica-informacional. O fato dessas alusões serem empregadas nos mesmos espaços dos textos – o primeiro período do parágrafo introdutório – e fazerem menção ao mesmo fenômeno indicam que o assunto em questão teve um espaço significativo nas práticas de formação e treinamento voltadas à prova e que tal aspecto avaliativo possui maior espaço nas redações se comparado com os anos anteriores, nos quais, pelos exemplares explorados, o trabalho com essas informações não deve ter sido feita de forma tão padronizada ou aprofundada.

O manual do corretor ENEM, ao discutir sobre a avaliação da competência II, apresenta um quadro explicando os tipos de repertório considerados na análise que os avaliadores devem desempenhar, e essas categorias afetam a nota do candidato na competência em questão. A partir do maior rigor em relação ao repertório, o qual precisa ser “legitimado e pertinente ao tema, com uso produtivo” (INEP, 2019b, p. 7), verificamos uma maior padronização no uso desse elemento nos textos dos anos subsequentes. Uma hipótese para a consolidação desse movimento de padronização dos repertórios socioculturais é a junção da maior rigorosidade do processo avaliativo com essas informações e a ampliação dos recursos e tempo utilizados para a formação e o treinamento dos sujeitos que viriam a realizar o ENEM nos outros anos. Escolas privadas, por exemplo, oferecem aulas de filosofia, de conhecimentos gerais e cursos intensivos aos alunos para a construção pontual de repertórios em determinados eixos temáticos.

O que resultou desse processo foi um maior fechamento à percepção individual dos produtores de textos em relação aos conhecimentos externos empregados nos textos. Em 2020, penúltimo ano analisado, os repertórios socioculturais empregados nos textos foram tão padronizados que houve repetição de dois conhecimentos aludidos, a qual foi percebida em todos os textos do certame. Um dos repertórios foi a alusão feita à médica Nise da Silveira (textos 23 e 25), o qual apareceu no primeiro período da introdução das redações como mecanismo para contextualizar o assunto – saúde mental. Por mais que a informação provenha de fontes diferentes

– o texto 23 sinaliza quem foi Nise da Silveira e o 25 retoma o filme baseado em sua vida –, ambos estão relacionados a mesma pessoa e foram textualizados nos mesmos espaços das produções.

Ainda em relação à contextualização do assunto na aplicação de 2020, os textos 21, 22 e 24 fizeram uma alusão a outra obra cinematográfica, dessa vez uma de maior circulação e notoriedade social, *O coringa*. Este filme, lançado no ano de aplicação da prova, teve repercussão mundial e deu forças ao debate acerca da saúde mental. Percebemos, também, nos demais textos deste ano, que todos os repertórios socioculturais empregados são classificados como legitimados, pertinentes ao tema e com uso produtivo, como exige a descrição de avaliação da competência II.

Desse modo, concluímos que essas informações tiveram alta padronização nos últimos anos analisados, sendo a sofisticação das informações selecionadas um forte indício não só desse fenômeno, mas também do trabalho com esse repertório no processo educacional dos estudantes em formação/treinamento para realizar o ENEM. Embora não se possa descartar que essas informações persistam e possam ser empregadas pelos sujeitos em outros contextos da vida, não podemos deixar de problematizar que o trabalho com esses saberes de ampliação de repertórios tem sido desempenhado, muitas vezes, de forma utilitarista, a fim de serem consumidos/empregados na produção do texto e não com objetivo formador.

Por fim, outro aspecto relacionado ao movimento de padronização do conteúdo temático do gênero do discurso Redação do ENEM é a construção da proposta interventiva. Desenvolvemos, a seguir, uma análise comparativa entre as intervenções construídas no primeiro e no último ano analisados na pesquisa a fim de demonstrar como a construção de tal elemento se dá de forma mais padronizada e com menos abertura à espontaneidade dos produtores dos textos (Quadro 24).

Quadro 24 – Exemplos de propostas de intervenção construídas nas redações do ENEM

Ano de aplicação da prova	Identificação do texto	Parágrafos de conclusão dos textos
2012	Texto 02	Nesse sentido, é preciso que atitudes mais energéticas sejam tomadas a fim de que o país não deixe escapar essa oportunidade : a de transformar o problema da imigração crescente em uma solução para outros. A questão merece mais atenção do governo, portanto, pois não deve ser à toa que o Brasil, além de ser conhecido pela hospitalidade, também o é pelo modo criativo de resolver problemas. Prestemos mais atenção aos olhares que nos cercam; deles podem vir novas oportunidades.
2020	Texto 26	Portanto, urge que medidas de esclarecimento sejam tomadas pelo governo federal a fim de combater esse panorama de “pessoas invisíveis” no país. Para isso, com o objetivo de informar a população carente sobre as formas de receber seu registro civil, cabe ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – órgão responsável pela implementação de políticas referentes às minorias sociais – organizar comitivas de funcionários para visitar as casas dessa parcela populacional e abordar os caminhos de se obter essa documentação. Isso deve ser feito por meio de pesquisar que localizem as principais áreas onde há carência de certidões e os visitantes devem ser psicólogos que trabalhem com grupos sociais com poucos recursos financeiros, para que saibam usar uma linguagem adequada para informá-los. A partir disso, será possível alcançar a cidadania descrita por Marshall.

Fonte: Elaboração própria.

A proposta interventiva criada no texto 02, produzido em 2012, apresenta uma **ação** a ser seguida pelo corpo social, assim como **a finalidade** dessa “atitude mais enérgica”. Entretanto, no texto 26, da aplicação de 2020, percebemos uma intervenção com mais elementos e sofisticação em relação àquela dos primeiros anos analisados. Tal mudança na apresentação desse elemento se deu de forma que as exigências relacionadas a ela ficassem mais rígidas, de modo que, como discutido na seção 2.3.1.1.5, é exigido que o candidato apresente uma proposta de intervenção que

não vá contra os direitos humanos e apresente agente, ação, meio, finalidade e detalhamento. Essas informações não aparecem em sua totalidade no exemplar de 2012, visto que neste ano a exigência em relação ao elemento textual não era tão alta.

Na proposta produzida no texto 26, assim como nos demais deste ano e dos demais a partir de 2018, percebemos uma padronização da apresentação dos elementos, conforme demonstrado no Quadro 24. De verde, destacamos as **finalidades**; de rosa, a **ação** a ser efetivada; de vermelho, o **detalhamento** da ação; de azul, a ação; e de amarelo, o **meio** de concretizá-la. Essa estrutura a ser seguida apresenta um fechamento do conteúdo temático, uma vez que a demanda em relação a esse elemento textual apresenta clara exigência, assim como a importância dele na nota final do texto, visto que é avaliado em até 200 pontos.

Desse modo, percebemos que as intervenções criadas pelos candidatos tendem a apresentar ideias padronizadas e pouco originais sobre a situação-problema e como resolvê-la, assim como percebemos que a essa particularidade do gênero do discurso Redação do ENEM grande importância é dada e tempo é destinado ao aprimoramento dos estudantes a fim de alcançarem a nota máxima. Entretanto, tal aprimoramento se dá de forma que a ideia a ser inserida e desenvolvida condiz com um conteúdo temático altamente padronizado.

Concluimos que, antes, nos primeiros anos de aplicação analisados – 2012 e 2014 – a construção argumentativa e estilística do texto ocorria de modo mais espontânea, assim como transparecia um conhecimento mais natural, que foi construído ao longo da vida, mesmo que não tão sofisticado quanto nos anos subsequentes. Além disso, embora o conteúdo temático esteja vinculado à competência II, na materialidade do texto, a sua construção mobiliza modalizações e elementos coesivos, para inseri-los nos textos e viabilizar a progressão das ideias. Desse modo, a padronização desse componente do gênero também apresenta relação com o emprego dos elementos coesivos e com suas funções lógico-semântico-argumentativas.

Abaixo, apresentamos uma análise comparativa entre dois textos produzidos em 2021 a fim de demonstrar a consolidação do movimento de padronização do gênero do discurso Redação do ENEM no último ano de aplicação analisado em nossa pesquisa (Quadro 25).

Quadro 25 – Exemplos de padronização do gênero do discurso Redação do ENEM em 2021.

Texto 28	Texto 29
<p>Em “Vidas secas”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria. Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a desumanização do indivíduo. Ao sair da ficção, sem desconsiderar o contexto histórico da obra, nota-se que a problemática apresentada ainda percorre a atualidade: a não garantia de cidadania pela invisibilidade da falta de registro civil. A partir desse contexto, não se pode hesitar – é imprescindível compreender os impactos gerados pela falta de identificação oficial da população.</p> <p>Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de pertencimento como cidadão brasileiro. Isso acontece, porque, como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a coexistência dos direitos sociais, políticos e civis.</p> <p>Sob essa ótica, percebe-se que, quando o pilar civil não é garantido – em outras palavras, a não efetivação do direito devido à falta do registro em cartório –, não é possível fazer com que a cidadania seja alcançada na sociedade. Dessa forma, da mesma maneira que o “mais novo” e o “mais velho” de Graciliano Ramos, quase 3 milhões de brasileiros continuam por ser invisibilizados: sem nome oficial, sem reconhecimento pelo Estado e, por fim, sem a dignidade de um cidadão.</p>	<p>A obra modernista "Vidas Secas", produzida por Graciliano Ramos, retrata a história de vulnerabilidade socioeconômica enfrentada por Fabiano e seus dois filhos, os quais eram chamados por seu pai de filho mais novo e mais velho, não possuindo seus nomes registrados durante o desenvolvimento do enredo. Ao sair do campo literário e fazer uma análise da atual conjuntura brasileira, nota-se ainda a invisibilidade associada ao acesso das pessoas ao registro civil, visto que tal problema é negligenciado por diversos segmentos sociais e políticos. A partir desse contexto, é fundamental entender o que motiva essa situação irregular de documentação e o principal impacto para a sociedade, a fim de que o acesso à Cidadania seja eficiente.</p> <p>Diante desse cenário, percebe-se que a invisibilidade acerca da questão do registro civil é motivada pela falta de uma política pública eficaz que regularize essa problemática. Isso ocorre, principalmente, porque, como já mencionado nos estudos da antropóloga Lilia Schwarcz, há a prática de uma política de eufemismos no Brasil, ou seja, determinados problemas tendem a ser suavizados e não recebem a visibilidade necessária. Sob essa ótica, é perceptível que o reduzido debate sobre a importância da certidão de nascimento e de outros documentos, bem como a baixa presença de estratégias para facilitar o acesso a pessoas de baixa renda dificultam a mudança dessa situação preocupante. Desse modo, enquanto a desinformação e a assistência precária se</p>

Além disso, a falta do sentimento de cidadania na população não registrada reflete, também, na manutenção de uma sociedade historicamente excludente. Tal questão ocorre, pois, de acordo com a análise da antropóloga brasileira Lilia Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há a formação de um ideal de coletividade – ou seja, de uma “Nação” ao invés de, meramente, um “Estado”. **Com isso**, o caráter de desigualdade social e exclusão do diferente se mantém, sobretudo, no que diz respeito às pessoas que não tiveram acesso ao registro oficial, as quais, frequentemente, são obrigadas a lidar com situações humilhantes por parte do restante da sociedade: das mais diversas discriminações até o fato de não poderem ter qualquer outro documento se, antes, não tiverem sua identificação oficial.

Portanto, ao entender que a falta de cidadania gerada pela invisibilidade do não registro está diretamente ligada à exclusão social, é tempo de combater esse grave problema. Assim, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ampliar o acesso aos cartórios de registro cível. Tal ação deverá ocorrer por meio da implantação de um Projeto Nacional de Incentivo à Identidade Civil, o qual irá articular, junto aos gestores dos municípios brasileiros, campanhas, divulgadas pela mídia socialmente engajada, que expliquem sobre a importância do registro oficial para garantia da cidadania, além de instruções para realizar o processo, a fim de mitigar as desigualdades geradas pela falta dessa documentação. **Afinal**, assim como os meninos em

mantiverem, a procura pelo registro de nascimento será reduzida.

Outrossim, convém pontuar que o principal efeito negativo disso é o afastamento desses grupos não registrados dos espaços públicos, em especial da escola e do mercado de trabalho. Tal situação é discutida no livro "A cidadania no Brasil: o longo caminho", do historiador José Murilo de Carvalho, ao sustentar que a desigualdade social impede a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao seguir essa linha de pensamento, à medida que o indivíduo não tem seus documentos regularizados, a possibilidade da inclusão no meio escolar e no laboral diminui, uma vez que tais papéis são pré-requisitos para se matricular e ser, posteriormente, contratado por uma empresa. A título de exemplo, o Brasil é o 9º país mais desigual do mundo, conforme o IBGE. **Dessa maneira**, observa-se como esse problema promove vulnerabilidade.

Portanto, a invisibilidade associada ao registro civil no Brasil precisa ser revertida. Para isso, é fulcral que o Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Cidadania, estimule ações estratégicas para ampliar o número de pessoas registradas oficialmente, principalmente nas comunidades pobres. Essa iniciativa ocorrerá por meio da implantação de um "Projeto Nacional de Incentivo à Formalização da Documentação Pessoal", o qual irá contar tanto com o aumento do envio de assistentes sociais para verificar a situação do registro nas residências. Isso será feito a fim de conter o impacto social desse problema e aumentar

“Vidas secas”, toda a população merece ter a garantia e o reconhecimento do seu nome e identidade.	a cidadania. Afinal , casos como o do livro "Vidas Secas" precisam ser reduzidos.
--	--

Fonte: INEP, 2022, p. 3; G1, 2022.

Ambos textos, 28 e 29, foram produzidos na aplicação de 2021, cujo tema foi “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”¹⁰, e receberam a nota máxima da prova, ou seja, 1000 pontos. Verificamos que ambos são altamente padronizados em todos os aspectos sobre os quais a pesquisa discorreu. Em relação ao **conteúdo temático**, nenhum dos exemplares apresenta título, os dois têm 5 parágrafos cada e possuem extensões semelhantes – 34 e 36 linhas, respectivamente. Além disso, as estratégias de construção dos parágrafos são as mesmas em ambos os textos, sendo que na introdução foram utilizadas as estratégias **exemplificação, comparação, causa e efeito**. Nos desenvolvimentos, os textos apresentaram uma diferença na ordem de apresentação das informações, mas nos dois houve uso das construções por meio de **causa e efeito, definição e exemplificação**. Os parágrafos conclusivos, por sua vez, apresentaram **conclusão e exemplificação**. Essas estratégias, conforme discutido na seção 4.1, foram as principais encontradas nos textos do certame analisado, assim como foram mobilizadas de modo bastante semelhante nessas duas produções.

Já em relação ao estilo, notamos, novamente, uma clara padronização desse componente do gênero, principalmente no que diz respeito à mobilização dos recursos coesivos e das funções lógico-semântico-argumentativas de tais elementos. Em ambos os textos, os recursos provêm exatamente das mesmas funções lógico-semântico-argumentativas e foram inseridos nos mesmos espaços do texto, conforme destacado no Quadro 25, como é o caso do termo “A partir desse contexto”, mobilizado para inserir a tese nos dois exemplares. Além disso, para iniciar o desenvolvimento textual, o candidato produtor do texto 29 valeu-se daquele conectivo presente na imagem a qual fizemos alusão no manual do corretor, “Diante desse cenário”, o qual possui a mesma função do “Com efeito”, empregado no texto 28. Além disso, percebemos, ainda no desenvolvimento, o uso das mesmas funções lógico-semântico-dissertativos para inserir os repertórios socioculturais e concluir os parágrafos, além de que a relação construída entre os dois argumentos foi a de **conjunção**, por meio dos conectores “Além disso” e “Outrossim”,

¹⁰ <https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/11/21/enem-2021-tema-da-redacao-e-invisibilidade-e-registro-civil.ghtml>

respectivamente. A mesma padronização no uso dos elementos coesivos também foi notada no parágrafo conclusivo dos textos, o que nos permitiu concluir que o movimento de padronização em relação ao estilo encontra-se, de fato, em um patamar avançado de consolidação nos textos que alcançam êxito de avaliação no ENEM. Além disso, o fato de os dois textos terem alcançado nota 1000 na avaliação do INEP reforça para as escolas e professores o modelo a ser seguido, inibindo o exercício de outras formas de dizer, visto que é esta a validade no processo avaliativo.

Por fim, em relação ao conteúdo temático, também percebemos a rigidez da padronização do gênero do discurso, principalmente no que diz respeito aos projetos de texto das duas redações, visto que ambas apresentam ideias bastante semelhantes, assim como o mesmo percurso traçado para fazer progredir a discussão em questão. Percebemos, também, uma alta sofisticação e padronização do uso de repertórios socioculturais, visto que ambos os textos fizeram alusão aos mesmos estudiosos e obras, quer seja a obra “Vidas secas”, do escritor Graciliano Ramos, para introduzir a produção, e os estudiosos Lilia Schwarcz e José Murilo de Carvalho. Além disso, a ideia veiculada nas propostas de intervenção, assim como os objetivos, meios e agentes mobilizados para efetivá-las apresentaram grande semelhança em ambos os textos.

Como mencionamos, a textualização desse e dos outros componentes do gênero está relacionado ao emprego dos elementos coesivos, de modo que a padronização do uso desses conectores é um forte indício da padronização do conteúdo temático, visto que há pouca abertura, como verificamos nestes textos, para expressão da individualidade dos produtores dessas redações, em todos os aspectos analisados, assim como da estrutura composicional no que se refere às estratégias de construção dos parágrafos.

Consideramos, a partir das discussões feitas nas análises acima, que a padronização do gênero do discurso Redação do ENEM está consolidada, o que gera desdobramentos negativos para os estudantes, especialmente os de classes menos favorecidas e, em longo prazo, para a sociedade, uma vez que são muitos os prejuízos de uma educação realizada com foco no treinamento. Destarte, achamos importante indicar que não são as instituições de ensino as responsáveis pela assunção desse modelo de construção do gênero do discurso Redação do ENEM, visto que ele se apresenta como a regra do jogo imposta por quem tem o poder de ditar a avaliação dos textos. O que questionamos, fundamentalmente, é o posicionamento do Ministério da Educação, pelo INEP, que preme instituições e sujeitos a se assujeitarem a um processo limitador de formação como meio de apreender o modelo em questão e alcançar o objetivo de adentrar em um curso do Ensino Superior

(estudantes) e manter seus níveis de aprovação e prestígio (instituições de ensino). Abaixo, na seção 4.4, discutiremos sobre o cenário que se descortina a partir da padronização deste gênero do discurso.

4.4 Redação do ENEM como gênero do discurso padronizado: uma prática educacional frágil e excludente (e suas consequências).

O objetivo desta seção é demonstrar que os movimentos de padronização do gênero do discurso Redação do ENEM, tão importante para o ingresso dos estudantes no Ensino Superior, contribui para práticas educacionais excludentes e para a manutenção do status quo. A formação de um sujeito para a prática social, como discutimos, deveria ser o objetivo primeiro das práticas educacionais, em especial da prática do ensino da escrita. Freire (2019) aponta que ensinar exige a convicção da possibilidade de mudanças, exige que um docente seja não só “quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências” (2019, p. 75).

A esse respeito, Arroyo (2019) faz uma denúncia justamente acerca das vidas ameaçadas que chegam às escolas, sabendo-se ameaçadas, e dos dilemas docentes que buscam, justamente, a mudança desse cenário, a qual pode ocorrer pela ocupação de tais educandos em espaços de estudo, como o Ensino Superior, realidade que a ele é negado. Ainda, Luckesi (2011) aponta o fator excludente práticas avaliativas, como é a prova do ENEM, que mais operam em função da manutenção do *status quo* do que da mudança social. O que percebemos, a partir da análise dos dados textuais e contextuais componentes dos *corpora* da pesquisa, é justamente esse caráter excludente da padronização da Redação do ENEM, visto que o treinamento para a prova de redação do ENEM tem se distanciado das premissas apontadas por Freire e Arroyo e mais se achegado àquela realidade denunciada por eles e Luckesi (2011).

As consequências negativas ligadas a esse tipo de práticas são percebidas pela força existente em discursos meritocráticos, os quais excluem as nuances socioeconômicas e contextuais, focalizando apenas o quesito esforço, como se todos os indivíduos competissem em pé de igualdade, nesse caso, para conquistar uma vaga em cursos de Ensino Superior. Entretanto, o que percebemos é um resultado contrário a essa visão socialmente difundida, conclusão essa que não se trata afirmação irresponsável ou com base em crenças, mas fundamentada em informações estatísticas anualmente disponibilizadas pelo INEP, de acordo com o nível socioeconômico na interface com o desempenho dos candidatos, as quais abordaremos a seguir.

As sinopses estatísticas do ENEM são os dados divulgados a cada ano com as informações contextuais e de desempenho dos candidatos. Em nossa análise, buscamos as informações relacionadas aos anos 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, entendendo que essa amostra nos possibilitaria compreender o desempenho geral nos últimos anos de aplicação da prova e, principalmente, traçar um perfil dos candidatos que alcançam a nota 1000 na redação. A partir do Quadro 26, traçamos um perfil de desempenho dos candidatos por região nestes anos.

Quadro 26 – Dados estatísticos de desempenho em redação por Região (2018-2022)

Região	2018	2019	2020	2021	2022
	Média	Média	Média	Média	Média
Norte	490,02	565,8	559,65	606,94	621,1
Nordeste	510,93	587,61	582,04	631,09	647,81
Sudeste	544,09	608,95	611,1	652,62	668,27
Sul	526,04	590,31	590,89	632,32	650,07
Centro-oeste	516,31	587,14	584,67	630,59	649,42

Fonte: Elaboração própria.

A partir do Quadro 26, percebemos que a Região do país com maior desempenho em redação, em todos os anos, é a Região Sudeste, seguida do Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. O fato de o Sudeste ter o maior desempenho, sendo este significativamente superior ao das demais Regiões, dá-se pelo fato desta ser a área do país com maiores investimentos e estruturas em vários setores, como a educação, sendo a questão econômica e social um fator preponderante para o desempenho não apenas nesta, mas em todas as regiões do Brasil, visto que a ordem de cada uma delas está ligada também aos fatores econômico-sociais presentes nesses territórios. Sendo assim, uma das hipóteses para o desempenho em redação, no ENEM, está ligada ao aspecto regional. Além disso, coletamos também as informações dos candidatos que alcançaram 1000 nesta parte da prova, tanto por unidade federativa (Quadro 27) quanto por raça, faixa etária e dependência administrativa.

Quadro 27 – Dados estatísticos de nota 1000 por Unidade Federativa.

Unidade federativa	2018	2019	2020	2021	2022
Acre	0	0	0	0	0
Alagoas	0	2	2	0	1
Amapá	0	0	0	0	0
Amazonas	0	0	1	0	1
Bahia	0	1	2	2	1
Ceará	5	6	2	1	2
Distrito Federal	3	2	2	0	1
Espírito Santo	1	1	1	0	0
Goiás	1	4	0	1	1
Maranhão	1	1	1	0	0
Mato Grosso	1	0	0	0	0
Mato Grosso do Sul	0	1	0	0	0
Minas Gerais	14	12	1	4	7
Pará	2	2	2	1	0
Paraíba	1	1	2	1	1
Paraná	0	0	0	0	0
Pernambuco	0	1	1	3	1
Piauí	2	2	0	0	1
Rio de Janeiro	14	6	7	5	12
Rio Grande do Norte	2	3	1	0	0
Rio Grande do Sul	1	3	0	1	1
Rondônia	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0
Santa Catarina	0	0	0	0	0
São Paulo	4	5	2	3	2
Sergipe	3	0	1	0	0
Tocantins	0	0	0	0	0
Total	55	53	28	22	32

Fonte: Elaboração própria.

As informações do Quadro 27 reforçam a ideia discutida acerca do desempenho relacionado ao poder socioeconômico das Regiões do país, visto que as Unidades Federativas que apresentaram maior contingente de notas 1000 foram do Sudeste. No topo dos estados com candidatos conquistando tal nota está situado Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo que ambos possuem tradição em ter escolas e cursos voltados à formação e ao treinamento para o ENEM, assim como para vestibulares tradicionais antes dessa avaliação ser adotada com a importância que possui atualmente. São Paulo também é outro estado dessa Região a ter um alto quantitativo de textos que alcançaram a nota máxima na redação, entretanto esta unidade federativa possui maior tradição de instituições de ensino focadas na formação e no treinamento para vestibulares tradicionais, como o vestibular da Universidade de São Paulo (USP), promovido pela Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST).

Então, levando em consideração que estes estados estão situados em uma região nacional rica, polo de vários setores, a exemplo o setor educacional, tal resultado não é uma surpresa. Além disso, outro estado a obter um alto número de redações com nota máxima é o Ceará, localizado na Região Nordeste, o qual, notadamente, é reconhecido como um polo educacional no qual vários programas educacionais foram implementados com êxito e serve de exemplo para demais estados do país.

Ainda em relação às informações trazidas no Quadro 27 chamamos atenção ao número de redações que alcançaram nota 1000 nestes últimos anos de aplicação da prova. É preocupante depararmos com dados os quais indicam que apenas 55, 53, 28, 22 e 32 pessoas, respectivamente, atingiram a nota máxima em redação em uma avaliação aplicada em larga escala em território nacional. Uma indagação surge a partir dessas informações alarmante: será que estamos formando sujeitos incapazes de construir um texto excelente e que condiz em totalidade com os aspectos cobrados na grade avaliativa da Redação do ENEM? Será que a avaliação ocorre de maneira tão detalhista a ponto de vários candidatos não atingirem tal nota por questões ínfimas? O que esse contingente de notas 1000 parecem indicar é um fechamento acentuado das pessoas que atingem tal patamar avaliativo, de modo que apenas uma parcela muito mínima o alcança. Mas, com todos esforços e estruturas que são dispendidos nas práticas educacionais voltadas para a formação e treinamento para o ENEM, em principal das instituições de elite, a estatística de indivíduos nesse patamar poderia ser maior.

Contudo, embora a quantidade de notas 1000 seja um aspecto preocupante pelo seu baixo percentual, o perfil que se delineia de candidatos que atingem tão marca condiz com as pessoas que, no geral, acessam formações de elite ou com boas condições de preparo/treinamento para esse evento avaliativo. Os dados estatísticos relacionados à Região, como discorreremos acima, indicam a predominância de notas máximas no Sudeste, além disso há informações que indicam a importância do quesito raça em relação ao desempenho na prova de redação (Quadro 28).

Quadro 28 – Redações nota 1000 em relação à raça em 2022

Unidade federativa	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
Acre	-	-	-	-	-	-
Alagoas	-	-	-	1	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	1	-	-	-	-
Bahia	-	1	-	-	-	-
Ceará	-	1	-	1	-	-
Distrito Federal	-	1	-	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-
Goiás	-	1	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	-	5	-	1	1	-
Pará	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	1	-	-	-	-
Paraná	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	-	1	-	-	-	-
Piauí	-	1	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	10	1	1	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	-	1	-	-	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-
São Paulo	-	2	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	26	1	4	1	-

Fonte: Elaboração própria.

Os dados do Quadro 27 demonstram como o fator raça, aliado à questão geográfica também opera como um elemento possível para traçar o perfil dos alunos quanto ao desempenho deles na prova. Uma vez que o maior contingente a alcançar a nota máxima na Redação do ENEM tenha sido de pessoas brancas (26), seguida dos pardos (4), com um número bastante inferior ao grupo antecedente e precedido por negros e amarelos, grupos os quais contaram com apenas um integrante, de todo o território nacional, atingindo tal marca avaliativa, concluímos que o fator raça também é decisivo no que se refere ao desempenho na avaliação, de modo que reflete as heranças de desigualdade ainda presentes no Brasil em relação a ele. Essa informação está, como mencionado, ligada também ao fator geográfico.

Outro fator interessante apontado pelos dados estatísticos divulgados pelo INEP é a faixa etária dos estudantes junto ao desempenho que obtiveram nas provas. No que se refere ao recorte analisado em nossa pesquisa, ou seja, os candidatos que alcançaram nota 1000 na prova de redação, as informações indicam que esse público é composto majoritariamente por egressos do Ensino Básico, uma vez que nele estão indivíduos na faixa dos 20 anos de idade, informação esta embasada por relatos de professores e estudantes divulgados na internet¹¹. Contudo, uma categoria dos dados não foi respondida por grande parte dos candidatos, a qual julgamos que seria de grande importância para subsidiar esta análise contextual, a qual se refere à dependência administrativa, ou seja, se o candidato cursou seu Ensino Médio em escola particular ou pública federal, estadual ou municipal.

Desse modo, tendo em vista os dados explanados e discutidos, concluímos que a padronização do gênero do discurso Redação do ENEM e a permanência desse modelo e das práticas de ensino excludentes alijados nele contribuem para o empobrecimento das possibilidades de trabalho com o texto na sala de aula – tanto em escolas privadas quanto nas públicas, com alcances diferentes,– e das inúmeras habilidades linguístico-discursivas que podem ser desenvolvidas no ensino médio – para além de um único modelo a ser seguido – no intuito de inseri-las como sujeitos ativos no mundo. Além disso, é uma forte contribuição para a manutenção do *status quo* – visto que são as pessoas mais abastadas, das regiões e estados mais abastados as

¹¹ Encontramos relatos de professores de cursos preparatórios e escolas, assim como de estudantes que obtiveram a nota 1000 na edição de 2022 do ENEM, os quais corroboram com essa informação colhida nos dados estatísticos do INEP. Tais informações podem ser acessadas a partir desta notícia: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/04/10/enem-2022-leia-redacoes-nota-mil.ghtml>>.

que geralmente alcançam a nota máxima na redação, assim como desempenhos satisfatórios nas outras provas do ENEM e conseguem as melhores e mais disputadas vagas do Ensino Superior. Outrossim, esse fenômeno gera um desperdício do potencial criativo da juventude, o que afeta gerações futuras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, pretendi demonstrar como as funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos têm sido utilizadas em favor da padronização da Redação do ENEM e de práticas avaliativas excludentes. Para tanto, a pesquisa situou-se nos estudos da linguagem como perspectiva sociocultural (BAKHTIN, 2006), tomando a estrutura composicional, a construção estilística e o conteúdo temático, além das questões contextuais que cercam a produção e a recepção desse texto como objeto de estudo. Ademais, o estudo buscou subsídios na interface entre a Linguística Aplicada, a Linguística Textual e a Política Educacional.

A fim de alcançar os objetivos da pesquisa, busquei desenvolver uma análise bibliográfica com subsídios de Luckesi (2011) e Arroyo (2019) no que se refere à política educacional e avaliação da aprendizagem. Para ancorar as discussões acerca do gênero do discurso Bakhtin (2016) e Rojo (2005); as de ensino e aprendizado da escrita encontraram aporte em Antunes (2003, 2005), Kleiman (1995), Brasileiro (2017), Rojo (2009). Para a análise dos elementos coesivos e suas funções, voltei-me aos estudos de Emediato (2004), Koch (2018) e Costa Val (2000).

Além disso, também utilizei a pesquisa documental, a partir de textos produzidos nas aplicações de 2012 a 2021 do ENEM que alcançaram nota 1000 na avaliação, o manual do corretor ENEM, a cartilha do participante e os relatórios estatísticos disponibilizados pelo INEP. Para a análise desses documentos, foram levantadas categorias sobre os componentes do gênero apontados por Bakhtin (2016), quer seja estrutura composicional, escolhas estilísticas e conteúdo temático, assim como busquei discutir sobre as questões contextuais, também preponderantes nos gêneros do discurso de acordo com a teoria na qual nos embasamos.

A partir dos exercícios de análise dos dados levantados tanto no que se refere às questões textuais quanto às contextuais, foi possível chegar às seguintes considerações que ora apresento:

- i) O gênero do discurso Redação do ENEM encontra-se em estágio consolidado de padronização, sendo este fenômeno percebido em todos os aspectos analisados, principalmente com influências advindas das funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos empregados nos textos. Esse elemento da textualidade, apesar de estar situado no estilo do gênero do discurso, junto às modalizações, componente impactado por tais conectivos, influenciou as padronizações nos aspectos da estrutura composicional – construção dos parágrafos – e conteúdo temático – projeto de texto, repertório sociocultural

e proposta de intervenção – de modo que tais funções operaram no movimento de padronização do gênero do discurso em questão de vários modos.

- ii) A padronização do gênero do discurso figura como uma ferramenta de manutenção do *status quo*, visto que o perfil dos alunos que alcançam um patamar de excelência na nota da redação condiz, majoritariamente, com pessoas das Regiões Sudeste e Sul, brancas e egressas do Ensino Médio, público o qual, por ser geralmente mais abastado, possui acesso a instituições de referência na formação e no treinamento para realizar a avaliação, pelo menos nos anos finais da trajetória escolar e em cursos preparatórios. Desse modo, o ENEM, criado com o intuito de ser uma ferramenta para avaliar o Ensino Médio brasileiro e, após sua adoção pelo SISU, para democratizar o acesso ao Ensino Superior, pelo menos no que se refere à prova de redação tem contribuído para manter o *status quo* e acentuar as lacunas educacionais no país, visto que estudantes advindos de realidades que os vilipendia em vários aspectos e não os prepara para este evento, não possuem, via de regra, as ferramentas necessárias para produzir textos que atinjam o padrão consolidado do gênero do discurso em questão e não atingem uma pontuação satisfatória para ingressar naqueles cursos de maior prestígio e disputa.
- iii) A padronização do gênero do discurso Redação do ENEM prejudica a formação de estudantes com potencial de criação de discursos variados em esferas variadas da atividade humana, visto que as práticas excludentes baseadas nesse modelo de texto pouco tendem a aprimorar habilidades de escrita como prática social e reflexão crítica fora dos limites da Redação do ENEM, uma vez que delimitam-se a focar exaustivamente neste gênero para que os estudantes tenham ferramentas e mais condições de se apropriar dele a partir da prescrição do que se faz necessário e, assim, geralmente de forma mecanizada e padronizada, produzir textos de diversos temas e eixos temáticos de modo automático e pouco reflexivo. Desse modo, o trabalho com a escrita voltada para esse treinamento tende a ocorrer de forma empobrecida e a tolher as diversas possibilidades de criação discursiva pelos sujeitos em formação que são expostos a tais práticas.

Ainda que a Redação do ENEM seja de grande importância e deva, claro, ser apropriada por todos os estudantes em formação, uma vez que eles serão cobrados em relação a este gênero do discurso, que faz parte da realidade educacional brasileira, não podemos suprimir nosso trabalho

com o texto a apenas este gênero, uma vez que os estudantes precisarão, nas diversas esferas das vidas que serão inseridos posteriormente, produzir diversos tipos de gêneros do discurso.

Assim, ancorada no intuito de buscar respostas acerca do fenômeno da padronização do gênero, denunciá-lo e buscar possíveis práticas docentes que mitiguem os seus efeitos, ousou sugerir, aos docentes que por ventura possam se interessar por práticas educativas de ensino da escrita como prática social, medidas que podem ser implementadas em nossas práticas docentes de modo crítico, contextualizado e emancipatório.

- i. O ensino da escrita por meio de oficinas, as quais focam no processo da criação e não apenas no produto final, inserem os discentes de forma atuante e protagonista na ação de produzir enunciados, assim como apontam as pesquisadoras Assis (2014) e Brasileiro (2016).
- ii. Não reduzir o trabalho com o texto apenas ao gênero do discurso Redação do ENEM, de modo que aos estudantes também seja ofertado o contato com gêneros de várias esferas da atividade humana vigentes no mundo.

Por fim, concluo que a padronização do gênero do discurso Redação do ENEM tem contribuído para manter as desigualdades de acesso ao Ensino Superior, como também prejudica a formação cidadã dos indivíduos que se sujeitam ou são sujeitos a práticas educacionais e avaliativas excludentes baseadas nesse modo de construção do texto. Desse modo, ao longo dos anos, uma educação que prima pelo treinamento dos educandos tem potencial para prospectar na sociedade uma gama de sujeitos possuidores de habilidades automatizadas de produção de textos, mas coibir potenciais criadores de diversas áreas e formas de expressão na vivência social, assim como não atua como instrumento de “resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social” (FREIRE, 1991, p. 68), de modo que a formação dos sujeitos para a prática social da linguagem não seja de fato emancipatória.

O percurso metodológico da pesquisa passou por análises contextuais das condições de produção e recepção do gênero do discurso Redação do ENEM, visto que essas questões foram verificadas como decisivas para a consolidação do movimento de padronização de tal gênero. Ao longo do estudo dos dados documentais, deparei-me com dificuldades de fechar o recorte dos elementos a serem analisados e das categorias consideradas, uma vez que há vários indícios e comprovações do fenômeno que me dispus a analisar na pesquisa. Desse modo, as modificações

realizadas durante a trajetória do trabalho, como o maior espaço dado às modalizações, aos repertórios e às condições de produção/recepção, ocorreram por serem características que se mostraram importantes no processo da padronização do gênero, aliadas aos elementos coesivos e suas funções lógico-semântico-argumentativas. Logo, considero que tais modificações foram positivas para o resultado da pesquisa e para o alcance dos objetivos traçados.

Ainda, com base na análise dos dados estatísticos divulgados pelo INEP, julgo que alguns dados não fornecidos pelos candidatos são de fulcral importância para o entendimento dos contextos e desempenhos de tais sujeitos, de modo que sugiro uma possível mudança no recolhimento de tais informações, adotando obrigatoriedade para certas categorias, principalmente aquelas que estão relacionadas a questões sociais e educacionais dos candidatos, como a dependência administrativa das instituições de ensino das quais eles advêm, sendo esse dado crucial para entendermos os diversos contextos educacionais do país e podermos atuar para mitigar as lacunas encontradas.

Chamo atenção também para o meu processo formativo durante a pesquisa, como pesquisadora e docente. As pretensões que tinha no início da pesquisa eram demonstrar como as funções lógico-semântico-argumentativas dos elementos coesivos têm sido utilizadas em favor da padronização da Redação do ENEM e de práticas avaliativas excludentes, mas acredito que, mesmo com os percalços e mudanças de caminho durante o estudo, dei conta de compreender e demonstrar o que pretendia, assim como ampliei as discussões além daquilo que inicialmente acreditei ser possível. O percurso percorrido na pesquisa contribuiu não só para a produção do material que ora apresento, mas para minha formação como pesquisadora da Linguística Aplicada, compreendendo melhor os pressupostos de tal área de pesquisa, afiliando-me a percursos teórico-metodológicos novos, como também aprofundando meus conhecimentos e repertórios técnicos e de vivências, de modo que as mudanças percebidas incidem também em minha prática docente, visto que me coloco, a partir das pesquisas e discussões desenvolvidas, com postura mais crítica frente aos contextos de ensino e aprendizagem nos quais atuo e pretendo atuar.

Outrossim, acredito que os resultados alcançados com esse estudo podem ser significativos para a reflexão acerca das práticas de ensino da escrita no Ensino Básico, principalmente do ensino do gênero do discurso Redação do ENEM, o qual ocupa centralidade em diversas práticas de trabalho com o texto; das práticas avaliativas excludentes que contribuem para a consolidação da padronização do gênero do discurso em questão e da manutenção do *status quo*. Realço também

que durante o processo da pesquisa, foram encontrados muitos trabalhos que tematizam a Redação do ENEM, mas não que tomassem o processo de padronização de ensino e aprendizagem em uma perspectiva também de política educacional.

Tomo como encaminhamento para pesquisas futuras o aprofundamento das discussões desenvolvidas neste trabalho pelo viés aqui adotado, de modo a explorar mais essa perspectiva empregada e contribuir para as discussões que são realizadas em relação a esse contexto e gênero do discurso, assim como convido outras vozes a continuar a somar nessas discussões e traçar denúncias ao cenário em questão, assim como estratégias de atuação frente aos prejuízos que as práticas educacionais e avaliativas excludentes geram e tendem a gerar, ainda, para a sociedade.

Por fim, espero que esta pesquisa, a qual objetivou, em princípio, propor uma denúncia do cenário que favorece a padronização desse gênero do discurso e se descortina a partir dela, alcance docentes que possam contribuir com essa discussão e operar mudanças em favor de práticas que não sejam excludentes, mas emancipatórias, principalmente daqueles sujeitos que já chegam às escolas com suas vidas ameaçadas (ARROYO, 2019) e deveriam ter, por meio dos estudos, as chances não só de superar suas opressões, mas de operar transformações significativas no mundo. Busquemos essas mudanças!

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ASSIS, Juliana Alves. Ações do professor e do universitário nas práticas de ensino e de aprendizagem da escrita acadêmica: o papel da avaliação e da reescrita no processo de apropriação do gênero resenha. *Eutomia*, Recife, v. 1, n. 13, p. 543-561, 2014.

ARROYO, Miguel G. *Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência*. Petrópolis: Vozes, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BEZERRA, Benedito Gomes. *Gêneros no contexto brasileiro: questões (meta)teóricas e conceituais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. *Como produzir textos acadêmicos e científicos*. São Paulo: Contexto, 2021.

_____. *Da organização tópica no processo de retextualização de redações escolares de cunho dissertativo*. 175 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

_____. Oficina de escrita: um circuito de interação e produção de textos. In: OLIVEIRA, Adilson Ribeiro; ASSIS, Juliana Alves; GUIMARAES, Raquel Beatriz (Org.). *Leitura e escrita na educação básica e no ensino superior: pesquisa, atuação e formação de professores*. v. 1. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Tradução de Ana Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

COSTA VAL, Maria da Graça. Repensando a textualidade. In: AZEREDO, José Carlos (Org.). *Língua Portuguesa em Debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 34-51.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

INEP. *ENEM Redações 2019*: material de leitura – Módulo 03, competência 1. [S. l.]: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019a. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. *ENEM Redações 2019*: material de leitura – Módulo 04, competência 2. [S. l.]: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_2.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. *ENEM Redações 2019*: material de leitura – Módulo 05, competência 3. [S. l.]: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019c. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_3.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. *ENEM Redações 2019*: material de leitura – Módulo 06, competência 4. [S. l.]: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019d. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_4.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. *ENEM Redações 2019*: material de leitura – Módulo 06, competência 5. [S. l.]: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019e. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_5.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – Histórico. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*, set. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/historico>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

_____. *A redação no Enem 2022*: cartilha do participante. Brasília, 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. Divulgados números dos inscritos no Enem 2022 por UF. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*, 20 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/divulgados-numeros-dos-inscritos-no-enem-2022-por-uf>>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. SISU. *Portal Único de Acesso ao Ensino Superior/Ministério da Educação*, [20--] (século 21)b. Disponível em: <<https://accessounico.mec.gov.br/sisu>>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2018. *Inep*, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2019. *Inep*, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2020. *Inep*, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

_____. Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2021. *Inep*, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

_____. Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2022. *Inep*, Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

KOCH, Ingedore Vilaça. *A coesão textual*. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KLEIMAN, Angela B. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LEIA exemplos de redações nota mil do Enem 2021 de candidatas de Pernambuco. *G1*, 08 abr. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/educacao/noticia/2022/04/08/leia-exemplos-de-redacoes-nota-mil-do-enem-2021-de-candidatas-de-pernambuco.ghtml>>. Acesso em: 15 mar 2023.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. (Lingua[gem], 19).

MOTTA-ROTH, Désirée; SELBACH, Helena; FLORENCIO, Jane Aparecida. Conversações indisciplinadas na linguística aplicada brasileira entre 2005-2015. In: JORDÃO, Clarissa Menezes. (Org.). *A linguística aplicada no Brasil: rumos e passagens*. Campinas: Pontes, 2016, p. 17-57.

PRADO, Daniela de Faria; MORATO, Rodrigo Altair. A redação do ENEM como gênero textual-discursivo: uma breve reflexão. *Cadernos CESPUC de pesquisa, Série Ensaios*, n. 29, p. 205-219, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2358-3231.n29p205-219>>. Acesso em: 21 out. 2022.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SILVA, Rita do Carmo Polli. *A Linguística Textual e a sala de aula*. Curitiba: IBPEX, 2011.

ANEXOS

Anexo 1

1 30 redações do ENEM

Links de acesso para os *corpora* analisados

2 A REDAÇÃO DO ENEM 2022: Cartilha do participante:

https://drive.google.com/drive/folders/1_fjYsncOOQnbCLq1WQFq5vqcV32X6LC1?usp=sharing

3 5 manuais de correção da redação:

https://drive.google.com/drive/folders/1_fjYsncOOQnbCLq1WQFq5vqcV32X6LC1?usp=sharing

4 Relatórios com os microdados socioeconômicos dos candidatos:

<https://drive.google.com/drive/folders/19mNQS1vGUscP4j4bn1gNOy7kBLpCtWw6?usp=sharing>

Texto 01 – 2012

O fluxo imigratório para o Brasil vem se acentuando desde a década de noventa, devido a melhorias nos campos sociais e econômicos, os quais eram os principais fatores de emigração, ou seja, de saída do país. Apesar de estimular o respeito à diversidade cultural, além de outros benefícios, a imigração exige atenção, pois caso negligenciada, poderá ocasionar problemas sociais.

A principal causa para tal movimento é o progresso econômico do Brasil, confirmado pela liderança do bloco financeiro sulamericano, o Mercosul. Além disso, como consequência do crescimento econômico, as condições sociais melhoraram, como a expectativa de vida, as quais também são resultado das políticas assistenciais do governo, como o Bolsa-família. Com isso, grande parte da população que emigrava, em busca de melhores condições de vida, permanece no país. Paralelamente, as dificuldades econômico-sociais de outros países, como o Haiti, abalado pelo terremoto ocorrido em 2010, estimulam a entrada de estrangeiros no Brasil.

Além disso, a globalização, fenômeno de interdependência entre as nações, facilita a imigração. Como nenhuma produz todos os bens e alimentos dos quais necessita, os fluxos comerciais e de trabalho aumentam. Um exemplo é a migração de cientistas e engenheiros estrangeiros para os pólos tecnológicos paulistas. Além disso, a globalização também se caracteriza pelos progressos nas telecomunicações e nos transportes, mais rápidos e acessíveis, facilitando os deslocamentos. Nesse sentido, o Brasil é favorecido, com a entrada de mais indivíduos na população economicamente ativa, e com a interação de sua sociedade com novas culturas, respeitando as diferenças.

Contudo, apesar de tais benefícios, o fluxo imigratório pode ser prejudicial. Um exemplo, verificado principalmente na fronteira com a Bolívia, é o tráfico de drogas, o qual é facilitado. Além disso, doenças podem ser trazidas, vitimando brasileiros. Outra questão problemática é a adaptação à língua portuguesa, o que pode dificultar a garantia de trabalhos dignos. Com isso, pode aumentar a informalidade, bem como a criminalidade. Tal situação se agrava quando a imigração é ilegal, pois dificulta a atuação do Estado brasileiro.

Desse modo, percebe-se que boa parte de tais problemas pode ser solucionada a partir da integração do migrante à sociedade, de forma plena. No caso da sociedade civil, faz-se importante recepcionar bem os estrangeiros, o que pode ser conseguido com festas ou encontros públicos, que facilitam a interação e o aprendizado da língua portuguesa. Quanto ao Estado, é importante garantir a dignidade dos empregos, aplicando as diretrizes da Consolidação das leis do trabalho (CLT), além de fiscalizar regiões de fronteiras, combatendo o tráfico de drogas.

Texto 02 – 2012

Olhares que buscam o Brasil

Ao despontar como potência econômica do século XXI, o Brasil tem cada vez mais atraído os olhares do mundo, chamando a atenção da mídia, de grandes empresas e de outros países. Contudo, é outro olhar não menos importante que deveria começar a nos sensibilizar mais: o olhar marginalizado e cheio de esperança daqueles que não têm dinheiro, dos famintos e desempregados ao redor do globo. São pessoas com esse perfil que majoritariamente contribuem para o crescente volume de imigrantes no país, e o que se vê é uma ausência de políticas públicas eficientes para receber e integrar essas pessoas à sociedade.

Não parece que a solução seja simplesmente deixar que imigrantes pouco qualificados continuem entrando no país de forma irregular e esperar que eles, sozinhos, encontrem um ofício para se sustentar. O governo ainda não percebeu que a regularização desses imigrantes e a inserção dos mesmos no mercado de trabalho formal poderiam servir como oportunidades para o país arrecadar mais impostos e possíveis futuros cidadãos, ou seja, novos contribuintes para a deficitária Previdência Social.

Visando aproveitar tais benefícios, o governo poderia começar a implantar, nas regiões por onde chegam os imigrantes, mais órgãos e agências que oferecessem serviços de regularização do visto e da carteira de trabalho, posto que ainda há muita deficiência de controle nesse setor. Além disso, nos destinos finais desses imigrantes poderiam ser oferecidos cursos de português e cursos qualificantes voltados para os mesmos. Isso facilitaria muito a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho formal e poderia inclusive suprir a alta demanda por mão-de-obra em setores como o da construção civil, por exemplo.

Nesse sentido, é preciso que atitudes mais energéticas sejam tomadas a fim de que o país não deixe escapar essa oportunidade: a de transformar o problema da imigração crescente em uma solução para outros. A questão merece mais atenção do governo, portanto, pois não deve ser a toa que o Brasil, além de ser conhecido pela hospitalidade, também o é pelo modo criativo de resolver problemas. Prestemos mais atenção aos olhares que nos cercam; deles podem vir novas oportunidades.

Texto 03 – 2012

Imigração no século XXI: sinônimo de desenvolvimento

Diferentemente do que ocorreu em séculos passados durante o processo de colonização, o Brasil, no século XXI, destaca-se no cenário mundial por atuar como área de atração populacional. Tal interesse pela residência no país é resultado de sucessivas conquistas, as quais foram benéficas para o reconhecimento da nação pelo mundo. Nesse cenário, as políticas relacionadas ao desenvolvimento expressivo devem ser prosseguidas, na tentativa de tornar a migração um fator positivo e proporcionar a diversidade.

O movimento migratório para o Brasil apresenta como um dos fatores motivadores a maior estabilidade política alcançada. Diante de um cenário mundial de crises, conflitos e desequilíbrios, vários indivíduos de diversas partes do mundo buscam se instalar no país a fim de ter acesso a condições mais dignificáveis de vida. Um dos grandes responsáveis por esse cenário é o papel de liderança e representatividade que o Brasil assume em órgãos como o Mercosul, o FMI e a ONU.

Outro fator relacionado à imigração para o país envolve aspectos sociais. A educação e a saúde são elementos fundamentais nesse processo. Por meio delas, os índices de pobreza e analfabetismo reduzem, e grande parte da população tem acesso à estabilidade financeira e qualidade de vida. A partir disso, o Brasil adquire estabilidade social e inverte o papel de fornecedor de profissionais qualificados, os quais procuravam os centros de poder como a Europa e os Estados Unidos.

Diante do cenário benéfico e atrativo no qual o Brasil se encontra, é necessário que a continuidade e a qualidade das políticas que promovem a imigração positiva sejam prosseguidas. Isso pode ser feito por meio de investimentos em setores como a educação e a saúde, assim como a criação de órgãos que proporcionem o controle da entrada de migrantes e que deem assistência a esses. Feito isso, a diversidade populacional e o desenvolvimento serão promovidos.

Texto 04 – 2012

A imigração no Brasil

Durante, principalmente, a década de 1980, o Brasil mostrou-se um país de emigração. Na chamada década perdida, inúmeros brasileiros deixaram o país em busca de melhores condições de vida. No século XXI, um fenômeno inverso é evidente: a chegada ao Brasil de grandes contingentes imigratórios, com indivíduos de países subdesenvolvidos latinoamericanos. No entanto, as condições precárias de vida dessas pessoas são desafios ao governo e à sociedade brasileira para a plena adaptação de todos os cidadãos à nova realidade.

A ascensão do Brasil ao posto de uma das dez maiores economias do mundo é um importante fator atrativo aos estrangeiros. Embora o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, segundo previsões, seja menor em 2012 em relação a anos anteriores, o país mostra um verdadeiro aquecimento nos setores econômicos, representado, por exemplo, pelo aumento do poder de consumo da classe C.

Esse aspecto contribui para a construção de uma imagem positiva e promissora do Brasil no exterior, o que favorece a imigração. A vida dos imigrantes no país, entretanto, exhibe uma diferente e crítica faceta: a exploração da mão-de-obra e a miséria.

Portanto, para impedir a continuidade dessa situação, é imprescindível a intervenção governamental, por meio da fiscalização de empresas que apresentem imigrantes como funcionários, bem como a realização de denúncias de exploração por brasileiros ou por imigrantes. Ademais, é necessário fomentar o respeito e a assistência a eles, ideais que devem ser divulgados por campanhas e por propagandas do governo ou de ONG's, além de garantir seu acesso à saúde e à educação, por meio de políticas públicas específicas a esse grupo.

Texto 05 – 2012

Imigração no Brasil: Resolver para poder crescer

Japoneses, italianos, portugueses, açorianos ou espanhóis. Durante o século XIX, muitos foram os povos que , em busca de trabalho e bem-estar social , desembarcaram no Brasil e enriqueceram nossa cultura. Atualmente , em pleno século XXI, a imigração para o Brasil mantém-se crescente, desafiando não somente nossa sociedade como também nossa economia.

Assim como os antigos imigrantes, os indivíduos que hoje se instalam em território brasileiro anseiam por melhores e mais dignas condições de vida. Muitos deles, devido à Crise Econômica originada em 2008, viram-se obrigados a se dirigir para outras nações, como o Brasil. Os espanhóis, por exemplo, por terem sido intensamente atingidos pela recessão, já somam uma quantidade expressiva na periferia de São Paulo. Diante disso, a fração da sociedade que reside em tal localidade vem enfrentando muitas dificuldades em “dividir ” seu espaço, que, inicialmente, não era adequado à sobrevivência , quem dirá após a chegada dos europeus. Segundo pesquisas realizadas pelo jornal “A Folha de São Paulo”, no primeiro semestre de 2012, brasileiros e espanhóis dos arredores de São Paulo vivem em constantes conflitos e a causa traduz-se, justamente, na irregularidade habitacional que ambos compartilham.

Como se não bastasse, a economia brasileira também tem sofrido com a chegada dos migrantes. Existem, entre eles, tanto trabalhadores desqualificados como profissionais graduados. O problema reside na pouca oferta de emprego a eles destinada. Visto que não recebem oportunidades, passam a integrar setores informais da economia , sem direitos trabalhistas e com ausência de pagamento dos devidos impostos. O Estado, dessa forma, deixa de arrecadar capital e de aproveitar a mão-de-obra disponível, o que auxiliaria no andamento da economia nacional.

Assim, com a finalidade de preparar a sociedade e a economia brasileiras para a chegada dos novos imigrantes, medidas devem ser tomadas. O Estado deve oferecer incentivos às empresas que empregarem os recém-chegados; essas, por sua vez, devem prepará-los para o mercado brasileiro, oferecendo treinamentos adequados e cursos de Língua Portuguesa e, ainda, garantir seus direitos trabalhistas. É imprescindível que o governo procure habitações para os imigrantes e que nós, brasileiros, respeitemos os povos que, seja no passado ou no presente, somente têm a nos acrescentar.

Texto 06 – 2014

A publicidade infantil movimenta bilhões de dólares e é responsável por considerável aumento no número de vendas de produtos e serviços direcionados às crianças. No Brasil, o debate sobre a publicidade infantil representa uma questão que envolve interesses diversos. Nesse contexto, o governo deve regulamentar a veiculação e o conteúdo de campanhas publicitárias voltadas às crianças, pois, do contrário, elas podem ser prejudicadas em sua formação, com prejuízos físicos, psicológicos e emocionais.

Em primeiro lugar, nota-se que as propagandas voltadas ao público mais jovem podem influir nos hábitos alimentares, podendo alterar, conseqüentemente, o desenvolvimento físico e a saúde das crianças. Os brindes que acompanham as refeições infantis ofertados pelas grandes redes de lanchonetes, por exemplo, aumentam o consumo de alimentos muito calóricos e prejudiciais à saúde pelas crianças, interessadas nos prêmios. Esse aumento da ingestão de alimentos pouco saudáveis pode acarretar o surgimento precoce de doenças como a obesidade.

Em segundo lugar, observa-se que a publicidade infantil é um estímulo ao consumismo desde a mais tenra idade. O consumo de brinquedos e aparelhos eletrônicos modifica os hábitos comportamentais de muitas crianças que, para conseguir acompanhar as novas brincadeiras dos colegas, pedem presentes cada vez mais caros aos pais. Quando esses não podem compra-los, as crianças podem ser vítimas de piadas maldosas por parte dos outros, podendo também ser excluídas de determinados círculos de amizade, o que prejudica o desenvolvimento emocional e psicológico dela.

Em decorrência disso, cabe ao Governo Federal e ao terceiro setor a tarefa de reverter esse quadro. O terceiro setor – composto por associações que buscam se organizar para conseguir melhorias na sociedade – deve conscientizar, por meio de palestras e grupos de discussão, os pais e os familiares das crianças para que discutam com elas a respeito do consumismo e dos males disso. Por fim, o Estado deve regular os conteúdos veiculados nas campanhas publicitárias, para que essas não tentem convencer pessoas que ainda não têm o senso crítico desenvolvido. Além disso, ele deve multar as empresas publicitárias que não respeitarem suas determinações. Com esses atos, a publicidade infantil deixará de ser tão prejudicial e as crianças brasileiras poderão crescer e se desenvolver de forma mais saudável.

Texto 07 – 2014

Por um bem viver

O ornamento da vida está na forma como um país trata suas crianças'. A frase do sociólogo Gilberto Freyre deixa nítida a relação de cuidado que uma nação deve ter com as questões referentes à infância. Dessa forma, é válido analisar a maneira como o excesso de publicidade infantil pode contribuir negativamente para o desenvolvimento dos pequenos e do Brasil.

É importante pontuar, de início, que a abusiva publicidade na infância muda o foco das crianças do que realmente é necessário para sua faixa etária. Tal situação torna essas crianças pequenos consumidores compulsivos de bens materiais, muitas vezes desapropriados para determinada idade, e acabam por desvalorizar a cultura imaterial, passada através das gerações, como as brincadeiras de rua e as cantigas. Prova disso são os dados da UNESCO afirmarem que cerca de 85% das crianças preferirem se divertir com os objetos divulgados nas propagandas, tornando notório que a relação entre ser humano e consumo está “nascendo” desde a infância.

É fundamental pontuar, ainda, que o crescimento do Brasil está atrelado ao tipo que infância que está sendo construída na atualidade. Essa relação existe porque um país precisa de futuros adultos conscientes, tanto no que se refere ao consumo, como às questões políticas e sociais, pois a atenção excessiva dada à publicidade infantil vai gerar adultos alienados e somente preocupados em comprar. Assim, a ideia do líder Gandhi de que o futuro dependerá daquilo que fazemos no presente parece fazer alusão ao fato de que não é prudente deixar que a publicidade infantil se torne abusiva, pois as crianças devem lidar da melhor forma com o consumismo.

Dessa forma, é possível perceber que a publicidade infantil excessiva influencia de maneira negativa tanto a infância em si como também o Brasil. É preciso que o governo atue iminentemente nesse problema através da aplicação de multas nas empresas de publicidade que ultrapassem os limites das faixas etárias estabelecidos anteriormente pelo Ministério da Infância e da Juventude. Além disso, é preciso que essas crianças sejam estimuladas pelos pais e pelas escolas a terem um maior hábito de ler, através de concessões fiscais às famílias mais carentes, em livrarias e papelarias, distando um pouco do padrão consumista atual, a fim de que o Brasil garanta um futuro com adultos mais conscientes. Afinal, como afirmou Platão: “o importante não é viver, mas viver bem”.

Texto 08 – 2014

Criança: futuro consumidor

A propaganda é a principal arma das grandes empresas. Disseminada em todos os meios de comunicação, a ampla visibilidade publicitária atinge seu principal objetivo: expor um produto e explicar sua respectiva função. No entanto, essa mesma função é distorcida por anúncios apelativos, que transformam em sinônimos o prazer e a compra, atingindo principalmente as crianças.

As habilidades publicitárias são poderosas. O uso de ídolos infantis, desenhos animados e trilhas sonoras induzem a criança a relacionar seus gostos a vários produtos. Dessa maneira, as indústrias acabam compartilhando seus espaços; como exemplo as bonecas Monster High fazendo propaganda para o fast food Mc Donalds. A falta de discussão sobre o assunto é evidenciada pelas opiniões distintas dos países. Conforme a OMS, no Reino Unido há leis que limitam a publicidade para crianças como a que proíbe parcialmente – em que comerciais são proibidos em certos horários -, e a que personagens famosos não podem aparecer em propagandas de alimentos infantis. Já no Brasil há a autorregulamentação, na qual o setor publicitário cria normas e as acorda com o governo, sem legislação específica.

A relação entre pais, filhos e seu consumo se torna conflituosa. As crianças perdem a noção do limite, que lhes é tirada pela mídia quando a mesma reproduz que tudo é possível. Como forma de solucionar esse conflito, o governo federal pode criar leis rígidas que restrinjam a publicidade de bens não duráveis para crianças. Além disso, as escolas poderiam proporcionar oficinas chamadas de “Consumidor Consciente” em que diferenciam consumo e consumismo, ressaltando a real utilidade e a durabilidade dos produtos, com a distribuição de cartilhas didáticas introduzindo os direitos do consumidor. Esse trabalho seria efetivo aliado ao diálogo com os pais.

Sérgio Buarque de Hollanda constatou que o brasileiro é suscetível a influências estrangeiras, e a publicidade atual é a consequência direta da globalização. Por conseguinte é preciso que as crianças, desde pequenas, saibam diferenciar o útil do fútil, sendo preparados para analisar informações advindas do exterior no momento em que observarem as propagandas."

Texto 09 – 2014

A Revolução Industrial, ocorrida inicialmente na Inglaterra durante o século XVIII, trouxe a necessidade de um mercado consumidor cada vez maior em função do aumento de produção. Para isso, o investimento em publicidade tornou-se um fator essencial para ampliar as vendas das mercadorias produzidas. Na sociedade atual, percebe-se as crianças como um dos focos de publicidade. Tal prática deve ser restringida pelo Estado para garantir que as crianças não sejam persuadidas a comprar determinado produto.

A partir da mecanização da produção, o estímulo ao consumo tornou-se um fator primordial para a manutenção do sistema capitalista. De acordo com Karl Marx, filósofo alemão do século XIX, para que esse incentivo ocorresse, criou-se o fetiche sobre a mercadoria: constroi-se a ilusão de que a felicidade seria alcançada a partir da compra do produto. Assim, as crianças tornaram-se um grande foco das empresas por não possuírem elevado grau de esclarecimento e por serem facilmente persuadidas a realizarem determinada ação.

Para atingir esse objetivo, as empresas utilizam da linguagem infantil, de personagens de desenhos animados e de vários outros meios para atrair as crianças. O Conselho Nacional de Direitos de Criança e do Adolescente aprovou uma resolução que considera a publicidade infantil abusiva, porém não há um direcionamento concreto sobre como isso vai ocorrer. É imprescindível uma maior rigidez do Estado sobre as campanhas publicitárias infantis, pois as crianças farão parte do mercado consumidor e devem ser educadas para se tornarem consumidores conscientes.

Logo, o Estado deve estabelecer um limite para os comerciais voltados ao público infantil por meio da proibição parcial, que estabelece horários de transmissão e faixas etárias. Além disso, o uso de personagens de desenhos animados em campanhas publicitárias infantis deve ser proibido. Para efetivar as ações estatais, instituições como a família e a escola devem educar as crianças para consumirem apenas o que é necessário. Apenas assim o consumo consciente poderá se realizar a médio prazo.

Texto 10 – 2014

Desde o fim da Guerra Fria, em 1985, e a consolidação do modelo econômico capitalista, cresce no mundo o consumismo desenfreado. Entretanto, as consequências dessa modernidade atingem o ser humano de maneira direta e indireta: através da dependência por compras e impactos ambientais causados por esse ato. Nesse sentido, por serem frágeis e incapazes de diferenciar impulso de necessidade, as crianças tornaram-se um alvo fácil dos atos publicitários.

Por ser uma questão de cunho global, as ações de propagandas infantis também são vivenciadas no Brasil. Embora a economia passe por um período de recessão, a vontade de consumir pouco mudou nos brasileiros. Com os jovens não é diferente, influenciados, muitas vezes, por paradigmas de inferioridade social impostos tanto pela mídia, quanto pela sociedade, além de geralmente serem desprovidos de uma educação de consumo, tornam-se adultos desorganizados financeiramente, ao passo que dão continuidade a esse ciclo vicioso.

Diante desse cenário, os prejuízos são sentidos também pela natureza, uma vez que o descarte de materiais gera poluição e mudança climática na Terra. No entanto, o Brasil carece de medidas capazes de intervir em ações publicitárias direcionadas àqueles que serão o futuro da nação, hoje, facilmente manipulados e influenciados por personagens infantis e pela modernização em que passam os produtos. Em outras palavras, é preciso consumir de maneira consciente desde a infância, para que se construam valores e responsabilidade durante o desenvolvimento do indivíduo.

Dessa forma, sabe-se que coibir a propaganda voltada ao público infanto-juvenil não é a melhor medida para superar esse problema. Cabe aos pais, cobrarem ações do governo – criação de leis mais rigorosas – além de agirem diretamente na formação e educação de consumo dos filhos: impondo limites e dando noções financeiras ainda enquanto jovens. Ademais, as escolas têm papel fundamental nesse segmento. É imprescindível, também, utilizar a própria mídia para alertar sobre os problemas ambientais decorrentes do consumo em larga escala e incentivar o desenvolvimento sustentável.

Texto 11 – 2018

Em sua canção “Pela Internet”, o cantor brasileiro Gilberto Gil louva a quantidade de informações disponibilizadas pelas plataformas digitais para seus usuários. No entanto, com o avanço de algoritmos e mecanismos de controle de dados desenvolvidos por empresas de aplicativos e redes sociais, essa abundância vem sendo restringida e as notícias, e produtos culturais vêm sendo cada vez mais direcionados – uma conjuntura atual apta a moldar os hábitos e a informatividade dos usuários. Desse modo, tal manipulação do comportamento de usuários pela seleção prévia de dados é inconcebível e merece um olhar mais crítico de enfrentamento.

Em primeiro lugar, é válido reconhecer como esse panorama supracitado é capaz de limitar a própria cidadania do indivíduo. Acerca disso, é pertinente trazer o discurso do filósofo Jürgen Habermas, no qual ele conceitua a ação comunicativa: esta consiste na capacidade de uma pessoa em defender seus interesses e demonstrar o que acha melhor para a comunidade, demandando ampla informatividade prévia. Assim, sabendo que a cidadania consiste na luta pelo bem-estar social, caso os sujeitos não possuam um pleno conhecimento da realidade na qual estão inseridos e de como seu próximo pode desfrutar do bem comum – já que suas fontes de informação estão direcionadas –, eles serão incapazes de assumir plena defesa pelo coletivo. Logo, a manipulação do comportamento não pode ser aceita em nome do combate, também, ao individualismo e do zelo pelo bem grupal.

Em segundo lugar, vale salientar como o controle de dados pela internet vai de encontro à concepção do indivíduo pós-moderno. Isso porque, de acordo com o filósofo pós-estruturalista Stuart-Hall, o sujeito inserido na pós-modernidade é dotado de múltiplas identidades. Sendo assim, as preferências e ideias das pessoas estão em constante interação, o que pode ser limitado pela prévia seleção de informações, comerciais, produtos, entre outros. Por fim, seria negligente não notar como a tentativa de tais algoritmos de criar universos culturais adequados a um gosto de seu usuário criam uma falsa sensação de livrearbítrio e tolhe os múltiplos interesses e identidades que um sujeito poderia assumir.

Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar essa problemática. Para tanto, as instituições escolares são responsáveis pela educação digital e emancipação de seus alunos, com o intuito de deixá-los cientes dos mecanismos utilizados pelas novas tecnologias de comunicação e informação e torná-los mais críticos. Isso pode ser feito pela abordagem da temática, desde o ensino fundamental – uma vez que as gerações estão, cada vez mais cedo, imersas na realidade das novas tecnologias –, de maneira lúdica e adaptada à faixa etária, contando com a capacitação prévia dos professores acerca dos novos meios comunicativos. Por meio, também, de palestras com profissionais das áreas da informática que expliquem como os alunos poderão ampliar seu meio de informações e demonstrem como lidar com tais seletividades, haverá um caminho traçado para uma sociedade emancipada.

Texto 12 – 2018

No filme “Matrix”, clássico do gênero ficção científica, o protagonista Neo é confrontado pela descoberta de que o mundo em que vive é, na realidade, uma ilusão construída a fim de manipular o comportamento dos seres humanos, que, imersos em máquinas que mantêm seus corpos sob controle, são explorados por um sistema distópico dominado pela tecnologia. Embora seja uma obra ficcional, o filme apresenta características que se assemelham ao atual contexto brasileiro, pois, assim como na obra, os mecanismos tecnológicos têm contribuído para a alienação dos cidadãos, sujeitando-os aos filtros de informações impostos pela mídia, o que influencia negativamente seus padrões de consumo e sua autonomia intelectual.

Em princípio, cabe analisar o papel da internet no controle do comportamento sob a perspectiva do sociólogo contemporâneo Zygmunt Bauman. Segundo o autor, o crescente desenvolvimento tecnológico, aliado ao incentivo ao consumo desenfreado, resulta numa sociedade que anseia constantemente por produtos novos e por informações atualizadas. Nesse contexto, possibilita-se a ascensão, no meio virtual, de empresas que se utilizam de algoritmos programados para selecionar o conteúdo a ser exibido aos internautas com base em seu perfil socioeconômico, oferecendo anúncios de produtos e de serviços condizentes com suas recentes pesquisas em sites de busca ou de compras. Verifica-se, portanto, o impacto da mídia virtual na criação de necessidades que fomentam o consumo entre os cidadãos.

Ademais, a influência do meio virtual atinge também o âmbito intelectual. Isso ocorre na medida em que, ao ter acesso apenas ao conteúdo previamente selecionado de acordo com seu perfil na internet, o indivíduo perde contato com pontos de vista que divergem do seu, o que compromete significativamente a construção de seu senso crítico e de sua capacidade de diálogo. Dessa maneira, surge uma massa de internautas alienados e despreocupados em checar a procedência das informações que recebem, o que torna ambiente virtual propício à disseminação das chamadas “fake news”.

Assim, faz-se necessária a atuação do Ministério da Educação, em parceria com a mídia, na educação da população — especialmente dos jovens, público mais atingido pela influência digital — acerca da necessidade do posicionamento crítico quanto ao conteúdo exposto e sugerido na internet. Isso deve ocorrer por meio da promoção de palestras, que, ao serem ministradas em escolas e universidades, orientem os brasileiros no sentido de buscar informação em fontes variadas, possibilitando a construção de senso crítico. Além disso, cabe às entidades em governamentais a elaboração de medidas que minimizem os efeitos das propagandas que visam incentivar o consumismo. Dessa forma, será possível tornar o meio virtual um ambiente mais seguro e democrático para a população brasileira.

Texto 13 – 2018

Sob a perspectiva de uma revolução Tecno-Científico-Informacional, vive-se o auge da evolução humana em sua relação com a tecnologia, em que se destaca a ascensão do papel da internet no cotidiano social. Entretanto, tal avanço não é apenas benéfico, de modo que a popularidade existente no uso das redes virtuais possibilitou seu aproveitamento malicioso para que ela atue como um meio influenciador de comportamentos. Nesse contexto, configura-se um quadro alarmante correlacionado ao potencial de manipulação do usuário por meio do controle dos dados expostos a ele, o que decorre de interesses organizacionais e gera um processo de alienação social. (nesse contexto...social = tese).

Em um primeiro plano, é imperioso ressaltar que a busca por adesão a um interesse financeiro ou ideológico intensifica o controle da internet como um formador comportamental. De acordo com as pesquisas dos sociólogos Adorno e Horkheimer sobre Indústria Cultural, as mídias digitais possuem uma grande capacidade de atuar como formadoras e moldadoras de opinião. Assim, com o aumento abrupto do uso das redes virtuais, diversas organizações usufruem desse poder em prol de atingir sua causa com a imposição de informações selecionadas as quais limitam a escolha do usuário. Essa seleção permite que empresas comerciais, por exemplo, atraiam um mercado consumidor maior e ampliem suas vendas ao restringir as opções de compra ao perfil do indivíduo, que, em vez de escolher, apenas obedece ao sistema. Ademais, governos autoritários também se aproveitam do potencial manipulador para permitir que somente notícias favoráveis a sua ideologia possam ser acessadas pelos seus cidadãos, o que evita rebeliões. Depreende-se, pois, a privação da liberdade pessoal pelo direcionamento de comportamentos no meio digital.

Sob outro prisma, é válido analisar que o controle de dados na internet fomenta a alienação da sociedade. Essa problemática ocorre porque, quando conteúdos previamente selecionados, descontextualizados ou alterados são a maior parte das informações acessíveis ao público, este passa a reproduzir os comportamentos esperados pelos órgãos manipuladores e influencia as pessoas ao seu redor por apresentar tais fatos como verdades, o que gera um estado de desinformação. Nesse viés, percebe-se que a seleção informacional como um meio alienante antecede a internet, de modo a ser visto, por exemplo, no período ditatorial do Brasil, que, ao censurar notícias negativas sobre o panorama do país, criou a ideia de uma nação livre de problemas sociais, econômicos e de segurança. Infere-se, então, que o uso maléfico da internet na moldagem de opiniões por meio de ações controladoras propicia uma redução na capacidade de senso crítico da comunidade.

Torna-se evidente, portanto, a complexa situação que envolve a manipulação do indivíduo com a seleção de dados na rede virtual. Para amenizar o quadro, cabe ao Poder Legislativo reformular o Marco Civil, que é responsável por regularizar o uso do meio digital. Essa medida deverá ocorrer por intermédio da inclusão de uma cláusula a qual irá reforçar os limites no controle dos conteúdos expostos, de forma a

ampliar o espectro de escolhas do usuário. Tal ação objetiva impedir que a internet seja utilizada para a moldagem de comportamentos.

Texto 14 – 2018

A Revolução Técnico-científico-informacional, iniciada na segunda metade do século XX, inaugurou inúmeros avanços no setor de informática e telecomunicações. Embora esse movimento de modernização tecnológica tenha sido fundamental para democratizar o acesso a ferramentas digitais e a participação nas redes sociais, tal processo foi acompanhado pela invasão da privacidade de usuários, em virtude do controle de dados efetuado por empresas de tecnologia. Tendo em vista que o uso de informações privadas de internautas pode induzi-los a adotar comportamentos intolerantes ou a aderir a posições políticas, é imprescindível buscar alternativas que inibam essa manipulação comportamental no Brasil.

A princípio, é necessário avaliar como o uso de dados pessoais por servidores de tecnologia contribui para fomentar condutas intolerantes nas redes sociais. Em consonância com a filósofa Hannah Arendt, pode-se considerar a diversidade como inerente à condição humana, de modo que os indivíduos deveriam estar habituados à convivência com o diferente. Todavia, a filtragem de informações efetivada pelas redes digitais inibe o contato do usuário com conteúdos que divergem dos seus pontos de vista, uma vez que os algoritmos utilizados favorecem publicações compatíveis com o perfil do internauta. Observam-se, por consequência, restrições ao debate e à confrontação de opiniões, que, por sua vez, favorecem a segmentação da comunidade virtual. Esse cenário dificulta o exercício da convivência com a diferença, conforme defendido por Arendt, o que reforça condutas intransigentes como a discriminação.

Em seguida, é relevante examinar como o controle sobre o conteúdo que é veiculado em sites favorece a adesão dos internautas a certo viés ideológico. Tendo em vista que os servidores de redes sociais como “Facebook“ e “Twitter” traçam o perfil de usuários com base nas páginas por eles visitadas, torna-se possível a identificação das tendências de posicionamento político do indivíduo. Em posse dessa informação, as empresas de tecnologia podem privilegiar a veiculação de notícias, inclusive daquelas de procedência não confirmada, com o fito de reforçar as posições políticas do usuário, ou, ainda, de modificá-las para que se adequem aos interesses da companhia. Constata-se, assim, a possibilidade de manipulação ideológica na rede.

Portanto, fica evidente a necessidade de combater o uso de informações pessoais por empresas de tecnologia. Para tanto, é dever do Poder Legislativo aplicar medidas de caráter punitivo às companhias que utilizarem dados privados para a filtragem de conteúdos em suas redes. Isso seria efetivado por meio da criação de uma legislação específica e da formação de uma comissão parlamentar, que avaliará as situações do uso indevido de informações pessoais. Essa proposta tem por finalidade evitar a manipulação comportamental de usuários e, caso aprovada, certamente contribuirá para otimizar a experiência dos brasileiros na internet.

Texto 15 – 2018

A utilização dos meios de comunicação para manipular comportamentos não é recente no Brasil: ainda em 1937, Getúlio Vargas apropriou-se da divulgação de uma falsa ameaça comunista para legitimar a implantação de um governo ditatorial. Entretanto, os atuais mecanismos de controle de dados, proporcionados pela internet, revolucionaram de maneira negativa essa prática, uma vez que conferiram aos usuários uma sensação ilusória de acesso à informação, prejudicando a construção da autonomia intelectual e, por isso, demandam intervenções. Ademais, é imperioso ressaltar os principais impactos da manipulação, com destaque à influência nos hábitos de consumo e nas convicções pessoais dos usuários.

Nesse contexto, as plataformas digitais, associadas aos algoritmos de filtragem de dados, proporcionaram um terreno fértil para a evolução dos anúncios publicitários. Isso ocorre porque, ao selecionar os interesses de consumo do internauta, baseado em publicações feitas por este, o sistema reorganiza as informações que chegam até ele, de modo a priorizar os anúncios complacentes ao gosto do usuário. Nesse viés, há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt, já que todos os dados adquiridos estão sujeitos à coerção econômica. Dessa forma, há um bombardeio de propagandas que influenciam os hábitos de consumo de quem é atingido, visto que, na maioria das vezes, resultam na aquisição do produto anunciado.

Somado a isso, tendo em vista a capacidade dos algoritmos de selecionar o que vai ou não ser lido, estes podem ser usados para moldar interesses pessoais dos leitores, a fim de alcançar objetivos políticos e/ou econômicos. Nesse cenário, a divulgação de notícias falsas é utilizada como artifício para dispersar ideologias, contaminando o espaço de autonomia previsto pelo sociólogo Manuel Castells, o qual caracteriza a internet como ambiente importante para a amplitude da democracia, devido ao seu caráter informativo e deliberativo. Desse modo, o controle de dados torna-se nocivo ao desenvolvimento da consciência crítica dos usuários, bem como à possibilidade de uso da internet como instrumento de politização.

Evidencia-se, portanto, que a manipulação advinda do controle de dados na internet é um obstáculo para a consolidação de uma educação libertadora. Por conseguinte, cabe ao Ministério da Educação investir em educação digital nas escolas, por meio da inclusão de disciplinas facultativas, as quais orientarão aos alunos sobre as informações pessoais publicadas na internet, a fim de mitigar a influência exercida pelos algoritmos e, conseqüentemente, fomentar o uso mais consciente das plataformas digitais. Além disso, é necessário que o Ministério da Justiça, em parceria com empresas de tecnologia, crie canais de denúncia de “fake news”, mediante a implementação de indicadores de confiabilidade nas notícias veiculadas – como o projeto “The Trust Project” nos Estados Unidos – com o intuito de minimizar o compartilhamento de informações falsas e o impacto destas na sociedade. Feito isso, a sociedade brasileira poderá se proteger contra a manipulação e a desinformação.

Texto 16 – 2019

Aristóteles, grande pensador da Antiguidade, defendia a importância do conhecimento para a obtenção da plenitude da essência humana. Para o filósofo, sem a cultura e a sabedoria, nada separa a espécie humana do restante dos animais. Nesse contexto, destaca-se a importância do cinema, desde a sua criação, no século XIX, até a atualidade, para a construção de uma sociedade mais culta. No entanto, há ainda diversos obstáculos que impedem a democratização do acesso a esse recurso no Brasil, centrados na elitização do espaço público e causadores da insuficiência intelectual presente na sociedade. Com isso, faz-se necessária uma intervenção que busque garantir o acesso pleno ao cinema para todos os cidadãos brasileiros.

De início, tem-se a noção de que a Constituição Federal assegura a todos os cidadãos o acesso igualitário aos meios de propagação do conhecimento, da cultura e do lazer. Porém, visto que os cinemas, materialização pública desses conceitos, concentram-se predominantemente nos espaços reservados à elite socioeconômica, como os “shopping centers”, é inquestionável a existência de uma segregação das camadas mais pobres em relação ao acesso a esse recurso. Essa segregação é identificada na elaboração da tese da “subcidadania”, escrita pelo sociólogo Jessé Souza, que denuncia a situação de vulnerabilidade social vivida pelos mais pobres, cujos direitos são negligenciados tanto pela falta de ação do Estado quanto pela indiferença da sociedade em geral. Fica claro, então, que o acesso ao cinema não é um recurso democraticamente pleno no Brasil.

Como consequência dessa elitização dos espaços públicos, que promove a exclusão das camadas mais periféricas, é observado um bloqueio intelectual imposto a essa parte da população. Nesse sentido, assuntos pertinentes ao saber coletivo, que, por vezes, não são ensinados nas instituições formais de ensino, mas são destacados pelos filmes exibidos nos cinemas, não alcançam as mentes das minorias sociais, fato que impede a obtenção de conhecimento e, por conseguinte, a plenitude da essência aristotélica. Essa situação relaciona-se com o conceito de “alienação”, descrito pelo filósofo alemão Karl Marx, que caracteriza o estado de insuficiência intelectual vivido pelos trabalhadores da classe operária no contexto da Revolução Industrial, refletido na camada pobre brasileira atual.

Portanto, fica evidente a importância do cinema para a construção de uma sociedade mais culta e a necessidade da democratização desse recurso. Nesse âmbito, cabe ao Ministério da Educação e da Cultura promover um maior acesso ao conhecimento e ao lazer, por meio da instalação de cinemas públicos nas áreas urbanas mais periféricas – que deverão possuir preços acessíveis à população local –, a fim de evitar a situação de alienação e insuficiência intelectual presente nos membros das classes mais baixas. Desse modo, o cidadão brasileiro poderá atingir a condição de plenitude da essência, prevista por Aristóteles, destacando-se, logo, das outras espécies animais, através do conhecimento e da cultura.

Texto 17 – 2019

Para o filósofo escocês David Hume, a principal característica que difere o ser humano dos outros animais é o poder de seu pensamento, habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido. Sob essa ótica, vê-se que o cinema representa a capacidade de transpor para a tela as ideias e os pensamentos presentes no intelecto das pessoas, de modo a possibilitar a criação de novos universos e, justamente por esse potencial cognitivo, ele é muito relevante. É prudente apontar, diante disso, que a arte cinematográfica deve ser democratizada, em especial no Brasil – país rico em expressões culturais que podem dialogar com esse modelo artístico –, por razões que dizem respeito tanto à sociedade quanto às leis.

Em primeiro lugar, é válido frisar que o cinema dialoga com uma elementar necessidade social e, conseqüentemente, não pode ser deixada em segundo plano. Para entender essa lógica, pode-se mencionar o renomado historiador holandês Johan Huizinga, o qual, no livro “Homo Ludens”, ratifica a constante busca humana pelo prazer lúdico, pois ele promove um proveitoso bem-estar. É exatamente nessa conjuntura que se insere o fenômeno cinematográfico, uma vez que ele, ao possibilitar a interação de vários indivíduos na contemplação do espetáculo, faz com que a plateia participe das histórias, de forma a compartilhar experiências e vivências – o que representa o fator lúdico mencionado pelo pensador. É perceptível, portanto, o louvável elemento benfeitor dessa criação artística, capaz de garantir a coesão da comunidade.

Em segundo lugar, é oportuno comentar que o cenário do cinema supracitado remete ao que defende o arcabouço jurídico do país. Isso porque o artigo 215 da Constituição Federal é claro em caracterizar os bens culturais como um direito de todos, concebidos com absoluta prioridade por parte do Estado. Contudo, é desanimador notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução e, para provar isso, basta analisar as várias pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que demonstram a lamentável distribuição irregular das práticas artísticas – dentre elas, o cinema –, uma vez que estão restritas a poucos municípios brasileiros. Vê-se, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso, sob pena de confirmar o que propunha Dante Alighiere, em “A Divina Comédia”: “As leis existem, mas quem as aplica?”. Esse cenário, certamente, configura-se como desagregador e não pode ser negligenciado.

Por fim, caminhos devem ser elucidados para democratizar o acesso ao cinema no Brasil, levando-se em consideração as questões sociais e legislativas abordadas. Sendo assim, cabe ao Governo Federal – órgão responsável pelo bem-estar e lazer da população – elaborar um plano nacional de incentivo à prática cinematográfica, de modo a instituir ações como a criação de semanas culturais nacionais, bem como o desenvolvimento de atividades artísticas públicas. Isso pode ser feito por meio de uma associação entre prefeituras, governadores e setores federais – já que o fenômeno envolve todos esses âmbitos administrativos –, os quais devem executar periódicos eventos, ancorados por atores e diretores, que visem exhibir filmes gratuitos para a comunidade civil. Esse projeto deve se adaptar à realidade de cada cidade para

ser efetivo. Dessa forma, o cinema poderá ser, enfim, democratizado, o que confirmará o que determina o artigo 215 da Constituição. Assim, felizmente, os cidadãos poderão desfrutar das benesses advindas dessa engrandecedora ação artística.

Texto 18 – 2019

Na obra “A Invenção de Hugo Cabret”, é narrada a relação entre um dos pais do cinema, Georges Méliès, e um menino órfão, Hugo Cabret. A ficção, inspirada na realidade do começo do século XX, tem como um de seus pontos centrais o lazer proporcionado pelo cinema, que encanta o garoto. No contexto brasileiro atual, o acesso a essa forma de arte não é democratizado, o que prejudica a disponibilidade de formas de lazer à população. Esse problema advém da centralização das salas exibidoras em zonas metropolitanas e do alto custo das sessões para as classes de menor renda.

Primeiramente, o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988, mas o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo território brasileiro. O crescimento urbano no século XX atraiu as salas de cinema para as grandes cidades, centralizando progressivamente a exibição de filmes. Como indicativo desse processo, há menos salas hoje do que em 1975, de acordo com a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Tal fato se deve à falta de incentivo governamental – seja no âmbito fiscal ou de investimento – à disseminação do cinema, o que ocasionou a redução do parque exibidor interiorano. Sendo assim, a democratização do acesso ao cinema é prejudicada em zonas periféricas ou rurais.

Ademais, o problema existe também em locais onde há salas de cinema, uma vez que o custo das sessões é inacessível às classes de renda baixa. Isso se deve ao fato de o mercado ser dominado por poucas empresas exibidoras. Conforme teorizou inicialmente o pensador inglês Adam Smith, o preço decorre da concorrência: a competitividade força a redução dos preços, enquanto os oligopólios favorecem seu aumento. Nesse sentido, a baixa concorrência dificulta o amplo acesso ao cinema no Brasil.

Portanto, a democratização do cinema depende da disseminação e do jogo de mercado. A fim de levar os filmes a zonas periféricas, as prefeituras dessas regiões devem promover a interiorização dos cinemas, por meio de investimentos no lazer e incentivos fiscais. Além disso, visando reduzir o custo das sessões, cabe ao Ministério da Fazenda ampliar a concorrência entre as empresas exibidoras, o que pode ser feito pela regulamentação e fiscalização das relações entre elas, atraindo novas empresas para o Brasil. Isso impediria a formação de oligopólios, conseqüentemente aumentando a concorrência. Com essas medidas, o cinema será democratizado, possibilitando a toda a população brasileira o mesmo encanto que tinha Hugo Cabret com os filmes.

Texto 19 – 2019

No século XIX, os avanços tecnológicos e científicos proporcionaram às populações novas alternativas de lazer, dentre as quais se pode citar o cinema. No Brasil, atualmente, tal forma de diversão tem se destacado, uma vez que promove a interação com o público de maneira singular, isto é, gera muitas emoções aos indivíduos. Apesar disso, verifica-se que, em nosso país, o acesso ao cinema não é disponibilizado a todos os cidadãos, seja pela falta de investimentos, seja pelo alto custo cobrado por empresas para assistir a um filme. Assim, tendo em vista a importância desse lazer, ele deve ter seu acesso democratizado, a partir da resolução de tais entraves.

Sob esse viés, pode-se apontar as poucas verbas direcionadas à construção e à manutenção de cinemas, especialmente nas pequenas cidades brasileiras, como uma das causas do problema em questão. Acerca disso, sabe-se que boa parte da população que vive em áreas rurais ou suburbanas sofre com a falta de acessibilidade a tal meio de diversão. Prova dessa realidade é o filme “Cine Hollyúde”, lançado no Brasil, o qual mostra a dificuldade das pessoas que habitam no interior em assistir à primeira obra cinematográfica da cidade, devido à precariedade estrutural do cinema local. Tal cenário também é observado fora da ficção, visto que, por causa dos poucos investimentos, indivíduos das regiões pobres do país possuem mínima ou nenhuma interação com essa forma de lazer.

Ademais, nota-se, ainda, uma intensa elitização dos cinemas, porquanto o preço cobrado pelo ingresso de uma sessão é alto, o que limita a ida a esses lugares de exibição de filmes. Sobre isso, percebe-se que, como a busca por tal lazer aumentou, de acordo com dados do “site” “Meio e mensagem”, as empresas exibidoras estão cada vez mais visando ao lucro em detrimento de uma diversão e interação pública. Isso ocorre, segundo o pensador Karl Marx, graças à busca excessiva por capital (dinheiro), tornando o cinema apenas como um “lugar lucrativo”. Desse modo, a democratização do acesso a esses locais torna-se distante da realidade vivida.

Portanto, cabe ao Governo investir em projetos que facilitem o acesso ao cinema, principalmente nas regiões interioranas, por intermédio do auxílio financeiro a empresas exibidoras, a fim de descentralizar os lugares em que há transmissões de filmes. Outrossim, compete às ONGs, como organizações que visam suprir as necessidades populacionais, realizar campanhas em prol de salas bem estruturadas e de reduções do preço cobrado pelos ingressos das sessões cinematográficas, por meio das redes sociais e dos outros veículos de comunicação, com o objetivo de democratizar a ida ao cinema e de, dessa maneira, afastar-se da realidade narrada no filme “Cine Hollyúde”.

Texto 20 – 2019

O filme “Bastardos inglórios”, ao contextualizar cenas em meados do século XX, retrata o caráter elitista das exhibições de cinema, uma vez que eram feitas em espaços de socialização das classes ricas da época. Na contemporaneidade, embora seja mais amplo, ainda há entraves a serem superados quanto à democratização do acesso às salas cinematográficas (e seus conteúdos) no Brasil. Nesse sentido, os resquícios de uma herança segregacionista no que diz respeito à frequência de locais de cinema geram a dificuldade em manter esse hábito em parte da população, o que perpetua a problemática.

Nessa linha de raciocínio, é fundamental ressaltar que a urbanização tardia e a constante gentrificação de espaços citadinos brasileiros são responsáveis pela permanência de costumes elitistas. Com efeito, o geógrafo Milton Santos, ao estudar a organização das cidades do Brasil, postula que o processo rápido e desorganizado de construção urbana provocou a marginalização de grande parte dos cidadãos. Desse modo, o acesso a shopping centers e demais espaços de lazer, como os cinemas, ficou restrito àqueles que possuem meios para tal, ou seja, à parcela da população que mora perto desses locais centrais – a elite –, ou que possui recursos para consumir esses produtos culturais – também a elite. Assim, no que tange à exibição de filmes, há resquícios de um caráter segregacionista, visto que a marginalização e a gentrificação excluem a massa populacional dos espaços cinematográficos, mantendo, estruturalmente, a problemática na sociedade brasileira.

Consequentemente, a dificuldade de manter o hábito de frequentar tais locais impede a plena democratização do acesso ao cinema. Nesse aspecto, a teoria do sociólogo Pierre Bourdieu acerca do “capital cultural” vai ao encontro da realidade discutida. Em seus postulados, Bourdieu discute a influência das referências socioespaciais nos costumes do indivíduo, concluindo que o desenvolvimento de valores que incluam certas culturas é imprescindível à manutenção dos costumes referentes a elas. Sendo assim, a herança segregacionista de frequência às salas cinematográficas e demais plataformas de exibição impede a construção de um capital cultural em parte da população do país, prejudicando sua democratização. Um exemplo disso é o relato da autora Carolina Maria de Jesus, em seu livro “Quarto de despejo”, no qual ela conta que, por residir na periferia, o dinheiro que seus filhos gastariam para assistir aos longas no cinema não seria suficiente nem para pagar seus deslocamentos.

Portanto, visando mitigar os entraves à resolução da problemática, algumas medidas são necessárias. Primeiramente, cabe ao Governo Federal criar programas de apoio à cultura cinematográfica, por meio de sistemas de assistência às famílias carentes e especialmente distantes dos centros de lazer, como “vales cultura”, junto a “vales transporte”, para que os processos conceituados por Milton Santos (como gentrificação, que é a expulsão de indivíduos de uma área para a construção de espaços elitizados) não interfiram no acesso populacional ao cinema. Por fim, é dever das escolas promover formas de desenvolvimento de valores referentes à cultura cinematográfica, através de exhibições extra-classe, como

em gincanas e trabalhos lúdicos, a fim de que tanto os alunos quanto os pais possam construir o “capital” postulado por Bourdieu, de modo que tenham interesse de frequentar os espaços de plataformas de filmes, ampliando, então, o acesso a elas. Enfim, o cenário retratado no longa “Bastardos Inglórios” não será reproduzido no Brasil, haja vista que o aporte ao cinema será democratizado.

Texto 21 – 2020

No filme estadunidense "Joker", estrelado por Joaquin Phoenix, é retratado a vida de Arthur Fleck, um homem que, em virtude de sua doença mental, é esquecido e discriminado pela sociedade, acarretando, inclusive, piora no seu quadro clínico. Assim como na obra cinematográfica abordada, observa-se que, na conjuntura brasileira contemporânea, devido a conceitos preconceituosos perpetuados ao longo da história humana, há um estigma relacionado aos transtornos mentais, uma vez que os indivíduos que sofrem dessas condições são marginalizados. Ademais, é precisa salientar, ainda, que a sociedade atual carece de informações a respeito de tal assunto, o que gera um estranhamento em torno da questão.

Em primeiro lugar, faz-se necessário mencionar o período da Idade Média, na Europa, em que os doentes mentais eram vistos como seres demoníacos, já que, naquela época, não havia estudos acerca dessa temática e, conseqüentemente, ideias absurdas eram disseminadas como verdades. É perceptível, então, que exista uma raiz histórica para o estigma atual vivenciado por pessoas que têm transtornos mentais, ocasionando um intenso preconceito e exclusão. Outrossim, não se pode esquecer que, graças aos fatos supracitados, tais indivíduos recebem rótulos mentirosos como, por exemplo, o estereótipo de que todos que possuem problema psicológicos são incapazes de manter relacionamentos saudáveis, ou seja, não conseguem interagir com outros seres humanos de forma plena. Fica claro, que as doenças mentais são tratadas de forma equivocada, ferindo a dignidade de toda a população.

Em segundo lugar, ressalta-se que há, no Brasil, uma evidente falta de informações sobre os transtornos mentais, fomentando grande preconceito e estranhamento com essas doenças. Nesse sentido, é lícito referenciar o filósofo grego Platão, que em sua obra "A República", narrou o intitulado "Mito da Caverna", no qual homens, acorrentados em uma caverna, viam somente sombras na parede, acreditando, portanto, que aquilo era a realidade das coisas. Dessa forma, é notório, que, em situação análoga à metáfora abordada, os brasileiros, sem acesso aos conhecimentos acerca dos transtornos mentais, vivem na escuridão, isto é, ignorância disseminando atitudes preconceituosas. Logo, é evidente a grande importância das informações, haja vista que a falta delas aumenta o estigma relacionado às doenças mentais, prejudicando a qualidade de vida das pessoas que sofrem com tais transtornos.

Destarte, medidas são necessárias para resolver os problemas discutidos. Isto posto, cabe à escola, forte ferramenta de formação de opinião, realizar rodas de conversa com os alunos sobre a problemática do preconceito com os transtornos mentais, além de trazer informações científicas sobre tal questão. Essa ação pode se concretizar por meio da atuação de psiquiatras e professores de psicologia, estes irão desconstruir a

visão discriminatória dos estudantes, enquanto que aqueles irão mostrar dados/informações relevantes sobre as doenças psiquiátricas. Espera-se, com essa medida, que o estigma associado às doenças mentais seja paulatinamente erradicado.

Texto 22 – 2020

O filme *O Coringa* retrata a história de um homem que possui uma doença mental e, por não possuir atendimento psiquiátrico adequado, ocorre o agravamento do seu quadro clínico. Com essa abordagem, a obra revela a importância da saúde psicológica para um bom convívio social. Hodiernamente, fora da ficção, muitos brasileiros enfrentam situação semelhante, o que colabora para a piora da saúde populacional e para a persistência do estigma relacionado à doença psicológica. Dessa forma, por causa da negligência estatal, além da desinformação populacional, essas consequências se agravam na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, a negligência do Estado, a escassez de projetos estatais que visem a assistência psiquiátrica na sociedade contribui para a precariedade desse setor e para a continuidade desse estigma envolvendo essa temática. Dessa maneira, parte da população deixa de possuir tratamento adequado, o que resulta na piora de sua saúde mental e na sua exclusão social. No entanto, apesar da Constituição Federal de 1988 determinar como direito fundamental do cidadão brasileiro e acesso à saúde de qualidade, essa lei não é concretizada, pois não há investimentos estatais suficientes nessa área. Diante dos fatos apresentados, é imprescindível uma ação do Estado para mudar sua realidade.

Nota-se, outrossim, que a desinformação na sociedade é outra problemática em relação ao estigma dos distúrbios mentais. Nesse aspecto, devido à escassez de divulgação de informações nas redes sociais sobre a importância da identificação e do tratamento das doenças psicológicas, há a relativização desses quadros clínicos na sociedade. Desse modo, como é retratado no filme *"O Lado Bom da Vida"*, o qual mostra a dificuldade de inclusão de pessoas com doenças mentais na sociedade, parte da população brasileira enfrenta esse desafio. Com efeito, essa parcela da sociedade fica à margem do convívio social, tendo em vista a prevalência do desrespeito e do preconceito na população. Nesse cenário, faz-se necessária uma mudança de postura das redes midiáticas.

Portanto, vistos os desafios que contribuem para o estigma associado aos transtornos mentais, é mister uma atuação governamental para combatê-los. Diante disso, o Ministério de Saúde deve intensificar a criação de atendimentos psiquiátricos públicos, com o objetivo de melhorar a saúde mental da população e garantir o seu direito. Para tal, é necessário um direcionamento de verbas para a contratação dos profissionais responsáveis pelo projeto, a fim de proporcionar uma assistência de qualidade para a sociedade. Além disso, o Ministério das Comunicações deve divulgar informações nas redes midiáticas sobre a importância do respeito às pessoas com doenças psicológicas e da identificação precoce desses quadros. Mediante a essas ações concretas, a realidade do filme *O Coringa* tão somente figurará nas telas dos cinemas.

Texto 23 – 2020

Nise da Silveira foi uma renomada psiquiatra brasileira que, indo contra a comunidade médica tradicional da sua época, lutou a favor de um tratamento humanizado para pessoas com transtornos psicológicos. No contexto nacional atual, indivíduos com patologias mentais ainda sofrem com diversos estigmas criados. Isso ocorre, pois faltam informações corretas sobre o assunto e, também, existe uma carência de representatividade desse grupo nas mídias.

Primariamente, vale ressaltar que a ignorância é uma das principais causas da criação de preconceitos contra portadores de doenças psiquiátricas. Sob essa ótica, o pintor holandês Vincent Van Gogh foi alvo de agressões físicas e psicológicas por sofrer de transtornos neurológicos e não possuir o tratamento adequado. O ocorrido com o artista pode ser presenciado no corpo social brasileiro, visto que, apesar de uma parcela significativa da população lidar com alguma patologia mental, ainda são propagadas informações incorretas sobre o tema. Esse processo fortalece a ideia de que integrantes não são capazes de conviver em sociedade, reforçando estigmas antigos e criando novos. Dessa forma, a ignorância contribui para a estigmatização desses indivíduos e prejudica o coletivo.

Ademais, a carência de representatividade nos veículos midiáticos fomenta o preconceito contra pessoas com distúrbios psicológicos. Nesse sentido, a série de televisão da emissora HBO, "Euphoria", mostra as dificuldades de conviver com Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), ilustrado pela protagonista Rue, que possui a doença. A série é um exemplo de representação desse grupo, nas artes, falando sobre a doença de maneira responsável. Contudo, ainda é pouca a representatividade desses indivíduos em livros, filmes e séries, que quando possuem um papel, muitas vezes, são personagens secundários e não há um aprofundamento de sua história. Desse modo, esse processo agrava os estereótipos contra essas pessoas e afeta sua autoestima, pois eles não se sentem representados.

Portanto, faz-se imprescindível que a mídia - instrumento de ampla abrangência - informe a sociedade a respeito dessas doenças e sobre como conviver com pessoas portadoras, por meio de comerciais periódicos nas redes sociais e debates televisivos, a fim de formar cidadãos informados. Paralelamente, o Estado - principal promotor da harmonia social - deve promover a representatividade de pessoas com transtornos mentais nas artes, por intermédio de incentivos monetários para produzir obras sobre o tema, com o fato de amenizar o problema. Assim, o corpo civil será mais educado e os estigmas contra indivíduos com patologias mentais não serão uma realidade do Brasil.

Texto 24 – 2020

No filme estadunidense “Coringa”, o personagem principal, Arthur Fleck, sofre de um transtorno mental que o faz ter episódios de riso exagerado e descontrolado em público, motivo pelo qual é frequentemente atacado nas ruas. Em consonância com a realidade de Arthur, está a de muitos cidadãos, já que o estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira ainda configura um desafio a ser sanado. Isso ocorre, seja pela negligência governamental nesse âmbito, seja pela discriminação desta classe por parcela da população verde-amarela. Dessa maneira, é imperioso que essa chaga social seja resolvida, a fim de que o longa norte-americano não mais reflita o contexto atual da nação.

Nessa perspectiva, acerca da lógica referente aos transtornos da mente, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à omissão estatal neste caso. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil é o país que apresenta o maior número de casos de depressão da América Latina e, mesmo diante desse cenário alarmante, os tratamentos às doenças mentais, quando oferecidos, não são, na maioria das vezes, eficazes. Isso acontece pela falta de investimento público em centros especializados no cuidado para com essas condições. Conseqüentemente, muitos portadores, sobretudo aqueles de menor renda, não são devidamente tratados, contribuindo para sua progressiva marginalização perante o corpo social. Este quadro de inoperância das esferas de poder exemplifica a teoria das Instituições Zumbis, do sociólogo Zygmunt Bauman, que as descreve como presentes na sociedade, mas que não cumprem seu papel com eficácia. Desse modo, é imprescindível que, para a refutação da teoria do estudioso polonês, essa problemática seja revertida.

Paralelamente ao descaso das esferas governamentais nessa questão, é fundamental o debate acerca da aversão de parte dos civis ao grupo em pauta, uma vez que ambos são impasses para sua completa socialização. Esse preconceito se dá pelos errôneos ideais de felicidade disseminados na sociedade como metas universais. Entretanto, essas concepções segregam os indivíduos entre os “fortes” e os “fracos”, em que tais fracos, geralmente, integram a classe em discussão, dado que não atingem essas metas estabelecidas, como a estabilidade emocional. Por conseguinte, aqueles que não alcançam os objetivos são estigmatizados e excluídos do tecido social. Tal conjuntura segregacionista - os que possuem algum tipo de transtorno, nesse caso -- na teia social. Dessa maneira, essa problemática urge ser solucionada para que o princípio da alemã seja validado no país tupiniquim.

Portanto, são essenciais medidas operantes para a reversão do estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira. Para isso, compete ao Ministério da Saúde investir na melhora da qualidade dos tratamentos a essas doenças nos centros públicos especializados de cuidados, destinando mais medicamentos e contratando, por concursos, mais profissionais da área, como psiquiatras e enfermeiros. Isso deve ser feito por meio de recursos autorizados pelo Tribunal de Contas da União - órgão que opera feitos públicos - com o fito de potencializar o atendimento a esses pacientes e oferecê-los um tratamento

eficaz. Ademais, palestras devem ser realizadas em espaços públicos sobre os malefícios das falsas concepções de prazer e da importância do acolhimento dos vulneráveis. Assim, os ideais inalcançáveis não mais serão instrumentos segregadores e, finalmente, a cotação de Fleck não mais representará a dos brasileiros.

Texto 25 – 2020

A obra cinematográfica brasileira “Nise: O Coração da Loucura” retrata a luta de Nise da Silveira pela redução dos estigmas nas alas psiquiátricas e nas formas de tratamento enfrentadas por pacientes com enfermidades mentais, na medida em que desumanizavam estes. Nesse contexto, é evidente a perpetuação do preconceito em relação às doenças psíquicas, pois são, em sua maioria, menosprezadas e omitidas no cenário moderno do Brasil. Assim, faz-se necessário investir em educação voltada à questão da saúde mental, bem como romper com paradigmas da forma de vida contemporânea.

A princípio, sob a óptica do filósofo grego Aristóteles, a educação é um caminho fundamental para a formação da vida pública, à proporção que coopera para o bem-estar da cidade. Diante dessa perspectiva, a manutenção da estrutura deficitária da propagação de conteúdo de saúde mental, na sociedade brasileira, agrava o desenvolvimento de doenças psíquicas, visto que retira do cidadão o acesso ao conhecimento. Portanto, a não ministração de aulas e de eventos os quais abordem sobre essa temática promove, lamentavelmente, a disseminação de tabus falaciosos e a redução da busca por tratamento adequado - ao passo que o crescimento das enfermidades é avassalador.

Além disso, o modo de vida extremamente exaustivo atual é catalisador da problemática, uma vez que nega o cultivo das práticas do autocuidado em prol do máximo rendimento. De maneira análoga, de acordo com Byung-Chul Han, filósofo sul-coreano, em seu ensaio “Sociedade do cansaço”, vive-se a insana procura do ser humano pela alta produtividade em quaisquer meios, mesmo que retire dele os prazeres e a sanidade física e mental. Destarte, há a banalização do aspecto psíquico, porquanto é visto como desnecessário na vivência hodierna e, por conseguinte, a ansiedade e a depressão são absurdamente neutralizadas em razão das poucas políticas públicas incentivadoras e conscientizadoras.

Logo, cabe ao Ministério da Educação o investimento em aulas específicas sobre a saúde mental, por meio de Planos Nacionais da Educação e de eventos tanto escolares quanto ao grande público, haja vista a importância do máximo alcance possível, com a ministração de psicólogos e psiquiatras, a fim de garantir a visão aristotélica e de romper com os tabus preconceituosos. Ademais, o Estado deve promover políticas públicas de incentivo ao autocuidado, a exemplo de espaços destinados ao convívio humano e ao bem-estar, com o fito de quebrar com os paradigmas vivenciados por Nise da Silveira.

Texto 26 – 2021

Sob a perspectiva sociológica de Jessé Souza, o Brasil é majoritariamente formado por subcidadãos, visto que uma ampla parcela da população não usufrui plenamente de seus direitos. Essa subcidadania criticada pelo sociólogo é facilmente observada na invisibilidade de um vasto contingente de brasileiros que não possuem certidão de nascimento. Tal contexto excludente é motivado, sobretudo, pelo desconhecimento acerca das formas de obtenção do registro civil, resultando na restrição de um conjunto de garantias constitucionais. Assim, é fundamental a atuação governamental para o combate a esse atentado à cidadania.

Convém ressaltar, inicialmente, a influência da falta de informações na manutenção do grande número de brasileiros sem documentação pessoal. Nesse sentido, segundo o filósofo Immanuel Kant, a ausência de saberes configura um estado de “menoridade”, no qual os indivíduos não possuem autonomia para agir individualmente. Consoante esse pensamento, como uma significativa parcela da população desconhece as alternativas para a formulação de seu registro civil, ela se torna incapaz de buscar a posse dessa garantia fundamental. Tendo isso em vista, fica evidente que o enfrentamento à desinformação é crucial para a democratização das certidões de nascimento no Brasil e, conseqüentemente, para erradicar a subcidadania.

Por conseguinte, a inexistência da identificação pessoal limita a consolidação de outros direitos imprescindíveis, perpetuando a invisibilidade e a supressão da cidadania de muitos habitantes do país. Nessa perspectiva, é lícito citar que, de acordo com o sociólogo Thomas Marshall, um verdadeiro cidadão deve exercer efetivamente suas garantias civis, sociais e políticas previstas constitucionalmente. Contudo, indo de encontro à definição de Marshall, a ausência do registro civil priva o indivíduo de gozar dos dois últimos direitos descritos, uma vez que, sem esse documento, ele não pode se cadastrar em programas de cunho social nem obter o título de eleitor. Dessa forma, é imperiosa a expansão do acesso a certidão de nascimento para que a condição cidadão efetivamente vigore no Brasil.

Portanto, urge que medidas de esclarecimento sejam tomadas pelo governo federal a fim de combater esse panorama de “pessoas invisíveis” no país. Para isso, com o objetivo de informar a população carente sobre as formas de receber seu registro civil, cabe ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – órgão responsável pela implementação de políticas referentes às minorias sociais – organizar comitivas de funcionários para visitar as casas dessa parcela populacional e abordar os caminhos de se obter essa documentação. Isso deve ser feito por meio de pesquisas que localizem as principais áreas onde há carência de certidões e os visitantes devem ser psicólogos que trabalhem com grupos sociais com poucos recursos financeiros, para que saibam usar uma linguagem adequada para informá-los. A partir disso, será possível alcançar a cidadania descrita por Marshall.

Texto 27 – 2021

A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos. Entretanto, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que ainda há a falta do registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática.

Diante desse cenário, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho laboral. Nesse contexto, é indiscutível que a ausência do registro civil primordial – a certidão de nascimento – impossibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, como, por exemplo, a carteira de trabalho. Dessa forma, é afirmativo que tal lacuna incorre na precarização do trabalho, uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. Em consonância com tal tese, é possível citar a obra “Casa-grande e Senzala”, do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo – ou seja, o ato laboral precarizado – é um instrumento de invisibilidade social. Sendo assim, torna-se evidente a essencialidade dos registros civis na garantia dos direitos trabalhistas para todos os brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã.

Ademais, é essencial citar a exclusão democrática como uma das principais consequências da falta de registros civis. Nessa perspectiva, é notável que a já citada ausência da certidão de nascimento impede, também, a realização do título de eleitor, documento necessário para o pleno exercício da democracia brasileira. Sob esse viés, é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico Nick Couldry, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, por isso, onde não há a voz de alguém, não há democracia. Desse modo, fica evidente que a ausência do registro civil impossibilita a participação política, o que causa o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro.

Nota-se, portanto, a necessidade de reverter esse cenário de invisibilidade social causado pela ausência do registro civil. Para tal é intrínseco que o Governo Federal, órgão de maior importância no âmbito nacional, implemente mais Varas da Infância e da Juventude em locais de alta procura por esses serviços. Tal ação deve ser realizada por meio da criação de secretarias e/ou departamentos responsáveis por pesquisa e controle, a fim de haver um mapeamento de cidades e regiões metropolitanas onde há maiores índices de invisibilidade social, para, assim, suprir a demanda requerida para o registro civil dos futuros cidadãos. Dessa forma, progressivamente haverá a garantia da cidadania para todos os brasileiros.

Texto 28 – 2021

Em “Vidas secas”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria. Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a desumanização do indivíduo. Ao sair da ficção, sem desconsiderar o contexto histórico da obra, nota-se que a problemática apresentada ainda percorre a atualidade: a não garantia de cidadania pela invisibilidade da falta de registro civil. A partir desse contexto, não se pode hesitar – é imprescindível compreender os impactos gerados pela falta de identificação oficial da população.

Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de pertencimento como cidadão brasileiro. Isso acontece, porque, como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a coexistência dos direitos sociais, políticos e civis. Sob essa ótica, percebe-se que, quando o pilar civil não é garantido – em outras palavras, a não efetivação do direito devido à falta do registro em cartório –, não é possível fazer com que a cidadania seja alcançada na sociedade. Dessa forma, da mesma maneira que o “mais novo” e o “mais velho” de Graciliano Ramos, quase 3 milhões de brasileiros continuam por ser invisibilizados: sem nome oficial, sem reconhecimento pelo Estado e, por fim, sem a dignidade de um cidadão.

Além disso, a falta do sentimento de cidadania na população não registrada reflete, também, na manutenção de uma sociedade historicamente excludente. Tal questão ocorre, pois, de acordo com a análise da antropóloga brasileira Lilia Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há a formação de um ideal de coletividade – ou seja, de uma “Nação” ao invés de, meramente, um “Estado”. Com isso, o caráter de desigualdade social e exclusão do diferente se mantém, sobretudo, no que diz respeito às pessoas que não tiveram acesso ao registro oficial, as quais, frequentemente, são obrigadas a lidar com situações humilhantes por parte do restante da sociedade: das mais diversas discriminações até o fato de não poderem ter qualquer outro documento se, antes, não tiverem sua identificação oficial.

Portanto, ao entender que a falta de cidadania gerada pela invisibilidade do não registro está diretamente ligada à exclusão social, é tempo de combater esse grave problema. Assim, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ampliar o acesso aos cartórios de registro civil. Tal ação deverá ocorrer por meio da implantação de um Projeto Nacional de Incentivo à Identidade Civil, o qual irá articular, junto aos gestores dos municípios brasileiros, campanhas, divulgadas pela mídia socialmente engajada, que expliquem sobre a importância do registro oficial para garantia da cidadania, além de instruções para realizar o processo, a fim de mitigar as desigualdades geradas pela falta dessa documentação. Afinal, assim como os meninos em “Vidas secas”, toda a população merece ter a garantia e o reconhecimento do seu nome e identidade.

Texto 29 – 2021

A obra modernista "Vidas Secas", produzida por Graciliano Ramos, retrata a história de vulnerabilidade socioeconômica enfrentada por Fabiano e seus dois filhos, os quais eram chamados por seu pai de filho mais novo e mais velho, não possuindo seus nomes registrados durante o desenvolvimento do enredo. Ao sair do campo literário e fazer uma análise da atual conjuntura brasileira, nota-se ainda a invisibilidade associada ao acesso das pessoas ao registro civil, visto que tal problema é negligenciado por diversos segmentos sociais e políticos. A partir desse contexto, é fundamental entender o que motiva essa situação irregular de documentação e o principal impacto para a sociedade, a fim de que o acesso à Cidadania seja eficiente.

Diante desse cenário, percebe-se que a invisibilidade acerca da questão do registro civil é motivada pela falta de uma política pública eficaz que regularize essa problemática. Isso ocorre, principalmente, porque, como já mencionado nos estudos da antropóloga Lilia Schwarcz, há a prática de uma política de eufemismos no Brasil, ou seja, determinados problemas tendem a ser suavizados e não recebem a visibilidade necessária. Sob essa ótica, é perceptível que o reduzido debate sobre a importância da certidão de nascimento e de outros documentos, bem como a baixa presença de estratégias para facilitar o acesso a pessoas de baixa renda dificultam a mudança dessa situação preocupante. Desse modo, enquanto a desinformação e a assistência precária se mantiverem, a procura pelo registro de nascimento será reduzida.

Outrossim, convém pontuar que o principal efeito negativo disso é o afastamento desses grupos não registrados dos espaços públicos, em especial da escola e do mercado de trabalho. Tal situação é discutida no livro "A cidadania no Brasil: o longo caminho", do historiador José Murilo de Carvalho, ao sustentar que a desigualdade social impede a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao seguir essa linha de pensamento, à medida que o indivíduo não tem seus documentos regularizados, a possibilidade da inclusão no meio escolar e no laboral diminui, uma vez que tais papéis são pré-requisitos para se matricular e ser, posteriormente, contratado por uma empresa. A título de exemplo, o Brasil é o 9º país mais desigual do mundo, conforme o IBGE. Dessa maneira, observa-se como esse problema promove vulnerabilidade.

Portanto, a invisibilidade associada ao registro civil no Brasil precisa ser revertida. Para isso, é fulcral que o Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Cidadania, estimule ações estratégicas para ampliar o número de pessoas registradas oficialmente, principalmente nas comunidades pobres. Essa iniciativa ocorrerá por meio da implantação de um "Projeto Nacional de Incentivo à Formalização da Documentação Pessoal", o qual irá contar tanto com o aumento do envio de assistentes sociais para verificar a situação do registro nas residências. Isso será feito a fim de conter o impacto social desse problema e aumentar a cidadania. Afinal, casos como o do livro "Vidas Secas" precisam ser reduzidos.

Texto 30 – 2021

Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funde-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento, referente à existência e à visibilidade de um determinado grupo ou indivíduo perante o poder público e a sociedade. Nesse viés, a fim do efetivo asseguramento da cidadania de seus indivíduos, o corpo estatal exige a materialização do existir de seus cidadãos mediante documentos oficiais, os quais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados. No entanto, não raras são as ocasiões em que não há tais registros, o que levanta debates acerca da importância dos documentos civis e da devida regularização dos cidadãos à garantia de acesso à cidadania plena e, portanto, à visibilidade, no Brasil, embasados, sobretudo, na oportunidade de indivíduos alijados à sociedade ascenderem de condições de vida, somada à possibilidade de estes construírem ser verdadeiro “eu”. Tendo isso em vista, o Estado deve agir visando à facilitação e à democratização de tal processo civil.

De início, é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania, em especial, de indivíduos à margem da sociedade e da atuação do poder público, possibilitando sua ascensão social. Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade. Nesse contexto, pessoas em uma posição inferior de pirâmide social têm seus direitos renegados, em uma estrutura baseada no capital, restando ao Estado o dever de, ainda que parcialmente, complementar a iniciativa privada na oferta de serviços e de prerrogativas mercantilizadas, em busca de uma conjuntura de maior equidade social. Dessa forma, o registro civil, ao estabelecer a conexão indivíduo-poder público, permite que este atue de forma localizada e eficiente sobre comunidades ou cidadãos, com o fito de promover sua ascensão social, tendo o documento papel primordial nesse intermédio.

Além disso, já em um âmbito existencialista, a regularização do indivíduo, ao materializar sua existência, fornece um importante amparo na síntese de seu verdadeiro “eu”. Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana. Nessa perspectiva, o fato de existir é imprescindível para que o cidadão, em seu íntimo, seja capaz de, ao longo de sua vivência, sintetizar quem ele realmente é, com toda a liberdade intrínseca a sua existência. Desse modo, o registro civil de uma família, por exemplo, permitirá que esta, sob um regime de supervisão e auxílio do Estado, seja atriz de sua própria história, definindo a essência de cada um de seus membros e sintetizando, de forma ativa, seu legado a gerações futuras, tornando-se mais visíveis a elas, ao corpo estatal e à sociedade como um todo, o que ressalta sua cidadania.

Portanto, em vista dos benefícios inerentes ao registro civil e sua facilitação, no que se refere à

cidadania, faz-se necessário que o Estado, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos, por meio da construção de centros de registro e cartórios em zonas periféricas ou interioranas, os quais disponibilizem atendimento integral e direcionado a indivíduos de baixa renda que não tiveram a oportunidade de reivindicar seus documentos. A finalidade de tal ação é ampliar e garantir o acesso à cidadania plena no Brasil, já que esta só pode ser integralmente alcançada, na maioria dos casos, com, no mínimo, a certidão de nascimento, justamente por informar o poder público a respeito de sua existência como cidadão. Somente assim, poder-se-á construir um cenário de justiça social e de reconhecimento igualitário dos indivíduos perante o corpo social e estatal, universalizando prerrogativas e fazendo da sociedade uma instituição harmoniosa e, em seu conjunto, cidadã.